

PEDRO GONZALO GONZÁLES MANTILLA

**TURISMO E GEOCONSERVAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO DO MODELO DE
GESTÃO DO TURISMO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU, E
NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, curso de Mestrado, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurelio Tarlombani da Silveira.

CURITIBA

2016




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Programa de Pós Graduação em TURISMO
Código CAPES: 40001016079p9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em TURISMO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **PEDRO GONZALO GONZALES MANTILLA**, intitulada: "**Turismo e Geoconservação: uma comparação do modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru, e no Parque Estadual de Vila Velha/Brasil**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, 12 de Setembro de 2016.


MARCOS AURELIO TARLOMBANI DA SILVEIRA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


VALERIA DE MEIRA ALBACH
Avaliador Externo (UEPG)


LUCIANE DE FATIMA NERI
Avaliador Externo (UFPR)

*Dedico este trabajo a mis padres,
por darme el apoyo y el ejemplo
para seguir creciendo profesionalmente.
En memoria de mi fiel compañera, Babita,
y de mi colega de maestría, Thaisa Emanuelli.*

“¡Deja ya de estar rezando y dándote golpes en el pecho! Lo que quiero que hagas es que salgas al mundo a disfrutar de tu vida. Quiero que goces, que cantes, que te diviertas y que disfrutes de todo lo que he hecho para ti.

[...]

¡Deja ya de ir a esos templos lúgubres, oscuros y fríos que tú mismo construiste y que dices que son mi casa. Mi casa está en las montañas, en los bosques, los ríos, los lagos, las playas. Ahí es en donde vivo y ahí expreso mi amor por ti.

[...]

Deja de complicarte las cosas y de repetir como perico lo que te han enseñado acerca de mí. Lo único seguro es que estás aquí, que estás vivo, que este mundo está lleno de maravillas”.

Anand Dilvar

AGRADECIMENTOS

Há um grande número de pessoas que foram fundamentais para realizar esse trabalho, tanto no Peru quanto no Brasil, desde a parte acadêmica, logística, sentimental e inspirativa.

Em primeiro lugar, agradeço profundamente ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Aurelio Tarlombani da Silveira, pelo assessoramento acadêmico, parceria, confiança e inspiração para ser um grande pesquisador.

Aos professores membros da banca, Dr. Miguel Bahl, e Dra. Luciane Neri, pelas contribuições e recomendações realizadas para a elaboração desse trabalho, pelo apoio recebido durante todo o mestrado e parceria para publicar em revistas científicas. E à professora Dra. Valeria Albach, pelas correções e sugestões realizadas na defesa da dissertação.

À professora Dra. Letizia Bartoszeck, pelo apoio e orientação acadêmica desde o primeiro momento que entrei em contato, pelos conhecimentos recebidos e parceria durante todo o mestrado.

Aos professores Dr. Marcos Leite do Nascimento, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Virginio Mantesso-Neto, da Universidade de São Paulo (USP); Dr. Alan Ripoll, da *University of the Sunshine Coast* (USC); Dr. Carlos Sampaio, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Dra. Jasmine Moreira, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Dra. Ana Valéria Endres, da Universidade Federal da Paraíba (UFP); Dr. Luiz Brambatti, Dr. Bruno Gomes e Dra. Margarete Teles, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Agradeço a todos eles pelas contribuições realizadas para o desenvolvimento desse trabalho e orientação acadêmica.

Aos colaboradores M. Sc. Gabriel Coutinho, ex-gerente de Equipamentos de turismo do Parque Estadual de Vila Velha; M. Sc. Ana Cláudia Folmann, pesquisadora no Laboratório Turismo em Áreas Naturais da

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Adm. Sandro Miguel Mendes, técnico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFPR), e Eng. Juliana Kobylanski, tradutora oficial do espanhol-português. Agradeço a todos eles pelo apoio logístico para o desenvolvimento desse trabalho e amizade.

Aos atores entrevistados no Peru do Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR), Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET), Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima, Municipalidade Provincial de Huarochirí, Comitê comunal do Turismo de San Pedro de Casta, Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta, e o autônomo. No Brasil, aos atores entrevistados da Prefeitura de Ponta Grossa, Paraná Projetos, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR), Paraná Turismo e Núcleo setorial de guias de Ponta Grossa. Agradeço a todos eles pela predisposição e contribuição essencial para essa investigação.

Ao Ministério de Educação do Brasil pelo apoio econômico através do programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela educação superior gratuita.

Aos professores e administrativos do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) pela cálida recepção, os conhecimentos recebidos e boa atenção.

À Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFPR) pela acolhida, experiências compartilhadas e parceria da equipe.

E especialmente à Curitiba, cidade ecológica, artística e de pessoas maravilhosas, por ser o melhor lugar para estudar e se inspirar durante toda minha estadia no Brasil.

RESUMO

O presente trabalho mostra um estudo de caso sobre os modelos de gestão aplicados em dois espaços naturais sul-americanos de elevado valor geológico, no que se refere ao uso turístico: o Bosque de Pedras Marcahuasi (BPM), nos Andes Centrais do Peru, e o Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), nos Campos Gerais do Paraná, no Brasil. As duas áreas naturais apresentam características geomorfológicas, histórico-culturais, arqueológicas e biológicas de importância internacional, que têm desenvolvido diferentes formas de gestão do turismo. Problematisa-se se os modelos de gestão do turismo aplicados em cada área favorecem o desenvolvimento socioeconômico da população local e a conservação do patrimônio geológico. Nesse estudo se analisaram os modelos de gestão do turismo, entorno a sua estrutura de gestão, as ações públicas e as relações entre os atores, utilizando técnicas de coleta de dados tais como levantamentos bibliográficos, análise documental, entrevistas semiestruturadas e observação simples. Os resultados foram processados e analisados aplicando a Análise SWOT - *Strenghts*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) para cada modelo de gestão, e a Análise comparativa de ambos modelos, a fim de discutir a influência da gestão do turismo no desenvolvimento socioeconômico local e a geoconservação nessas duas áreas de potencial geoturístico. Os resultados evidenciaram os aspectos positivos e negativos de cada modelo de gestão. Por um lado, o modelo de gestão do turismo no BPM, administrado pela comunidade local do entorno, não desenvolve o turismo de forma sustentável pela falta de qualificação profissional dos gestores e a carência de planejamento da atividade. Por outro lado, o modelo de gestão do turismo no PEVV, administrado pelo governo estadual, apesar de ter um plano de manejo e uma equipe preparada profissionalmente, não desenvolve o turismo como uma atividade geradora de benefícios econômicos no PEVV e seu entorno. Constatou-se que ambas formas de gestão turística, em geral, não favorecem ao desenvolvimento socioeconômico local tampouco a geoconservação desses espaços naturais.

Palavras-chave: Modelo de gestão do turismo. Geoconservação. Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru. Parque Estadual de Vila Velha/Brasil

ABSTRACT

This research shows a case study on management models in two South American natural areas of high geological value, as regards its tourist use: Marcahuasi Stone Forest (BPM), in the Central Andes of Peru, and Vila Velha State Park (PEVV), in Paraná Campos Gerais, Brazil. The two natural areas present geomorphological, historical, cultural, archaeological and biological features of international importance, which have developed different forms of tourism management. This research discusses if the tourism management models applied in each area, promote the socioeconomic development of the local population and conservation of geological heritage. In this study we analyzed the tourism management models, surrounding its management structure, public actions and the relationships between the actors, using data collection techniques such as literature surveys, document analysis, semi-structured interviews and simple observation. The results were processed and analyzed by applying the SWOT analysis - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats, for each management model, and comparative analysis of both models in order to discuss the influence of management tourism in the local socio-economic development and geoconservation in these two geotouristic potential areas. The results showed the positive and negative aspects of each management model. On the one hand, tourism management model in the BPM, run by the local community of the environment, does not have the conditions to properly develop tourism by the lack of professional skills of the managers and the lack of planning activity. On the other hand the tourism management model in PEVV, administered by the state government, despite having a management plan and professionally prepared team, does not develop tourism as an activity that generates economic benefits to PEVV and the environment. It was found that both forms of tourism management does not favor the local socio-economic development nor geoconservation these natural spaces.

Key-words: Tourism management model. Geoconservation. Marcahuasi Stone Forest/Peru. Vila Velha State Park/Brazil.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	ESQUEMA REPRESENTATIVO DAS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE OS CONCEITOS DE GEODIVERSIDADE, PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E GEOCONSERVAÇÃO.....	39
FIGURA 2 -	PRINCIPAIS DIFERENCIAS ENTRE ÁREAS PROTEGIDAS E GEOPARQUES.....	41
FIGURA 3 -	ÁREAS POTENCIAIS PARA A CRIAÇÃO DE GEOPARQUES, SEGUNDO O PROJETO GEOPARQUES DO BRASIL DA CPRM.....	44
FIGURA 4 -	RELAÇÃO ENTRE GEOTURISMO, ECOTURISMO, TURISMO DE AVENTURA, TURISMO CULTURAL.....	48
FIGURA 5 -	CAPA DO GUIA GEOTURÍSTICA MARCAHUASI.....	53
FIGURA 6 -	LOCALIZAÇÃO DO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI....	61
FIGURA 7 -	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MARCAHUASI.....	61
FIGURA 8 -	MAPA GEOMORFOLÓGICO DE MARCAHUASI.....	64
FIGURA 9 -	ZONA DE <i>CAMPING</i> NO <i>ANFITEATRO</i>	70
FIGURA 10 -	MONUMENTO À HUMANIDADE.....	71
FIGURA 11 -	LAGOA <i>WAQRA QOCHA</i>	72
FIGURA 12 -	LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA....	74
FIGURA 13 -	MAPA GEOLÓGICO DO PARQUE ESTADUAL VILA VELHA.....	77
FIGURA 14 -	LIMITE OESTE DO PEVV, ARROIO CAPÃO GRANDE, VILA DO IAPAR E JARDIM NOVO VILA VELHA.....	80
FIGURA 15 -	ARENITOS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	88
FIGURA 16 -	CAMINHADA NOTURNA NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	89
FIGURA 17 -	BILHETE DE PASSAGEM DA MUNICIPALIDADE DE SAN PEDRO DE CASTA.....	112
FIGURA 19 -	LIVRO DE REGISTRO DOS VISITANTES AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	113
FIGURA 20 -	INÍCIO DA SUBIDA AO PLANALTO MARCAHUASI.....	113

FIGURA 21 -	ENTRADA AO PLANALTO MARCAHUASI.....	115
FIGURA 22 -	CENTRO DE VISITANTES DO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI EM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO.....	115
FIGURA 23 -	PLACA TURÍSTICA NO CAMINHO AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	116
FIGURA 24 -	ZONA DE DESCANSO NO CAMINHO AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	116
FIGURA 25 -	VISTA PANORÂMICA NO CAMINHO AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	117
FIGURA 26 -	VISTA PANORÂMICA NO CAMINHO AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	117
FIGURA 27 -	PLACA TURÍSTICA NA ZONA DE “LA CABAÑA” NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	118
FIGURA 28 -	ZONA DO MONUMENTO À HUMANIDADE NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	119
FIGURA 29 -	MONUMENTO À HUMANIDADE.....	119
FIGURA 30 -	CHULLPAS PRÉ-INCAS.....	120
FIGURA 31 -	PLACA TURÍSTICA NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	120
FIGURA 32 -	PLACA TURÍSTICA NA ZONA DE ANFITEATRO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	121
FIGURA 33 -	ZONA DE <i>CAMPING</i> NO ANFITEATRO.....	121
FIGURA 34 -	HABITANTE DA COMUNIDADE DE SAN PEDRO DE CASTA.....	122
FIGURA 35 -	ENTRADA AO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	140
FIGURA 36 -	ESTACIONAMENTO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	141
FIGURA 37 -	CENTRO DE RECEPÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	142
FIGURA 38 -	TICKET DE VISITAÇÃO AO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	142
FIGURA 39 -	CENTRO DE RECEPÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	143

FIGURA 40 - ÔNIBUS DO SERVIÇO TURÍSTICO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	144
FIGURA 41 - TRILHA DO ARENITOS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	145
FIGURA 42 - TRILHA DO ARENITOS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	145
FIGURA 43 - ARENITO “A TAÇA”	146
FIGURA 44 - TRILHA DAS FURNAS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	147
FIGURA 45 - TRILHA DAS FURNAS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	147
FIGURA 46 - FURNA 1 DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	148
FIGURA 47 - FURNA 2 DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	149
FIGURA 48 - PLACA INFORMATIVA NA TRILHA DAS FURNAS.....	149
FIGURA 49 - ELEVADOR NA FURNA 2 DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	150
FIGURA 50 - ESTRUTURA DO COMITÊ COMUNAL DO TURISMO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	155
FIGURA 51 - ESTRUTURA DE PARANÁ PROJETOS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	163

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	MÉTODOS, TÉCNICAS E ANÁLISE DOS DADOS NA PESQUISA.....	55
QUADRO 2 -	CARACTERÍSTICAS DO USO PÚBLICO DO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	73
QUADRO 3 -	MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA ENTRE 1953-2004.....	78
QUADRO 4 -	NÚMERO DE VISITANTES POR ANO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA ENTRE 2007-2014.....	80
QUADRO 5 -	PRINCIPAIS MUDANÇAS NO USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA ENTRE 1975-2013.....	90
QUADRO 6 -	CARACTERÍSTICAS DO USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	92
QUADRO 7 -	LISTA DE ATORES ENTREVISTADOS RELACIONADOS AO TURISMO E A GEOCONSERVAÇÃO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	95
QUADRO 8 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TURISMO EM MARCAHUASI.....	99
QUADRO 9 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MARCAHUASI.....	101
QUADRO 10 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DA EMPRESA PRIVADA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MARCAHUASI.....	103
QUADRO 11 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DA COMUNIDADE LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MARCAHUASI.....	104
QUADRO 12 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO, O GOVERNO REGIONAL, PROVINCIAL, LOCAL, A COMUNIDADE LOCAL E A EMPRESA PRIVADA EM MARCAHUASI.....	106

QUADRO 13 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A ESTRUTURA DE GESTÃO DO TURISMO EM MARCAHUASI.....	107
QUADRO 14 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE AS INSTITUIÇÕES OU ATORES QUE DEVERIAM SER INTEGRADOS NA GESTÃO DO TURISMO EM MARCAHUASI.....	109
QUADRO 15 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE AS AÇÕES QUE FAVORECERIAM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A CONSERVAÇÃO DE MARCAHUASI.....	110
QUADRO 16 -	LISTA DE ATORES ENTREVISTADOS RELACIONADOS AO TURISMO E A GEOCONSERVAÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL	124
QUADRO 17 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TURISMO NO PEVV.....	128
QUADRO 18 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO PEVV.....	131
QUADRO 19 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DA EMPRESA PRIVADA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PEVV.....	133
QUADRO 20 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DA COMUNIDADE LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PEVV.....	134
QUADRO 21 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO, OS GOVERNOS REGIONAL, PROVINCIAL, LOCAL, A COMUNIDADE DO ENTORNO E A EMPRESA PRIVADA NO PEVV.....	135
QUADRO 22 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A ESTRUTURA DE GESTÃO DO TURISMO NO PEVV.....	136
QUADRO 23 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE AS INSTITUIÇÕES OU ATORES QUE DEVERIAM SER INTEGRADOS NA GESTÃO DO TURISMO NO PEVV.....	137

QUADRO 24 -	RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE AS AÇÕES QUE FAVORECERIAM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A CONSERVAÇÃO NO PEVV.....	137
QUADRO 25 -	ANÁLISE SWOT DO MODELO DE GESTÃO DO TURISMO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI.....	157
QUADRO 26 -	ANÁLISE SWOT DO MODELO DE GESTÃO DO TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	166

LISTA DE SIGLAS

ABC	-	Academia Brasileira de Ciências
AMORVIVE	-	Associação de Moradores do Jardim Novo Vila Velha
BPM	-	Bosque de Pedras Marcahuasi
CENFOTUR	-	Centro de formação em Turismo
COPESCO	-	Comisión Especial para Supervisar y Supervigilar el Plan Turístico Perú – UNESCO
CPRM	-	Serviço Geológico do Brasil
DUC	-	Departamento de Unidades de Conservação
DIRCETUR	-	Direção do Comercio Exterior e Turismo
GGN	-	<i>Global Geoparks Network</i>
ICMS	-	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IAPAR	-	Instituto Agrônômico do Paraná
IAP	-	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	-	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	-	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INGEMMET	-	Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico
INEI	-	Instituto Nacional de Estadística e Informática do Peru
MINCETUR	-	Ministério do Comercio Exterior e Turismo do Peru
MINEROPAR	-	Serviço geológico do Paraná
OMT	-	Organização Mundial do Turismo

PARANATUR	-	Empresa Paranaense de turismo
PEVV	-	Parque Estadual de Vila Velha
RNP	-	Reserva Nacional de Paracas
RPPN	-	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SIGEP	-	Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos
SINANPE	-	Sistema de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado Peruano
SNUC	-	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SWOT	-	<i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats</i>
UEPG	-	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESCO	-	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
VOU	-	Programa de Voluntariado nas Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1	PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO	21
2.1.1	Uso turístico de espaços naturais	27
2.1.2	Gestão do turismo em áreas naturais protegidas	31
2.2	GEOCONSERVAÇÃO	36
2.2.1	Geoconservação no Brasil	41
2.2.2	Geoconservação no Peru	44
2.2.3	Geoturismo	45
2.2.4	Geoturismo no mundo	49
2.2.5	Geoturismo no Brasil	50
2.2.6	Geoturismo no Peru	52
3	METODOLOGIA	54
4	CARACTERIZAÇÃO DO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU E DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL	60
4.1	BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI	60
4.1.1	Localização	60
4.1.2	Clima	62
4.1.3	Aspectos biológicos	62
4.1.4	Aspectos geológicos	63
4.1.5	Aspectos históricos	65

4.1.6	Aspectos socioeconômicos	66
4.1.7	Aspectos culturais	67
4.1.8	Aspectos legais	69
4.1.9	Uso público	69
4.2	PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA	73
4.2.1	Localização	74
4.2.2	Clima	75
4.2.3	Aspectos biológicos	75
4.2.4	Aspectos geológicos	76
4.2.5	Aspectos históricos	77
4.2.6	Aspectos socioeconômicos	79
4.2.7	Aspectos culturais	82
4.2.8	Aspectos legais	85
4.2.9	Uso público	87
5	RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E AS OBSERVAÇÕES	94
5.1	ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS SOBRE O BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU	94
5.2	OBSERVAÇÃO SIMPLES NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU	111
5.3	ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS SOBRE O PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL	123
5.4	OBSERVAÇÃO SIMPLES NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL	140
6	ANÁLISE DOS DADOS	151

6.1	MODELO DE GESTÃO DO TURISMO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU	151
6.1.1	Síntese das entrevistas semiestruturadas sobre o Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru	151
6.1.2	Análise SWOT - <i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats</i> (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) do modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru	156
6.2	MODELO DE GESTÃO DO TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL	158
6.2.1	Síntese das entrevistas semiestruturadas sobre o Parque Estadual de Vila Velha/Brasil	159
6.2.2	Análise SWOT - <i>Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats</i> (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) do modelo de gestão do turismo no Parque Estadual de Vila Velha/Brasil	165
6.3	ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS DE GESTÃO DO TURISMO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU E NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL	168
6.3.1	Análise comparativa da estrutura de gestão, as ações públicas e as relações entre os atores	168
6.3.2	Influência dos modelos de gestão do turismo no desenvolvimento socioeconômico local e a geoconservação	174
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
	REFERÊNCIAS	182

1 INTRODUÇÃO

Diversas áreas de relevância geológica internacional têm utilizado o turismo como uma ferramenta de geoconservação e de desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais do seu entorno, através de iniciativas dinâmicas como os programas e projetos de Geoparques da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*). Em 2004, criou-se a Rede Mundial de Geoparques Nacionais (*Global Geoparks Network* - GGN), com o intuito de desenvolver, globalmente, modelos de melhores práticas e padrões de qualidade estabelecidos para os territórios que integram a preservação do patrimônio geológico em estratégias para o desenvolvimento econômico sustentável, normalmente por meio do desenvolvimento do turismo sustentável e outras atividades econômicas e culturais (GLOBAL GEOPARKS NETWORK - GGN, 2015). Dentro do contexto sul-americano, muitas áreas visam se incorporar nesta importante rede, salientando-se duas, particularmente caracterizadas pela singularidade do seu patrimônio geológico, a estética cênica inestimável e a rica fonte de pesquisa: o Bosque de Pedras Marcahuasi (BPM), nos Andes Centrais do Peru, e o Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), na zona oriental da Bacia do Paraná, no Brasil.

Por um lado, o BPM é um dos principais campos magnéticos e energéticos da Terra (PROMPERU, 2016). A ação do tempo e clima formaram blocos de pedra gigantes em uma série de figuras enigmáticas que criam uma paisagem única. O planalto Marcahuasi, localizado próximo ao distrito San Pedro de Casta, no departamento de Lima, é uma área natural de valor geológico, cênico, científico, que apesar de possuir as características suficientes para ser declarada como área natural protegida, não tem recebido tal reconhecimento (MINISTÉRIO DO COMÉRCIO EXTERIOR E TURISMO DO PERU - MINCETUR, 2009). Por outro lado, no Município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, localiza-se o PEVV, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, classificada como um dos sítios geológicos mais importantes do SIGEP - Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos, caracterizada pelas esculturas naturais com formas singulares de grande valor cênico, científico, ambiental, econômico e educativo (LETENSKI et al., 2009). Os autores mencionam que o conjunto de formações geológicas se assemelham uma

cidade medieval com seus castelos, torres em ruínas, e formações com figuras zoomórficas e mitológicas.

Ambos os espaços naturais recebem um considerável fluxo de visitantes cada ano, porém a atividade turística tem se desenvolvido de forma diferente. No caso de Marcahuasi, ela surgiu de maneira espontânea e é administrada exclusivamente pela comunidade local mais próxima do seu entorno, de modo empírico, sem planejamento, nem proteção legal, pondo em risco a integridade do patrimônio. No caso de Vila Velha, ela é uma Unidade de Conservação brasileira que teve importantes mudanças administrativas desde sua criação, principalmente a reestruturação do uso público. Atualmente, existe uma desvinculação entre a conservação do patrimônio e a responsabilidade social da atividade turística, administrada pelo Governo do Estado do Paraná, sem a participação das comunidades locais do entorno ou alguma empresa privada. De acordo com Swarbrooke (2000), é necessário que exista uma participação equilibrada da parte dos governos das localidades turísticas, dos turistas, da comunidade local e da “indústria do turismo”. Se não for assim, menciona o autor, pode converter-se numa atividade agressiva ao ambiente e geradora de novas dificuldades.

Diante dessas considerações, desenvolveu-se um estudo de caso, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, que busca responder a seguinte problemática: “os modelos de gestão do turismo nas duas áreas de estudo favorecem o desenvolvimento socioeconômico da população local e a geoconservação do patrimônio”? O objetivo geral foi **analisar os modelos de gestão aplicados no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru, e no Parque Estadual de Vila Velha/Brasil, a partir do estudo comparativo da estrutura de gestão, das ações públicas, e das relações entre os atores, no que se refere ao uso turístico desses dois espaços naturais**. Para cumpri-lo são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Avaliar a estrutura de gestão, as ações públicas e as relações entre os atores, no que se refere ao modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru.

- Avaliar a estrutura de gestão, as ações públicas e as relações entre os atores, no que se refere ao modelo de gestão do turismo no Parque Estadual Vila Velha/Brasil.
- Discutir a necessidade da gestão do turismo como uma ferramenta básica das políticas públicas e das ações de fomento para o desenvolvimento socioeconômico local e a geoconservação em espaços naturais com elevado potencial geoturístico.

A escolha deste estudo de caso em específico se deve ao interesse do pesquisador em comparar as formas de gestão do turismo em duas áreas sul-americanas de alta potencialidade geoturística, visitadas antes do início da pesquisa. Cabe destacar que há uma maior quantidade de informação bibliográfica e documental sobre o uso turístico do Parque Estadual de Vila Velha em comparação com aquele do Bosque de Pedras Marcahuasi, o que justifica a grande importância do aprofundamento e a contribuição deste trabalho para esse último. Por outro lado, após realizar uma pesquisa exploratória e de observação direta durante as primeiras visitas, se percebeu a necessidade de identificar melhores alternativas de gestão do turismo nas duas áreas de estudo, utilizando as bases acadêmicas sobre gestão do turismo em espaços naturais e geoconservação.

Nos primeiros dois objetivos a investigação visa analisar os elementos importantes dentro de um modelo de gestão de cada uma das áreas de estudo, a partir da revisão bibliográfica e documental sobre as características do local, os pareceres dos atores relacionados ao turismo e a geoconservação, e a observação direta do pesquisador. No terceiro objetivo realiza-se uma comparação de ambas formas de gestão do uso turístico, interpretando os resultados com as bases acadêmicas do referencial teórico, e avaliando sua influência no desenvolvimento socioeconômico local e a conservação do patrimônio geológico.

Considerando o objetivo estabelecido, dividiu-se o presente trabalho em sete capítulos, a citar: Introdução, Revisão de literatura, Metodologia, Caracterização das áreas de estudo, Resultados, Análise dos dados e Considerações finais. No capítulo 2 elencam-se passagens retiradas de artigos e livros publicados sobre planejamento e gestão do turismo; uso turístico de

espaços naturais; gestão do turismo em áreas naturais protegidas, geoconservação e geoturismo.

No capítulo 3 explicam-se as técnicas de pesquisa e os métodos de obtenção e análise dos dados. No presente estudo, optou-se por trabalhar com dados primários, obtidos por meio de entrevistas, reuniões e observações; e secundários, de tipo documental e bibliográfico.

No capítulo 4 descrevem-se as características das duas áreas de estudo, no que se refere a sua localização, clima, aspectos biológicos, geológicos, históricos, socioeconômicos, culturais, legais e de uso público.

No capítulo 5 procede-se à apresentação dos resultados obtidos nas entrevistas e observações realizadas na fase de campo em ambos espaços naturais.

No capítulo 6 apresentam-se as análises dos dados primários e secundários obtidos na pesquisa sobre cada área, assim como a análise comparativa de ambos modelos de gestão do turismo e sua influência na geoconservação e no desenvolvimento socioeconômico local.

Finalmente, no capítulo 7 aparecem as considerações finais da pesquisa, atingindo os objetivos propostos e respondendo a problemática colocada no início dessa investigação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura se divide em dois temas principais: “Planejamento e gestão do turismo”, e “Geoconservação”. No primeiro tema, abordam-se as bases teóricas sobre planejamento e gestão do turismo, a relação entre esses conceitos, assim como as diretrizes e os novos desafios que enfrentam. Dentro deste tema estão incluídos os subtemas: “Uso turístico de espaços naturais”, e “Gestão do turismo em áreas naturais protegidas”. No segundo tema elenca-se a definição e a relação entre os conceitos de geodiversidade, patrimônio geológico e geoconservação. Dentro deste tema também estão incluídos os subtemas “Geoconservação no Brasil”, “Geoconservação no Peru”, “Geoturismo”, “Geoturismo no mundo”, “Geoturismo no Brasil” e “Geoturismo no Peru”.

2.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO

O turismo é um fenômeno que se espalhou por todo o mundo nas últimas décadas, intensificando o movimento de pessoas e recursos em diferentes latitudes, sendo um motor importante no desenvolvimento social e econômico dos territórios. Governos nacionais, regionais e locais, administradores e gestores públicos, e todos aqueles que formulam as políticas de desenvolvimento econômico, interpretam essa atividade como uma poderosa ferramenta para impulsionar o desenvolvimento regional, tanto em países desenvolvidos, quanto nos emergentes (TARLOMBANI DA SILVEIRA, 2002).

O turismo faz uso da paisagem, um espaço geográfico formado pelos elementos bióticos e abióticos, que recebe impactos positivos e negativos em diferentes dimensões. Por um lado, pode criar empregos, fomentar o intercâmbio cultural, promover a conservação, incentivar o investimento estrangeiro, entre outros. Mas, por outro lado, também pode provocar a perda da identidade cultural, a informalidade, a destruição do meio ambiente ou o elitismo. Diante dessa realidade, torna-se fundamental a contribuição de pesquisas relacionadas ao turismo, como campo interdisciplinar, a partir de uma abordagem cultural, social, econômica, ambiental e de gestão, com o intuito de compreender e

identificar quais são as melhores estratégias para desenvolver sustentavelmente esta atividade.

Para Ruschmann (1999) é um desafio encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula, e um desenvolvimento da atividade que proteja o meio ambiente, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que é dificilmente encontrada em países sul-americanos. Na busca da conciliação entre a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico local, tem-se desenvolvido formas de turismo sustentável tais como o ecoturismo ou o geoturismo, segmentos que cresceram consideravelmente nos últimos anos.

O turismo é uma atividade estratégica para o desenvolvimento de um território, mas que precisa ser observado desde a perspectiva local, adequando-se à realidade socioeconômica e sociocultural, cujo planejamento é fundamental para garantir a sustentabilidade, não só da atividade turística, como também do ambiente em que ela se desenvolve (RUSCHMANN, 2004). No entanto, de acordo com Barroco (2010), o planejamento, sem uma correta gestão, estará destinado a ser mais um trabalho acadêmico na “biblioteca”, ou, provavelmente, ser executado sem perspectiva de sucesso. O planejamento e a gestão são duas ações relacionadas que constituem o início do caminho para atingir a sustentabilidade de qualquer atividade nas suas várias dimensões (SACHS, 2003).

O planejamento, como conceito ambíguo dentro das ciências humanas e sociais, tem sido objeto de várias definições (BARRETTO, 2005). Ruschmann (2001, p. 83) o define como “a atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar os objetivos propostos”. Para Barreto (1999), é um processo dinâmico de muitos fatores concomitantes que devem ser coordenados para se alcançar um objetivo que está no futuro, sendo necessária sua permanente revisão. Petrocchi (2009) afirma que o planejamento é a função administrativa mais importante porque estabelece as diretrizes para as funções de organizar, liderar e controlar, constituindo o ciclo administrativo. Sampaio et al. (2010, p. 153) descreve o planejamento como “um conjunto de ações intencionais, integradas e coordenadas que visam a tornar realidade os objetivos almejados”. Hall (2004) formou um conceito mais político, sustentando que o

planejamento é um processo de decisões e políticas interdependentes, ou sistematicamente relacionadas, que constituem parte de um processo integral, na busca de cumprir certos objetivos, através de ações programadas ao futuro.

De acordo com Rose (2002), existe uma declarada falta de planejamento no turismo, principalmente nos países emergentes como Brasil ou Peru. O autor explica que a maioria dos destinos turísticos destes territórios se desenvolveu de forma espontânea, sem previamente ter estabelecido essa atividade como uma alternativa propulsora da economia e geradora de recursos. Em muitos casos, esse tipo de turismo tem causado impactos negativos na qualidade de vida humana e no ambiente natural, transformando o espaço turístico (DIAS, 2003). Diante desse fato, Ruschmann (2001) considera “fundamental e indispensável” o planejamento para o desenvolvimento de um turismo equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais dos destinos receptores.

Lohmann e Panosso Netto (2012) definem o planejamento turístico como um processo dinâmico de foco econômico, social e ambiental que, a partir de uma situação dada, busca orientar o desenvolvimento turístico de um empreendimento local, região, município, estado ou país, a fim de alcançar os objetivos propostos inicialmente ou durante a própria elaboração do planejamento. Para Hall (2004) o planejamento turístico, sem ser a solução para todos os problemas, tem a capacidade de minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios econômicos nos destinos, gerando assim uma maior aceitação da população local. De acordo com Barretto (2005):

O planejamento responsável deve ter como foco propiciar a sociedade receptora o aumento do índice e desenvolvimento humano, e ao mesmo tempo, propiciar ao visitante uma experiência acorde com as expectativas que foram criadas, dentro de padrões de atendimento condizentes e com política de preços pautada pela ética comercial (p. 91).

No ponto de vista de Petrocchi (2009), o planejamento turístico, como processo sistêmico e dinâmico, de natureza interdisciplinar, inicia-se pela percepção integral do destino turístico e do seu entorno, identificando os fatores críticos e propondo as soluções. Depois definem-se os objetivos, bem como as estratégias para atingi-los e, por fim, as ações, organizando-se previamente os programas de trabalho a fim de alcançar a situação planejada. A última etapa é

o controle ou monitoramento do desempenho do processo, adaptando-se às mudanças e aos imprevistos. Para Sampaio et al. (2010), as etapas de planejamento podem ser divididas em três: elaboração, implantação e avaliação. A primeira, apresenta os problemas mais importantes a resolver através de estratégias. A segunda, soluciona os problemas, e a terceira assegura que as soluções sejam implementadas e os problemas resolvidos. Os autores explicam que a fase de gestão inicia-se na implantação do planejamento, garantindo que o que foi elaborado seja implementado. De acordo com Philippi Jr. e Maglio (2004, p. 221), a gestão é um “processo político-administrativo destinado a formular, implementar e avaliar políticas a partir da cultura, realidade e potencialidades de cada região em conformidade com os princípios de desenvolvimento sustentável”. Por outro lado, Lohamn e Panosso Netto (2012) afirmam que uma das maiores dificuldades dentro do processo de planejamento é a fase de implementação ou execução, dado que depende da administração de recursos humanos e financeiros, que nem sempre funciona como a teoria indica, o que explica a importância de um órgão gestor que avalie constantemente o processo.

Braga (2007) categoriza três tipos de planejamento turístico de acordo com o momento no qual se realiza o trabalho de planejamento: preventivo, corretivo e misto. Desde um critério espacial, o planejamento turístico pode ser realizado em diferentes escalas ou níveis: nacional, estadual, regional e local (ANJOS et al., 2010). Ruschmann (2001) classifica-o utilizando um critério temporal segundo sua aplicabilidade ao futuro e os resultados que se esperam: longo prazo, médio prazo e curto prazo. De acordo com Braga (2007, p. 12), “as diretrizes de longo prazo são mais facilmente aplicáveis após a conclusão das ações de curto e médio prazos”.

Os novos desafios do planejamento e da gestão do turismo são a busca da sustentabilidade e a participação da comunidade local, que implica um desenvolvimento turístico baseado no equilíbrio entre a conservação ambiental e cultural, a viabilidade econômica e a justiça social (ANJOS et al., 2010). Do ponto de vista social, é importante compreender que muitas vezes o desenvolvimento da atividade turística, pode não proporcionar desenvolvimento equânime, principalmente no que tange as comunidades locais, as que supostamente deveriam ser as mais envolvidas e consultadas em todo o

processo (VALVERDE, 2006). Nas diversas fases de planejamento e produção da atividade, torna-se necessário que “todos os atores públicos e privados devam estar envolvidos, juntamente com a população local, liderando alianças estratégicas para a construção de destinos emergentes e dos produtos turísticos” (CENTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004, p. 29).

Nas palavras de Hall (2004, p. 272) o planejamento turístico “é um estilo de governo que envolve perspectivas estratégicas de longo prazo voltadas para a atividade pública e a tentativa de inter-relacionar diferentes esferas dessa atividade”. Segundo Molina (2005), a experiência mostra que os mecanismos de planejamento turístico não funcionam por si só, mas que exigem uma vontade política que os coloque em andamento e os apoie com ações paralelas. Para o turismo ser de fato um importante motor de desenvolvimento econômico, é necessário que ocupe um espaço relevante e estratégico no desenho das políticas locais, impulse a coordenação entre as administrações públicas e fomenta a cooperação público-privada (CENTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004).

Um aspecto fundamental para que o planejamento e a gestão do turismo sejam eficientes, é o conjunto de políticas públicas de saneamento, saúde, transporte, meio ambiente, bem como a implementação da infraestrutura turística (BARRETO, 1999). Assim, o Estado cumpre um papel importante, sendo um colaborador, planejador e gestor no desenvolvimento público do turismo nos diferentes níveis organizacionais públicos e no setor privado. Para Bahl (2004) os governantes devem incentivar em paralelo o desenvolvimento de outros setores econômicos para geração de empregos, estrutura de transportes eficiente, acesso a moradia, educação e melhorias sociais. Ignarra (2002, p.125) alega que “não é possível produzir turismo sem que haja direta e indiretamente uma participação do poder público”, pois a ação governamental tem papel estratégico no seu desenvolvimento.

Contudo, a política do setor público não é suficiente para alcançar um turismo sustentável, logo precisa estabelecer uma parceria público-privada com a “indústria do turismo”, a fim de utilizar a capacidade e influência de cada campo para um objetivo em comum (SWARBROOKE, 2000). No entanto, o maior obstáculo dentro do planejamento e a gestão do turismo, é a coordenação das

diferentes organizações e órgãos públicos e privados envolvidos no processo, o que justifica a importância que existam interesses e metas em comum (ANJOS et al., 2010).

Na opinião de Boullon (2006), para que o desenvolvimento do turismo seja sustentável precisa-se melhorar a eficiência dos órgãos administrativos responsáveis, público e privado, e a continuidade das diretrizes de ação, respaldados por um plano de manejo bem preparado, elaborado pelos participantes envolvidos no processo. Porém, a eficiência da administração pública representa um desafio para o desenvolvimento turístico, pois além da adequada coordenação entre os órgãos responsáveis, depende da orientação do governo de turno. Nas palavras de Acerenza (2002):

A localização do turismo na estrutura administrativa do setor público dependerá definitivamente da orientação que o governo de cada país ofereça a essa atividade. É lógico que, como indica a experiência, uma mudança de governo pode mudar a orientação do turismo, e portanto, pode mudar tanto sua posição hierárquica quanto sua dependência administrativa, o que provoca alterações na denominada organização institucional do setor, entendida como tal, em um sentido amplo, toda estrutura organizacional do organismo nacional de turismo com competência sobre a atividade e os aspectos normativos, por meio dos quais esse organismo orienta seus esforços tanto públicos quanto privados para um desenvolvimento harmônico da atividade turística em nível nacional (p. 282).

De acordo com Hall (2004, p. 34), “o turismo deve ser integrado aos processos de planejamento mais amplos a fim de promover determinadas metas de melhoria ou maximização econômica, social e ambiental que possam ser atingidas por meio do desenvolvimento turístico adequado”. O autor destaca que o planejamento e a gestão turística baseiam-se na colaboração e na interação, e devem ser controladas através de ferramentas de monitoramento como auditorias, utilizando um conjunto de indicadores adaptáveis, de forma integral e multidimensional, ao processo de desenvolvimento turístico, a fim de garantir a eficiência e a eficácia de ambos. Além disso, para que o processo de planejamento obtenha sucesso e seja sustentável, de acordo com Valls (2006), o destino turístico deve contar com uma série de facilitadores como ferramentas de gestão:

O ente coordenador da estrutura organizacional; o observatório de turismo, que tem como função a busca permanente de informação para a tomada de decisões adequadas; a imagem da marca, que serve para identificar o destino perante os públicos interno e externo, diferenciando-o da concorrência e estimulando relações afetivas com os clientes; e o painel integral, que acompanha a consecução da estratégia (VALLS, 2006, p. 147)

Diante de todas as considerações, pode-se afirmar que o planejamento turístico deve ser um processo de avaliação do núcleo receptor da demanda potencial e de destinos turísticos concorrentes, a fim de ordenar ações de gestão pública direcionadas ao desenvolvimento sustentável e, assim, viabilizar um direcionamento à gestão privada para que ela estruture empreendimentos turísticos lucrativos com base na responsabilidade socioambiental (BRAGA, 2007).

As ações de planejamento e gestão do turismo tornam-se mais complexas quando o destino turístico é um espaço natural, em decorrência da variedade de fatores a serem considerados para garantir a conservação da natureza e gerar benefícios para as comunidades locais do entorno. O seguinte subtema aborda o uso turístico de espaços naturais, as bases teóricas, a origem, a evolução, e sua relação com as unidades de conservação.

2.1.1 Uso turístico de espaços naturais

O espaço natural, constituído fisicamente pelos fatores bióticos e abióticos de um sistema único e complexo pode ser, conforme Boullon (2002), de natureza virgem, ou adaptada, quando é condicionado pela intervenção do homem. Foi ele quem, através da atividade turística, tem aproveitado seus recursos naturais e as formações paisagísticas, como atrativos turísticos, consolidando um segmento denominado turismo de natureza.

No final da década de 80, após um longo período de turismo de massas, principalmente de sol e praia, surgiu uma demanda por um tipo de turismo com experiências em ambientes saudáveis dentro de uma natureza exuberante, afastado da vivência cotidiana das áreas urbanas (DIAS, 2003). Neste tipo de

turismo, segundo o autor, predominam as atividades de maior contato com a natureza, como agroturismo, ecoturismo, espeleoturismo, geoturismo, turismo de aventura, entre outros.

O turismo de natureza é um dos setores mais importantes da “indústria do turismo” crescendo até seis vezes mais rápido que o turismo em geral de acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT (FERRARI et al., 2013). Conforme Ruschmann (2001, p. 27), esse segmento “não é apenas modismo de uma época e a opinião pública tem se conscientizado, cada vez mais, da necessidade de proteger o meio ambiente”. A autora explica que essa atividade pode tornar-se economicamente viável, “desde que associado a proteção dos espaços naturais e a excelência dos serviços e equipamentos oferecidos aos clientes”.

Porém, a massificação do uso turístico dos espaços naturais tem provocado efeitos não esperados como a degradação ambiental e outros impactos negativos na biodiversidade, assim como nas comunidades rurais do entorno (DIAS, 2003). De acordo com Ruschmann (1997), os recursos naturais e culturais de beleza considerável no espaço escolhido são invadidos por turistas na alta temporada, sem considerar os riscos de sua presença massiva. Para Boullon¹ (2000 citado por FERRETTI, 2002), a combinação do poder da riqueza com a ignorância, a cumplicidade dos governos, a indiferença da população local, e a pobreza, são fatores que suscitam os impactos negativos do turismo, sendo os governos, como ente administrativo, os principais responsáveis.

Diante dessa realidade, muitos pesquisadores e associações começaram o processo de determinar e medir os impactos do turismo nos espaços naturais (FENNELL, 2002). Segundo o autor, as primeiras estratégias de ação na busca da sustentabilidade no desenvolvimento da atividade turística iniciaram-se na década de 90, através de conferências, como Globo 90 e Globo 92, com representantes da “indústria do turismo”, governos, organizações não governamentais (ONG’S) e acadêmicos. As considerações finais salientaram a importância do meio ambiente como base da “indústria turística” e indicaram o

¹ BOULLON, R. **Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos**. 2. ed. Buenos Aires: Librerías Turísticas, 2000.

mau planejamento dos empreendimentos turísticos como a causa dos impactos negativos.

Para Dias (2003, p. 21) o impacto do turismo no ambiente natural é “inevitável”, mas deve ser controlado dentro de limites aceitáveis, “para que não provoque modificações ambientais irreversíveis e não prejudique o prazer do visitante ao usufruir o lugar”. Ferretti (2002) afirma que a produção e a contaminação ambientais são dois elementos indissociáveis para os quais torna-se necessário um adequado planejamento da atividade produtora para minimizar o efeito negativo no ambiente. O turismo, prossegue, ao contrário de outras atividades produtivas com alto grau de degradação, pode auxiliar na minimização dos problemas ambientais, se for bem planejado.

Dentro das diferentes formas de turismo em espaços naturais, o segmento que mais cresceu foi o ecoturismo, em decorrência da insatisfação do visitante com a omissão dos elementos sociais e ecológicos do turismo convencional (FENNELL, 2002). De acordo com *The International Ecotourism Society – TIES* (2015), o ecoturismo é definido como uma viagem responsável em áreas naturais que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar das populações locais e envolve a interpretação e a educação ambiental. Conforme Dias (2003), o ecoturismo não se limita a ser uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui uma nova concepção da atividade, desde o ponto de vista ambiental, social e econômico. Ferretti (2002) explica que o ecoturismo caracteriza-se pelo grau de responsabilidade, tanto nos elementos naturais do ambiente como a estrutura social envolvida, sendo a conservação e o manejo responsável dos recursos os pré-requisitos necessários para seu desenvolvimento.

Apesar de existir uma clara diferença entre o turismo de natureza e o ecoturismo, “o uso indiscriminado dos conceitos tem levado muitas pessoas a confundir atividades turísticas convencionais com o ecoturismo” (DIAS, 2003, p. 103). O autor explica que há operadores turísticos que utilizam o termo ecoturismo para publicitar seus empreendimentos, mas realizam atividades de turismo convencional que fazem parte do turismo de natureza. Para Fennell (2002), a experiência, o aprendizado na natureza, e como consequência, a

conscientização ambiental e social, são os principais aspectos que diferenciam o ecoturismo dos outros tipos de turismo em espaços naturais.

De acordo com Ferretti (2002), as unidades de conservação, como áreas que protegem os recursos naturais e culturais por lei, constituem uma grande atração para os turistas do país, assim como de todo o mundo. Para Dias (2003) a utilização de áreas protegidas por parte dos turistas tem evitado que locais de grande interesse biológico fossem destruídos, garantindo a conservação da natureza, e em outros casos, esse valor agregado da atividade turística tem sido o principal argumento para a criação de essas áreas de proteção.

Agências internacionais como a UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza, a maior e mais antiga organização de conservação ambiental do mundo, envolveram-se no processo para ajudar diferentes países a identificar candidatos a áreas naturais protegidas, classificando-as em várias categorias de acordo com o tipo de uso do solo e as práticas de conservação encontradas no seus territórios (FENNELL, 2002). Segundo o autor, a primeira área protegida no mundo foi o Parque Nacional Yellowstone, criada em 1872, com o fim de evitar a exploração do meio ambiente e da vida selvagem, propiciar a recreação e servir como um meio para o estudo científico.

No Brasil, as primeiras unidades de conservação e proteção criadas pelo poder público, foram os parques nacionais, estaduais e municipais, sendo o Parque Nacional de Itatiaia, a primeira área protegida do país, criada em 1937, com o intuito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas (FERRETTI, 2002). No ano 2000, criou-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei Federal 9.985/00), vigente até os dias de hoje, que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, “regulamentando as atividades onde serão praticadas e desenvolvidas atividades de lazer e observação relacionadas com o turismo alternativo, em particular, ecoturismo” (DIAS, 2003, p. 132). As Unidades de Conservação, de acordo com a Lei Federal 9.985/00, foram classificadas em dois tipos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. De acordo com Dias (2003), o primeiro tem como objetivo preservar a natureza e só é admitido o uso indireto de seus recursos naturais, enquanto

que o segundo, tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais.

Efetivamente, as áreas naturais protegidas têm influenciado o desenvolvimento do turismo sustentável. Porém, as etapas de planejamento e de gestão desta atividade estão sujeitas ao plano de manejo da área e seus objetivos de conservação. Cada sistema de áreas naturais protegidas, de acordo com os princípios, critérios e normas específicos do país, desenvolve uma forma de gestão do espaço. No próximo subtema se aprofundará sobre a gestão do turismo em áreas naturais protegidas e as diretrizes que devem seguir os gestores para seu desenvolvimento.

2.1.2 Gestão do turismo em áreas naturais protegidas

A ligação entre as áreas protegidas e o turismo é tão antiga quanto a história dessas áreas. As áreas protegidas precisam do turismo e o turismo precisa das áreas protegidas. Embora a relação seja complexa e muitas vezes conflitante, o turismo é sempre um componente crítico que deve ser levado em conta na criação e gestão de áreas protegidas (EAGLES et al., 2002).

O turismo, em geral, pode ser uma parte da estratégia de gestão de uma área protegida. No entanto, essa atividade apresenta uma mistura de oportunidades e ameaças (DRUMM; MOORE, 2002):

- Oportunidades: geração de renda; taxas de entrada e de uso de licenças; concessões de doações do setor privado; criação de emprego; uma economia mais forte; justificativa para a criação e existência de áreas protegidas; educação ambiental; apreciação e orgulho; melhoria nos esforços de conservação.
- Ameaças: degradação ambiental; instabilidade econômica; congestão; excessivo desenvolvimento.

De acordo com Eagles et al. (2002), o objetivo da criação de áreas protegidas é, em primeiro lugar, a manutenção de algum tipo de condição ou

processo biofísico, como a população de espécies selvagens, habitat, paisagem natural ou aspectos do patrimônio cultural, como as tradições de uma comunidade. Os turistas que visitam essas áreas protegidas, segundo os autores, buscam entender e apreciar os valores pelos quais esta área foi criada e obter benefícios pessoais.

Segundo Drumm e Moore (2002), o grau em que as atividades turísticas são praticadas depende da prioridade que lhes foi atribuída pelos gestores da área, que, por sua vez, devem ser orientadas por um documento de planejamento elaborado para esse efeito. Esse plano de manejo do turismo, prosseguem, determina as pressões, suas fontes e as ameaças reais à integridade cultural e natural da área, assim como as estratégias para reduzir essas ameaças. A área protegida, de acordo com os autores, deve ter um plano geral de gestão que forneça orientações claras sobre o plano de manejo do turismo: objetivos gerais para a gestão das áreas protegidas e recomendações para programas de gestão de uso público e turismo. Esse plano vai definir os objetivos de manejo a longo prazo para a área e um esquema de zoneamento que identifique onde podem se realizar as diferentes atividades.

Eagles et al. (2002) afirmam que o plano geral de manejo de um parque é o veículo para determinar e relacionar todas as políticas de parques, integrando o plano de turismo em outros planos comuns da área protegida, como o plano de gestão para a vida selvagem, o plano de gestão incêndios e o plano de gestão da vegetação. Embora esses planos muitas vezes são sólidos no que diz respeito à gestão dos recursos naturais do parque, eles são frequentemente deficientes na descrição dos objetivos do turismo e como alcançá-los.

No Brasil, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei Federal 9.985/00), a visitação pública para atividades de ecoturismo e de educação ambiental só pode ser desenvolvida em algumas categorias de unidades, tanto de Uso Sustentável como de Proteção Integral (SALVATI, 2003). De acordo com o autor, em todas elas há restrições, as quais referem-se àquelas contidas em regulamentos próprios (decretos), em Planos de Manejo, em consultas a proprietários, a concessionários (no caso de Reservas Extrativistas)

de terras inseridas em áreas protegidas ou a conselhos gestores, entre outras regras.

Os gestores de áreas protegidas têm um papel fundamental no desenvolvimento do turismo nesses espaços naturais, combinando a conservação com a recepção de visitantes. Eles são os encarregados de manter as seguintes diretrizes (EAGLES et al., 2002):

- ✓ Garantir que a avaliação das atividades de turismo, seu volume e seu impacto sobre os parques seja a mais completa possível e que os dados sejam divulgados de forma eficaz.
- ✓ Adaptar os serviços e produtos disponíveis pelo parque para as circunstâncias que motivam os turistas a viajar.
- ✓ Criar produtos e serviços para que os turistas possam gastar seu dinheiro (Exemplo: de lazer, alojamento, artesanato e alimentos).
- ✓ Ter como objetivo que todos os serviços turísticos sejam de alta qualidade.
- ✓ Promover o papel ativo de visitantes satisfeitos e dispostos a defender o parque em relação aos seus objetivos nos grandes debates políticos que ocorrem dentro da sociedade.
- ✓ Criar oportunidades para os visitantes do parque desempenhar um papel de gestão desse espaço (realizando parcerias, fazendo doações a programas específicos ou oferecendo ajuda aos funcionários).
- ✓ Assegurar que todos os programas de informação e de interpretação alcancem expectativas razoáveis.
- ✓ Minimizar exploração econômica privada (manter os benefícios através do aumento da autossuficiência local) e criar conexões com outros setores.
- ✓ Fornecer opções de hospedagem locais.
- ✓ Proporcionar oportunidades para atividades recreativas.
- ✓ Incentivar o consumo de alimentos produzidos nos arredores.
- ✓ Assegurar a participação e controle da comunidade local do entorno (Exemplo: através de serviços de guias locais).
- ✓ Impor programas nos quais sejam distribuídos rentas obtidas ou se efetuem pagamentos diretos.

- ✓ Compreender o papel da área protegida nas atividades turísticas regionais e nacionais.
- ✓ Compreender o papel fiscal e econômico do turismo nos parques.
- ✓ Sedar eventos especiais.
- ✓ Proporcionar oportunidades à comunidade local para celebrar suas tradições culturais.
- ✓ Ajudar a ensinar à comunidade local as habilidades para trabalhar no turismo.
- ✓ Avaliar todos os serviços turísticos oferecidos pelo setor privado para garantir que eles sejam de qualidade e respeitem a política do parque.
- ✓ Garantir que o parque tenha o pessoal devidamente treinado em planejamento e gestão do turismo.
- ✓ Avaliar continuamente todos os programas de turismo para garantir que os objetivos sejam cumpridos.
- ✓ Garantir que os programas de turismo sejam suportados por uma gestão financeira competente.
- ✓ Impor preços adequados.
- ✓ Atribuir devidamente os ingressos derivados da cobrança de taxas.

Embora seja amplo o papel que os planejadores e gestores de áreas protegidas realizam para forjar um relacionamento mais construtivo com a “indústria do turismo”, eles trabalham em contextos legais, políticos, econômicos e culturais que restringem significativamente sua liberdade (EAGLES et al., 2002). Segundo os autores, depende, em parte, das medidas que adotem os governos e outras entidades em questões como a modernização da legislação em matéria de turismo e áreas protegidas, ou a introdução de incentivos econômicos para fomentar a adoção de formas sustentáveis de turismo.

Por outro lado, o turismo em áreas protegidas requer a cooperação entre os setores público e privado, e depende uma da outra para ter sucesso (EAGLES et al., 2002). Os próprios gerentes, de acordo com os autores, podem carecer das habilidades e recursos econômicos e estruturais para gerir e criar instalações turísticas de forma eficaz para elas próprias. No entanto, concluem, uma organização com uma estrutura legal comparável a uma empresa paraestatal ou

privada pode encarregar-se da maioria das instalações, estabelecendo uma gestão compartilhada.

Eagles et al. (2002) explicam as razões pelas quais o setor privado pode ser uma boa alternativa para oferecer serviços e produtos especializados:

- Pode se adaptar mais facilmente às mudanças das necessidades e condições de mercado.
- Tem normalmente mais flexibilidade para concluir contratos de trabalho.
- Muitas vezes tem maior liberdade para inovar e responder rapidamente.
- Pode juntar maior quantidade de capital e outros fundos com mais facilidade.
- Tem mais liberdade para fixar os preços.
- Não é restringida pelas limitações da política do governo.

Entre os casos de sucesso de gestão em parceria público-privada nas Unidades de Conservação no Brasil, destaca o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná. Desde 1998, a concessionária Cataratas do Iguaçu S.A, administradora da maior área destinada à visitação pública, inclusive a que inclui as Cataratas, implantou infraestrutura de apoio na zona de uso público do Parque, oferecendo mais segurança e qualidade no atendimento aos visitantes e ao mesmo tempo fomentando a educação ambiental (CATARATAS DO IGUAÇU, s. d). De acordo com Rudzewicz (2004, p. 3), “o repasse de tarefas para empresas privadas no Parque tem proporcionado ao órgão público concentrar-se nas suas tarefas essenciais de manutenção e controle da área protegida”. A autora afirma que a terceirização do Parque Nacional do Iguaçu representou uma mudança positiva na gestão do uso público deste espaço natural no que se refere à qualificação da experiência do visitante e à distribuição mais equitativa dos benefícios do turismo para a comunidade local, respeitando os princípios de conservação.

Apesar das diretrizes apresentadas para aproveitar os benefícios do turismo em todos os tipos de áreas protegidas, seu desenvolvimento representa um desafio, dado que não existe uma solução única (EAGLES et al., 2002).

Segundo os autores, a gestão deve, em grande parte, ser adaptada às condições locais.

O ecoturismo, de acordo com Drumm e Moore (2002), é o segmento turístico que deve ser adotado para o uso público das áreas naturais protegidas, segundo as organizações internacionais dedicadas a conservação do meio ambiente como *The Nature Conservancy*. Os autores explicam que esse segmento tem o potencial de reduzir as ameaças associadas ao turismo convencional nas áreas naturais e nas comunidades que habitam o entorno delas. Porém, alguns autores como Moreira (2010) afirmam que o ecoturismo está relacionado à conservação da biodiversidade dos espaços naturais, dando menor importância à conservação da geodiversidade. No próximo tema se expõem os conceitos e bases acadêmicas da geoconservação, e sua relação com a geodiversidade, o patrimônio geológico e o geoturismo.

2.2 GEOCONSERVAÇÃO

A diversidade geológica, ou geodiversidade, como conjunto dos aspectos inanimados do planeta e resultado de uma multiplicidade de fatores e da relação entre eles, é uma das variáveis essenciais para a biodiversidade, considerando seu papel como arcabouço terrestre onde se desenvolve, sendo ambas as responsáveis pela evolução da vida na Terra (BRILHA 2005; NASCIMENTO et al., 2015). De acordo com Carcavilla et al. (2007), a geodiversidade refere-se a variedade de características geológicas presentes em um lugar, identificadas depois pela sua frequência, distribuição e como elas ilustram a evolução geológica.

Cada parte do planeta apresenta uma geodiversidade específica, sem importar o tamanho, a pequena escala, desde os minerais, até, em grande escala, as montanhas. Apesar de sua importância, não tem conquistado o grau de reconhecimento pela sociedade, ao contrário da biodiversidade, cujo termo, além de sua divulgação e aceitação, tem uma definição formal amplamente aceita que foi conceituada em 1992 na Conferência do Rio de Janeiro (BRILHA,

2005; CARCAVILLA et al., 2008). Daí que as políticas públicas de conservação, divulgação e utilização do patrimônio natural tendem a priorizar a preservação da biodiversidade, desenvolvendo estratégias para sua conservação, em detrimento da geodiversidade (CARCAVILLA et al., 2007; NASCIMENTO et al., 2008).

O termo geodiversidade é um conceito recente que tem sido utilizado pela academia desde a década de 1990, sendo a Austrália e o Reino Unido os primeiros países que começaram a divulgá-lo (GRAY, 2004, NASCIMENTO et al., 2015). Devido a esse curto período, é compreensível que o termo e o conceito não têm sido implantados solidamente, mesmo entre a comunidade geológica (BRILHA, 2005). Bento e Rodriguez (2011) afirmam também que o número de pesquisas sobre geodiversidade é relativamente baixo em contraste com a ampla pesquisa existente sobre biodiversidade, explicando assim as falências na evolução do conhecimento sobre o tema e na valorização da importância de sua conservação.

Muito ligado ao conceito de geodiversidade, encontra-se o denominado patrimônio geológico, uma herança natural constituída pelos geossítios ou sítios geológicos que registram a evolução da Terra num período de bilhões de anos (NASCIMENTO et al., 2008). Brilha (2005) o define como uma agrupação de locais de interesse geológico que têm sido inventariados, caracterizados e bem delimitados geograficamente, em certa área ou região, representando um ou mais elementos da geodiversidade, com importante valor científico, pedagógico, cultural, turístico e outros.

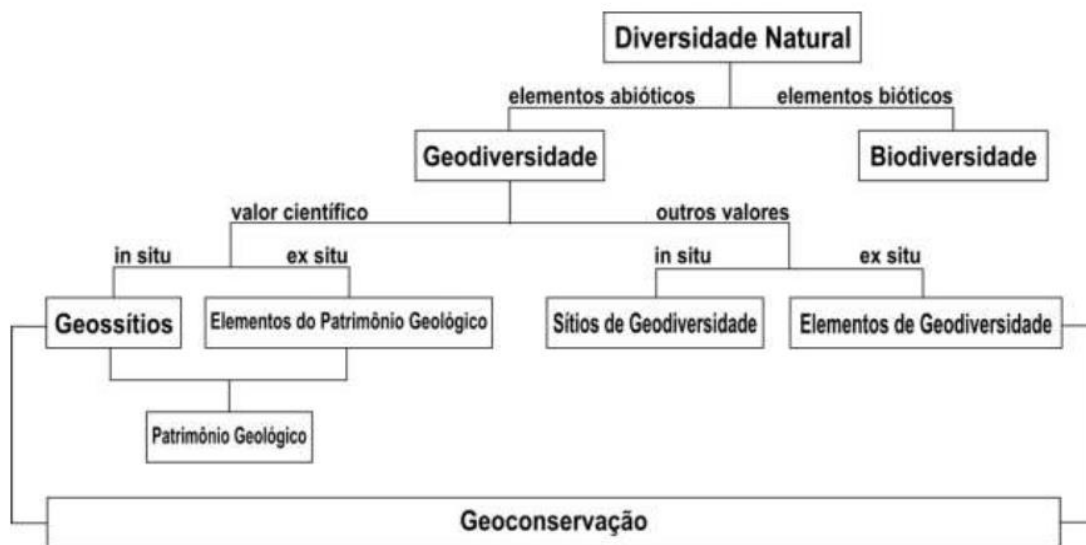
O conceito de patrimônio geológico não deve ser abordado como sinônimo da geodiversidade dado que é só uma parcela dela, diferenciando-se nas características e valores especiais pelo qual torna-se necessária sua conservação (NASCIMENTO et al., 2015). Para Guillen (2004), o patrimônio geológico é um recurso científico, cultural e turístico, ameaçado pela atividade humana depredatória e a falta de conhecimento sobre sua importância, mas que, se for aproveitado responsavelmente, poderia representar uma ferramenta eficaz para a conservação da geodiversidade e o desenvolvimento econômico, em áreas rurais e no ambiente dos espaços naturais protegidos.

De acordo com Ruchkys (2007), na maioria de países não existe uma lei específica de proteção da geodiversidade, colocando-se implicitamente dentro das leis de proteção dos recursos naturais, paisagem e ecossistemas. No entanto, segundo a autora, o interesse da comunidade de geociências por garantir a conservação do patrimônio geológico estimulou o desenvolvimento de medidas específicas de geoconservação em todas as partes do mundo. Assim como a geodiversidade, a geoconservação é um termo recente cuja definição não tem sido consensual entre os especialistas, mas que em sentido amplo tem como objetivo a “utilização e a gestão sustentável de toda a geodiversidade, englobando todo o tipo de recursos geológicos”, e em sentido restrito, visa conservar certos elementos da geodiversidade de valor superlativo superior à média (BRILHA, 2005, p. 51).

Para Nascimento et al. (2015), a geoconservação é um conjunto de ferramentas que buscam proteger as áreas relevantes do ponto de vista geológico, através de diversas atividades, desde as ações de levantamento básico até as práticas de gestão. Carcavilla et al. (2007) definem-na como o conjunto de técnicas e medidas capazes de garantir a conservação do patrimônio geológico e da geodiversidade, baseada na análise de seus valores intrínsecos, vulnerabilidade e do risco de degradação. Brilha (2015) realizou um arcabouço teórico sobre os conceitos de geodiversidade, patrimônio geológico e geoconservação, e a relação entre eles, a fim de esclarecer que este último abrange somente a parte relevante da geodiversidade (FIGURA 1).

Como se observa na (FIGURA 1), a geodiversidade considera-se como o conjunto de elementos abióticos da diversidade natural. Se observa também que seu valor científico, principalmente os geossítios, são denominados como patrimônio geológico. Enquanto que a geoconservação, abrange a conservação dos geossítios e os elementos de geodiversidade com valores especiais.

FIGURA 1 - ESQUEMA REPRESENTATIVO DAS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE OS CONCEITOS DE GEODIVERSIDADE, PATRIMÔNIO GEOLÓGICO E GEOCONSERVAÇÃO



FONTE: Brilha (2015).

Os principais objetivos da geoconservação, de acordo com Sharples² (2002 citado por NASCIMENTO et al., 2008), são:

Conservar e assegurar a manutenção da geodiversidade; proteger e manter a integridade dos locais com relevância em termos de geoconservação; minimizar os impactos adversos dos locais importantes em termos de geoconservação; interpretar a geodiversidade para os visitantes de áreas protegidas; e contribuir para a manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos dependentes da geodiversidade (p. 22).

Nas palavras de Brilha (2005, p. 52) a geoconservação só deve ser concretizada “depois de um aturado trabalho de definição de aquilo que deve ser considerado como Patrimônio Geológico, da sua caracterização e da quantificação do seu interesse, relevância e vulnerabilidade”. Nascimento et al. (2015) explicam que para alcançar os objetivos de geoconservação devem ser utilizados os seguintes procedimentos: inventário, quantificação do valor,

² SHARPLES, C. **Concepts and Principles of Geoconservation**. Documento em PDF disponibilizado na Tasmanian Parks & Wildlife Service website, 2002.

identificação de vulnerabilidade, proteção legal, divulgação, conservação e monitoramento dos sítios.

De acordo com Ruckys (2007), diversos países, especialmente na Europa e na Ásia, desenvolveram as primeiras iniciativas de estudo e conservação dos seus recursos geológicos enfocadas no inventário de sítios geológicos e a promoção como patrimônio da humanidade. Segundo a autora, ao final da década de 1990, a UNESCO criou um programa de conservação e reconhecimento do patrimônio geológico mundial denominado Programa Geoparques, baseado nas experiências europeias. De acordo com Moreira (2011), o termo geoconservação começou a ser bastante utilizado após 2004 com a criação da Rede Global de Geoparques (*Global Geoparks Network - GGN*), cujo fim é a conservação de exemplares da geodiversidade que apresentem grande valor econômico, intrínseco, ecológico, científico, educativo etc. A GGN ou UNESCO *Global Geoparks*, desenvolve modelos de melhores práticas e padrões de qualidade estabelecidos para os territórios que integram a preservação do patrimônio geológico em estratégias para o desenvolvimento econômico sustentável regional (Global Geoparks Network - GGN, 2015).

O estabelecimento de um Geoparque, de acordo com a GGN, tem como objetivo trazer sustentabilidade e real benefício econômico para as populações locais, normalmente por meio do desenvolvimento do turismo sustentável e outras atividades econômicas e culturais. Schobbenhaus e Silva (2012, p. 16-17) explicam que um geoparque não é classificado como uma unidade de conservação, nem é uma nova categoria de área protegida, mas “oferece a possibilidade de associar a proteção da paisagem e dos monumentos naturais com o turismo e o desenvolvimento regional”. A ausência de um enquadramento legal de um geoparque, segundo os autores, explica o sucesso dessa iniciativa em nível mundial. Medeiros et al. (2015), ilustram na (FIGURA 2), as principais diferenças em certos aspectos que caracterizam um geoparque e uma área protegida, distinguindo os focos e abordagens entre as duas modalidades de áreas naturais.

FIGURA 2 - PRINCIPAIS DIFERENCIAS ENTRE ÁREAS PROTEGIDAS E GEOPARQUES

Principais diferenças entre áreas protegidas e geoparques	
Áreas protegidas	Geoparques
Em algumas modalidades há necessidade de remoção dos moradores, bem como não uso do local para fins de preservação.	Inserção da comunidade nas atividades do geoparque, seja por meio de atividades que os moradores já desenvolvem e/ou iniciativas empreendedoras.
Foco na biodiversidade	Foco na geodiversidade associada com a cultura, turismo, interpretação ambiental, educação científica.
Gestão do espaço de acordo com os princípios do SNUC e obrigatoriedade de um Conselho Gestor.	Como não existe lei atrelada a questão gerencial, possibilita várias formas de gestão.
Aborda o ecoturismo e atividades pautadas na natureza	Aborda o geoturismo e atividades que utilize a geodiversidade como pano de fundo, sem intervir em outras atividades turísticas.

FONTE: Medeiros et al. (2015).

Como se observa na (FIGURA 2) as áreas protegidas se diferenciam dos geoparques em quatro aspectos: na participação dos moradores, no tipo de diversidade natural que aborda, na gestão do espaço, e no tipo de turismo que aborda. Respeito a participação dos moradores, a área protegida pode restringir o uso do solo dos moradores, e incluso pode remover eles. No geoparque, a comunidade se integra e participa diretamente das atividades no local. No que tange ao tipo de diversidade natural, a área protegida da foco na biodiversidade, enquanto que o geoparque principalmente na geodiversidade. No tocante à gestão do espaço, a área protegida restringe as formas de gestão, enquanto que no geoparque tem maior liberdade. E no que se refere ao tipo de turismo que aborda, a área protegida desenvolve principalmente ecoturismo, enquanto que o geoparque da foco no geoturismo e outras atividades que se desenvolvem na geodiversidade.

2.2.1 Geoconservação no Brasil

O Brasil é um país reconhecido por sua riqueza natural e beleza da paisagem, que protege legalmente diversas áreas naturais do seu território por

meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Dada sua grande dimensão, possui uma alta quantidade de locais de interesse geológico, mas que se encontram ameaçados pelos impactos da ocupação desordenada, a exploração não planejada de bens minerais e o turismo predatório (RUCHKYS, 2007).

Cabe destacar que não existe um recurso legal específico que proteja o patrimônio geológico, no entanto, um dos 13 objetivos principais dentro da Lei do SNUC, Lei Federal 9985, de 18 de julho de 2000, visa proteger as características relevantes de naturezas geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural (NASCIMENTO et al., 2015).

A criação da Comissão SIGEP - Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil, no início de 1997, foi a primeira iniciativa de maior relevância e abrangência no sentido de reconhecimento e geoconservação do patrimônio brasileiro, em decorrência ao chamamento mundial feito em 1993 pelo *Working Group on Geological and Palaeobiological Sites* – GEOTOPES (NASCIMENTO et al., 2008). A SIGEP, constituída por importantes entidades como Academia Brasileira de Ciências (ABC), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), entre outros, é responsável de gerenciamento de um cadastro nacional disponibilizado no *site* hospedado no Serviço Geológico do Brasil (<http://sigep.cprm.gov.br>) na forma de artigos científicos elaborados por especialistas que trabalharam nas áreas dos sítios cadastrados, recebendo já mais de 1 milhão de visitas (SCHOBENHAUS; SILVA, 2012).

Uma década depois, em 2006, criou-se o Projeto Geoparques do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que centra-se na criação de geoparques no território brasileiro, cujos objetivos são identificar, classificar, descrever, catalogar, georreferenciar e divulgar os parques geológicos do Brasil, assim como estabelecer as diretrizes para seu desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO et al., 2008). O geoparque Araripe, localizado ao sul do Estado brasileiro do Ceará, é o primeiro geoparque da América e do Hemisfério Sul,

reconhecido pela UNESCO em 2006 (CORREIA, 2013). Possui uma extensão de 5.000 km² dentro da bacia sedimentar do Araripe, abrangendo registros paleontológicos e geológicos de qualidade excepcional que oferece uma possibilidade única para se compreender parte importante do passado geológico e a evolução da vida (NASCIMENTO et al., 2008).

Inicialmente foram propostas 30 áreas potenciais para a criação de geoparques no Brasil, entre elas o Parque Estadual de Vila Velha, no Paraná (FIGURA 3). Na última década, outras áreas de interesse geológico foram se somando, mas o Araripe continua sendo o único Geoparque brasileiro dentro da Rede Mundial de Geoparques, sustentada pela UNESCO.

FIGURA 3 - ÁREAS POTENCIAIS PARA A CRIAÇÃO DE GEOPARQUES, SEGUNDO O PROJETO GEOPARQUES DO BRASIL DA CPRM

	NOME DO GEOPARQUE	UF	CATEGORIA (S) PRINCIPAL (S)	IDENTIFICAÇÃO NA SIGEP*
1	Minas do Camaquã	RS	História da Mineração	64
2	Floresta Petrificada	RS	Paleontológico	9
3	Aparados da Serra	RS / SC	Geomorfológico, Ígneo	50
4	Amestistas	RS	Mineralógico, Geomorfológico, Ígneo	-
5	Iguaçu	PR	Geomorfológico, Ígneo	11
6	Vila Velha	PR	Geomorfológico, Paleoambiental	67
7	Alto Ribeira	SP	Espeleológico, Paleoambiental	43
8	Araraquara	SP	Paleontológico, Paleoambiental	79
9	Itu	SP	Paleoambiental	62
10	Serra do Bodoquena	MS	Espeleológico, Paleoambiental	34
11	Vulcão de Nova Iguaçu	RJ	Ígneo	-
12	Serra da Canastra	MG	Geomorfológico, Paleoambiental	-
13	Quadrilátero Ferrífero	MG	Paleoambiental, História da Mineração, Histórico-Cultural	42
14	Diamantina	MG	Geomorfológico, História da Mineração	36
15	Araguinha	GO / MT	Astroblema	1
16	Chapada dos Guimarães	MT	Geomorfológico, Paleontológico, Espeleológico	77, 99
17	Chapada dos Veadeiros	GO	Geomorfológico, Paleoambiental	77, 96
18	Chapada Diamantina	BA	Geomorfológico, Paleoambiental, Histórico-Cultural	16, 31, 72, 85, 91
19	Serra da Capivara	PI	Paleontológico, Arqueológico	-
20	Cabo de Santo Agostinho	PE	Ígneo, Histórico-Cultural	111
21	Chapada do Araripe**	CE / PE	Paleontológico, Geomorfológico	5, 6
22	Rio do Peixe (Sousa)	PB	Paleontológico	26
23	Serra do Martins	RN	Espeleológico	-
24	Chapada do Apodi	RN	Espeleológico	127
25	Fernando de Noronha	PE	Ígneo	66
26	Sete Cidades	PI	Geomorfológico, Paleoambiental	25
27	Lençóis Maranhenses	MA	Sedimentológico, Ambiental	-
28	Presidente Figueiredo	AM	Estratigráfico, Espeleológico, Arqueológico, Histórico-Cultural	-
29	Roraima	RR	Geomorfológico, Paleoambiental	38
30	Vale do Catimbau	PE	Geomorfológico, Ambiental	-

FONTE: Nascimento et al. (2008).

No seguinte tópico apresenta-se os aspectos relacionados à geoconservação no Peru.

2.2.2 Geoconservação no Peru

O Peru, assim como o Brasil, é um país reconhecido pela diversidade natural no seu território, além da importante herança cultural, histórica e arqueológica das civilizações que habitaram-no séculos atrás. Possui uma ampla variedade de ecossistemas, caracterizados por seu valor científico e sua beleza paisagística. O Estado peruano protege esses espaços naturais através de um Sistema de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SINANPE), cujas categorias de conservação, ordenadas de forma parecida ao SNUC brasileiro, dão foco principalmente na conservação biológica, sob conceitos no qual a natureza limita-se a riqueza biótica dos ecossistemas. De acordo com Zavala (2007), os espaços naturais de caráter e valor geológico como característica primária não são incluídos numa categoria de conservação, à exceção de algumas áreas reservadas (Santuários, Reservas Nacionais e Zonas Reservadas), mas que são considerados secundariamente.

Existem diversos patrimônios geológicos no Peru, alguns legalmente protegidos como o Santuario Nacional de Huallay, no departamento de Pasco, a Reserva Nacional Salinas e Aguada Blanca, entre os departamentos de Arequipa e Moquegua, e a Reserva Nacional de Paracas, no departamento de Ica, que de maneira casual incluem paisagens de figuras singulares e formações geológicas, vulcânicas e manifestações termais (ZAVALA, 2011).

O Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET) do Peru, como Serviço Geológico Nacional, visa conservar espaços de interesse geológico e de valor turístico, didático ou científico, diferenciando entre: os Monumentos Naturais, como Volcaes de Maure, Valle do Colca, La Catedral de Paracas ou Marcahuasi; os Parques Naturais, como Volcaes de Andahua, Tinajani ou as Cataratas de Huancaya; os Monumentos Paleontológicos, como Sacaco e

Puente Inga; e os Santuários Nacionais, como Pongo de Mainique e Quelccaya (ZAVALA, 2011).

De acordo com o website do SERNANP - Serviço Nacional de Áreas Protegidas pelo Estado (<http://www.sernanp.gob.pe>), em maio do 2001, cria-se a primeira Reserva Paisagística no Peru denominada Nor Yauyos – Cochas, localizada na bacia alta do Rio Cañete, no departamento de Lima; e em 23 de maio do 2005, cria-se a segunda Reserva, denominada Cañon do Cotohuasi, na bacia do Cotohuasi, no departamento de Arequipa; incluindo ambas as áreas um importante patrimônio geológico.

Em 2006, o INGEMMET desenvolveu o programa “Patrimonio y Geoturismo” a fim de desenvolver propostas de geoparques no país andino, assim como a elaboração de Guias geoturísticos virtuais (ZAVALA, 2011). De acordo com Zavala, tem-se realizado duas propostas formais de geoparques no Peru: o Geoparque Marcahuasi, no departamento de Lima, e a Reserva Nacional de Paracas, no departamento de Ica.

2.2.3 Geoturismo

O primeiro conceito do termo geoturismo foi dado pelo inglês Tomas Hose (1995, p. 16-17) que definiu-o como “a provisão de serviços e facilidades interpretativas que permitam aos turistas adquirirem conhecimento e entendimento da geologia e geomorfologia de um sítio (incluindo sua contribuição para o desenvolvimento das Ciências da Terra), além de mera apreciação estética”. Em 2000, o mesmo autor acrescentou dentro dos objetivos desta atividade a promoção dos valores e benefícios sociais dos lugares (LOPES et al., 2011). Posteriormente, outros autores definiram como geoturismo à forma de turismo em áreas naturais sendo o patrimônio geológico seu principal atrativo, cujo fim seja sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando para isto a interpretação deste patrimônio, tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o

desenvolvimento das Ciências da Terra (NEWSOME; DOWLING, 2010; RUCHKYS, 2007).

Nos últimos anos, o geoturismo foi utilizado como uma estratégia de geoconservação que tem sido desenvolvida em vários países, sendo um novo segmento turístico que preenche uma lacuna do ecoturismo ao se pautar na visitação de áreas naturais onde os principais atrativos associam-se ao patrimônio geológico, buscando a proteção desse patrimônio por meio da sensibilização dos visitantes (NASCIMENTO et al, 2008). Alguns autores como Manosso (2007), consideram o geoturismo como um subsegmento do ecoturismo, porque possibilita aos turistas conhecimentos não só ecológicos, mas científicos e culturais, e principalmente geológicos. Segundo Moreira (2010), o geoturismo não pode ser encarado como uma forma de ecoturismo, e sim como um novo segmento. A autora explica que por mais que as definições de ecoturismo conttenham o patrimônio natural, nenhuma delas abrange a geodiversidade como parte do produto turístico, citando muitas vezes unicamente a biodiversidade.

Segundo Moreira e Hevia (2012), o geoturismo pode ser uma ferramenta para desenvolver economicamente uma região, gerar empregos, e ser utilizado para educar os visitantes, estimulando a compreensão do ambiente através de sua interpretação. De acordo com Correia (2013) o geoturismo pode desenvolver a “indústria” de serviços local do turismo, como centros de informação, hotéis e restaurantes, promoção do artesanato local, comidas e produtos, criando postos de trabalho para a população do entorno. A autora explica que o envolvimento das comunidades locais é fator essencial no desenvolvimento dessas novas formas de benefício sustentável através desta atividade.

Por outro lado, de acordo com Bento e Rodriguez (2013), esta atividade fundamenta-se nos objetivos dos programas de educação e interpretação ambiental, sendo primordial o processo de sensibilização e aprendizagem dos turistas sobre o valor dos aspectos abióticos da paisagem. Nas palavras de Ruchkys (2007, p. 23) “a interpretação é um componente essencial do geoturismo, pois é ela que encoraja o turista a contribuir para a geoconservação”. Com efeito, a participação das comunidades locais na tomada de decisões, bem

como dos turistas, tem um rol fundamental para que o geoturismo se desenvolva sustentavelmente (DOWLING, 2009).

De acordo com Lopez et al. (2011) o geoturismo está pautado em três princípios fundamentais: base no patrimônio geológico, sustentabilidade e na informação geológica. Dowling (2008) afirma que o geoturismo compreende cinco aspectos fundamentais: criar autênticos produtos de geoturismo, conservar sítios de patrimônio geológico, comunicar o valor do patrimônio geológico, formação de comunidade, e cooperação com o setor de operadores turísticos.

Por outro lado, são reconhecidos três grandes grupos de fatores que influenciam, favorecem ou limitam o seu desenvolvimento (MELÉNDEZ 2007 et al.³, citado por MOREIRA E HEVIA, 2012): os de caráter científico, típicos da comunidade geológica, como a sistematização, a investigação e a definição do Patrimônio Geológico; os de caráter político próprio da Administração pública, como a legislação, a definição da regulamentação específica, assim como a promoção e financiamento de projetos de proteção e gestão do patrimônio; e os de caráter social e turístico, ou seja, membros do chamado *trade* turístico, (empresas privadas, tais como as agências ou operadoras de turismo, meios de hospedagem, transportadoras turísticas, entre outros), técnicas de marketing e produtos promocionais (*merchandising*).

Embora que o geoturismo centra-se nos aspectos geológicos, articula-se com outros tipos de turismo como o ecoturismo, turismo de aventura ou turismo cultural, como se observa na (FIGURA 4).

³ MELÉNDEZ, G., MOREIRA, J. C; SORIA, M. **El Geoturismo como vía de difusión del Patrimonio Geológico y paleontológico: Visión comparativa de los programas de Geoturismo en Brasil (Estado de Paraná) y España (Comunidad Autónoma de Aragón).** XXIII Jornadas de la Sociedad Española de Paleontología. Libro de Resúmenes, 2007, 137-138.

FIGURA 4 - RELAÇÃO ENTRE GEOTURISMO, ECOTURISMO, TURISMO DE AVENTURA, TURISMO CULTURAL



FONTE: Dowling (2011).

A (FIGURA 4) mostra a relação entre os diferentes segmentos do turismo, sendo mais interligada aquela que possui traços contínuos e tracejados. Observa-se que o ecoturismo tem uma forte ligação com o geoturismo pelo uso da geodiversidade. Explica-se também que existe uma conexão entre o turismo de aventura e o geoturismo pelo uso das rochas e o relevo. Enquanto que o turismo cultural se relaciona ao geoturismo porque ambos se utilizam de materiais geológicos, sob a forma de artes rupestres ou diferentes utensílios fabricados com minerais e rochas como uma representação cultural. Desse modo, o geoturismo torna-se uma “forma sinérgica de turismo, onde os elementos da paisagem e as formas de relevo, juntos, criam uma experiência turística que é mais rica do que a soma das partes” (MEDEIROS et al., 2015, p. 346).

2.2.4 Geoturismo no mundo

Há muito tempo que as pessoas se deslocam por todo o mundo para visitar locais de interesse geológico como grutas, desfiladeiros e montanhas. No entanto, só nos últimos anos que desenvolveu-se um segmento turístico com características específicas para criar um mercado próprio baseado no atrativo geológico, reconhecido como geoturismo (DOWLING, 2009).

Entre as primeiras iniciativas focalizadas na conservação do patrimônio geológico com o turismo, salienta-se o Programa Geoparques da UNESCO, principalmente na Europa e na China. Em 2000, criou-se na Europa a Rede Europeia de Geoparques (*European Geoparks Networks*), fundada por quatro membros: *Reserve Géologique de Haute-Provence* (França), *The Petrified Forest of Lesvos* (Grécia), *Geopark Gerolstein/Vulkaneifel* (Alemanha) e *Maestrazgo Cultural Park* (Espanha); enquanto que na China, no mesmo ano, criaram-se 44 geoparques nacionais, sendo muitos deles integrados na Rede Mundial de Geoparques da UNESCO (NASCIMENTO et al., 2008). O sucesso da Rede Europeia de Geoparques levou a UNESCO a envolver-se um pouco mais nesta nova dinâmica, criando em 2004 a Rede Global de Geoparques (MEDEIROS et al., 2015).

De acordo com a GGN - Global Geoparks Network (2015), UNESCO *Global Geoparks* está integrada por um total de 120 geoparques e 33 países membros da Rede Mundial de Geoparques: Áustria, Brasil, Canadá, China, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Eslováquia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Indonésia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Malásia, Marrocos, Holanda, Noruega, Polónia, Portugal, România, Eslovênia, Espanha, Turquia, Reino Unido, Uruguai e Vietnam. A China é o país membro que possui a maior quantidade integrando 33 geoparques nacionais.

Nos últimos anos, os serviços de geologia na América Latina tem se centrado, como nova temática em geologia, no estudo do patrimônio geológico, sendo o Brasil e o Uruguai os países mais avançados. Ambos já incluíram Geoparques na lista da UNESCO: Geoparque Araripe do Brasil, desde 2006, e Geoparque Grutas del Palacio do Uruguay, desde 2013. Mantesso-Neto et al.

(2010) afirmam que outros países como Argentina, Chile, Costa Rica, Peru e Venezuela tem realizado vários trabalhos, estudos e projetos de geoparques há muitos anos, cujas propostas visam ser integradas paulatinamente na GGN.

2.2.5 Geoturismo no Brasil

Existem muitos exemplos de locais de interesse geoturístico no Brasil, principalmente as serras, os picos, as chapadas e afloramentos de rochas, tornando-se atrações turísticas como Cataratas de Iguaçu, no Paraná; Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro; Vila Velha, no Paraná; Gruta de Ubajara, no Ceará; Serra da Capivara, no Piauí; Chapada Diamantina, na Bahia; Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso; Lençóis Maranhenses, no Maranhão; Pico do Cabugi, no Rio Grande do Norte; entre outros (NASCIMENTO et al., 2008).

O geoparque Araripe, no Estado do Ceará, é o principal projeto geoturístico do Brasil. Em dezembro de 2005, o Governo do Ceará apresentou a proposta junto à Divisão de Ciências da Terra da UNESCO, para o reconhecimento e aceitação do Geoparque Araripe como membro efetivo da Rede Mundial de Geoparques, sendo aceito em setembro do 2006 pela sua relevância geológica e paleontológica, cujos locais de interesse geológico receberam a denominação de geotopos, elementos representativos de seus estratos geológicos e de suas formações fossilíferas, distribuídos na região do Cariri (NASCIMENTO et al., 2008).

Além do Geoparque Araripe, único geoparque brasileiro com o selo da UNESCO, existem outros projetos geoturísticos que destacam-se como o Projeto Caminhos Geológicos do Rio de Janeiro, o Projeto Monumentos Geológicos do Rio Grande do Norte, o Projeto Monumentos Geológicos de São Paulo, Projeto Caminhos Geológicos da Bahia, o Projeto de Sítios Geológicos e Paleontológicos do Estado do Paraná e as iniciativas de criação de geoparques como o do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, do Ciclo do Ouro, em São Paulo, ou Bodoquena-Pantanal, no Mato Grosso do Sul (LOPEZ et al., 2011).

De acordo com Mantesso-Neto (2010), mais de 30 propostas de geoparques já foram feitas, entre elas as principais são: Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, cuja candidatura já foi apresentada a UNESCO; Bodoquena Pantanal, no Mato Grosso do Sul, cujo geossítio mais visitado internacionalmente é a região de Bonito; Campos Gerais do Paraná, que possui uma boa infraestrutura turística e suas comunidades já desenvolvem atividades geoturísticas; Alto Vale do Ribeira, entre Paraná e São Paulo; Rio de Janeiro, futuro geoparque urbano, no Rio de Janeiro, cujos geossítios como Pão de Açúcar e o Corcovado são símbolos turísticos internacionais; entre outros.

No impulso de atividades de geoconservação, divulgação geocientífica e de geoturismo nos Campos Gerais, resolveu-se criar um geoparque que atue como ferramenta de desenvolvimento regional, em sintonia com o também rico patrimônio histórico cultural, arqueológico e biológico. A região dos Campos Gerais, centro-leste do Estado do Paraná, possui um patrimônio geomorfológico importante como canyons, cachoeiras e corredeiras; e uma paisagem cárstica em rochas não carbonáticas, com relevo ruiforme, dolinas/furnas e rios subterrâneos (GUIMARÃES et al., 2008). De acordo com os autores, salienta-se o valor estético dos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá, e muitos outros geossítios, sustentando a forte vocação geoturística regional, constituída pelos Municípios de Tibagi, Castro e Piraí do Sul, além do Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa e o Geossítio das Estrias Glaciais de Witmarsum, em Palmeira.

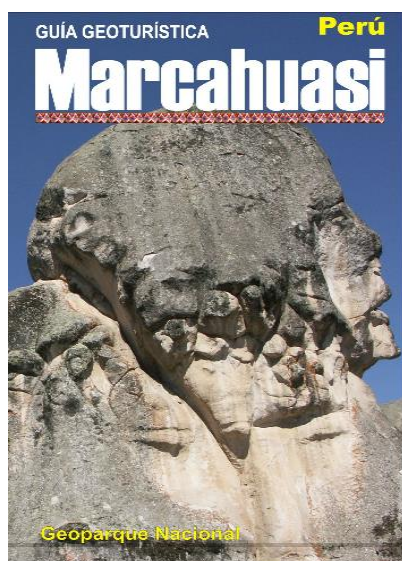
De acordo com a Secretaria de Turismo – SETUR, do Governo do Estado do Rio Grande do Norte - RN (2016), a criação do Geoparque Seridó, no RN, encontra-se na etapa final para ser incluída no Programa da UNESCO, e se tornaria o segundo do Brasil e o terceiro da América do Sul a possuir esse equipamento. Em 2010 iniciou-se o processo de implantação do Geoparque Seridó através da promoção de pesquisas, publicações e inventários para adiantar processos burocráticos exigidos pela UNESCO, sendo o coordenador do Projeto, o professor Dr. Marcos Leite do Nascimento, um dos mais importantes pesquisadores da geoconservação e o geoturismo no Brasil, citado amplamente neste trabalho.

2.2.6 Geoturismo no Peru

Apesar do grande potencial geoturístico no Peru, ainda encontra-se numa fase incipiente de desenvolvimento. Existem diversos patrimônios geológicos no país andino que recebem uma alta taxa de turistas cada ano, como o Santuário Nacional de Huallay, a Reserva Nacional Salinas e Aguada Blanca, e a Reserva Nacional de Paracas (ZAVALA, 2011). Porém, o geoturismo não é considerado dentro do plano de manejo dessas áreas, dando maior enfoque na biodiversidade dos ecossistemas que abrangem (SERVICIO NACIONAL DE AREAS NATURALES PROTEGIDAS PELO ESTADO – SERNANP, 2016).

Diante dessa realidade, o Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET) do Peru, através do programa “Patrimonio y Geoturismo”, iniciou os projetos de geoparques como fator chave para desenvolver o geoturismo nacional. Em 2006 escolheu ao Bosque de Pedras Marcahuasi para realizar o primeiro projeto de Geoparque no país, cujo objetivo foi dar valor às paisagens no planalto Marcahuasi, integrando a comunidade local, San Pedro de Casta (ZAVALA, 2011). Os resultados foram recopilados num guia geoturístico virtual com a participação de geólogos e comunicadores sociais (FIGURA 5).

FIGURA 5 - CAPA DO GUIA GEOTURÍSTICA MARCAHUASI



FONTE: Zavala et al. (2006)

De acordo com Zavala (2011) outro patrimônio geológico com potencial geoturístico importante é a Reserva Nacional de Paracas (RNP), que também possui um projeto de geoparque elaborado pelo INGEMMET. Mantesso-Neto et al. (2010) afirma que a RNP será o primeiro geoparque do Peru, visto que possui um patrimônio geológico bem variado (litologia, tectónica, geomorfologia, fósseis) pelo qual tem um grande potencial de uso didático, turístico e científico, além da rica biodiversidade desértica e marino-costeira, dentro de um espaço paisagístico com beleza cénica superlativa. Seu patrimônio cultural, afirmam os autores, inclui sítios arqueológicos e material museológico da Cultura *Paracas*.

O próximo capítulo expõe o conjunto de métodos, técnicas e análises dos dados empregados na Metodologia da presente pesquisa.

3 METODOLOGIA

O processo de pesquisa em turismo é “o conjunto de métodos empírico-experimentais, procedimentos, técnicas e estratégias para obter conhecimento científico, técnico e prático dos fatos e as realidades turísticas” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT, 2005, p. 7). Para a construção deste trabalho se elaborou um estudo de caso, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. De acordo com Dencker (1998), o estudo de caso, como método qualitativo, é um estudo exaustivo de determinados objetos ou situações que permite o conhecimento em profundidade dos processos e relações sociais, especialmente indicado quando se deseja capturar ações e atividades formalmente e informalmente estabelecidas na dinâmica da vida de um indivíduo, grupo, organização, um conjunto de organizações ou uma situação.

A presente pesquisa se centra na análise dos modelos de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi, no Peru, e no Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil. De acordo com Yin (2010), os benefícios analíticos de ter dois ou mais casos, dentro de um projeto de estudo de caso, podem ser substanciais. O autor explica que as conclusões analíticas surgindo de forma independente dos dois casos, serão mais fortes do que as provenientes de um único caso isolado.

A coleta de evidências que o estudo de caso envolve pode ser através de exame de registros, documentos, observação de ocorrência de fatos, entrevistas, entre outras técnicas de pesquisa (DENCKER, 1998, YIN, 2010). Nesse trabalho foram utilizadas as seguintes técnicas: levantamento bibliográfico; análise documental; entrevista semiestruturada, como descrito por Dencker (1998); e observação simples, segundo Gil (2008). No processo de análise dos dados se efetuou a Análise SWOT, conforme Kotler (2010), e a Análise comparativa, na visão do Durkheim (1985).

A escolha dos métodos, técnicas e análise dos dados nessa investigação tem como objetivo principal “analisar os modelos de gestão aplicados no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru, e no Parque Estadual de Vila Velha/Brasil, a partir do estudo comparativo da estrutura de gestão, das ações públicas, e das

relações entre os atores, no que se refere ao uso turístico desses dois espaços naturais”. No (QUADRO 1), se expõem os métodos, técnicas e análise dos dados aplicados no processo metodológico desse estudo de caso.

QUADRO 1 - MÉTODOS, TÉCNICAS E ANÁLISE DOS DADOS NA PESQUISA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TEMÁTICAS ABORDADAS	TÉCNICAS UTILIZADAS	TIPO DE ANÁLISE
Avaliar a estrutura de gestão, as ações públicas e as relações entre os atores no que se refere ao modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru	Uso turístico do Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru	Pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista semiestruturada e observação simples	Análise SWOT
Avaliar a estrutura de gestão, as ações públicas e as relações entre os atores no que se refere ao modelo de gestão do turismo no Parque Estadual de Vila Velha/Brasil	Uso turístico do Parque Estadual de Vila Velha/Brasil	Pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista semiestruturada e observação simples	Análise SWOT
Discutir a necessidade da gestão do turismo como uma ferramenta básica das políticas públicas e das ações de fomento para o desenvolvimento socioeconômico local e a geoconservação em espaços naturais com elevado potencial geoturístico	Gestão do turismo, desenvolvimento socioeconômico local e geoconservação no Bosque de Pedras/Marcahuasi e no Parque Estadual de Vila Velha/Brasil	Pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista semiestruturada e observação simples	Análise comparativa

FONTE: O autor (2016)

O processo metodológico desse trabalho decorreu em seis etapas: Pesquisa bibliográfica; Análise documental; Entrevistas semiestruturadas; Observação simples; Análise SWOT; e Análise Comparativa.

1) Pesquisa bibliográfica

Na primeira etapa realizaram-se levantamentos bibliográficos em livros, teses, e artigos científicos atualizados sobre os seguintes temas: Planejamento e gestão do turismo; Uso turístico de espaços naturais; Gestão do turismo em áreas naturais protegidas; Geoconservação; Geoturismo; e Caracterização do Bosque de Pedras Marcahuasi, no Peru, e do Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil, em relação a sua localização, clima, aspectos biológicos, geológicos, históricos, socioeconômicos, culturais, legais e de uso público.

2) Análise documental

Na segunda etapa efetuou-se uma análise documental a partir da coleta de documentos oficiais, impressos e virtuais, com o intuito de fornecer informação sobre as características de ambas as áreas de estudo. No caso do Bosque de Pedras Marcahuasi, coletaram-se documentos dos empreendedores turísticos, Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru (MINCETUR), Promperu, Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico do Peru (INGEMMET), Direção de Comércio Exterior e Turismo da Região Lima – Peru (DIRCETUR) e Comitê Comunal do Turismo de San Pedro de Casta. No caso do Parque Estadual de Vila Velha, coletou-se documentos do Paraná Projetos, Paraná Turismo, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) e da Prefeitura de Ponta Grossa.

3) Entrevistas semiestruturadas

Na terceira etapa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dez atores relacionados ao turismo e a geoconservação de cada área, abordando diferentes tópicos em relação ao modelo de gestão do turismo do Bosque de Pedras Marcahuasi (BPM) e do Parque Estadual de Vila Velha (PEVV). O tamanho da amostra se estabeleceu segundo o critério do pesquisador após realizar uma pesquisa exploratória sobre a quantidade de

atores envolvidos na gestão do turismo nas duas áreas de estudo, considerando evitar a repetição de informação e ter acessibilidade ao entrevistado.

Para a escolha dos indivíduos entrevistados realizou-se uma pesquisa exploratória e uma amostragem do tipo *snowball* ou bola de neve, a fim de identificar os atores chave que forneceriam maior quantidade de informação sobre os objetos de estudo. De acordo com Alencar (2007, p. 75), na amostragem do tipo bola de neve “escolhe-se, inicialmente, um grupo de indivíduos que, após serem entrevistados, são solicitados a identificar outros que se enquadram no interesse da pesquisa para novas entrevistas”.

No caso do BPM, os entrevistados foram selecionados após uma fase exploratória, revisando os *websites* das instituições de interesse, e principalmente através da amostragem *snowball*, dada a limitada informação bibliográfica sobre o uso turístico de Marcahuasi. As entrevistas ocorreram entre os meses de janeiro e fevereiro de 2016, visitando diferentes localidades da região Lima: a cidade de Lima, capital do Peru; Matucana, distrito capital da província de Huarochirí; e finalmente em San Pedro de Casta, distrito de Huarochirí, cuja comunidade local administra o turismo de Marcahuasi.

No caso do PEVV, identificou-se a maioria dos atores chaves a serem entrevistados após uma pesquisa exploratória através de reuniões com profissionais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que têm realizado vários trabalhos sobre o PEVV, e a partir da informação encontrada nos *websites* das instituições de interesse. Em alguns casos foi necessário realizar a amostragem *snowball*. As entrevistas semiestruturadas se realizaram entre os meses de junho e julho de 2016, visitando duas cidades do Estado do Paraná: Curitiba, capital do Estado do Paraná, e Ponta Grossa, a cidade onde está localizado o Parque Estadual de Vila Velha.

A coleta de dados das entrevistas se realizou de forma presencial, durante um tempo aproximado de uma hora por entrevistado. Abordaram-se os seguintes tópicos:

1. Situação atual do turismo na área de estudo
2. Papel do Estado no desenvolvimento do turismo
3. Papel da empresa privada no desenvolvimento do turismo
4. Papel da comunidade local no desenvolvimento do turismo
5. Relação entre o Estado, os governos regional, provincial, local, a comunidade do entorno e a empresa privada
6. Estrutura de gestão do turismo
7. Instituições ou atores que deveriam ser integrados na gestão do turismo
8. Ações que favoreceriam o desenvolvimento do turismo e a conservação da área de estudo

4) Observação simples

Na quarta etapa realizou-se uma observação simples visitando ambas as áreas de estudo. Para Gil (2008) a observação simples é muito útil quando é dirigida ao conhecimento de fatos ou situações que tenham certo caráter público. As observações foram realizadas ao longo da visita de campo, e também durante as entrevistas nos períodos mencionados. De acordo com Yin (2001), as evidências observadas servirão para fornecer informações adicionais sobre o tema que está sendo estudado, nesse caso o modelo de gestão do turismo nas duas áreas. Os principais parâmetros observados foram os seguintes:

- Acessibilidade
- Serviços turísticos
- Estado da infraestrutura turística
- Grau de conservação
- Satisfação da visita

As evidências sobre os parâmetros observados foram registradas através de anotações escritas num caderno de campo, e fotografias.

5) Análise SWOT

Na quinta etapa realizou-se uma análise SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) do modelo de gestão do turismo em cada uma das áreas de estudo, a partir dos dados primários e secundários coletados nas

etapas anteriores, enfocando-se nos seguintes elementos: a estrutura de gestão, as ações públicas e as relações entre os atores. A análise SWOT, de acordo com Kotler (2000), é uma avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças dentro de uma organização e é através dela que se identifica onde devem ser alteradas as estratégias para melhorar os processos ou manter caso esteja tendo um resultado positivo.

6) Análise comparativa

Finalmente, a sexta etapa apresentou uma comparação dos modelos de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi e no Parque Estadual Vila Velha, assim como uma avaliação de sua influência no desenvolvimento socioeconômico local e a geoconservação em cada área. As discussões realizadas foram interpretadas com as bases acadêmicas coletadas na revisão bibliográfica sobre gestão do turismo em áreas naturais e geoconservação. De acordo com Durkheim (1985), a comparação não é simplesmente uma técnica de trabalho, utilizada para fazer analogias entre dois ou mais fatos, estabelecendo entre eles diferenças e semelhanças, mas é um método sociológico por excelência, porque é através dela que é possível demonstrar o princípio de que para cada efeito corresponde uma causa.

No próximo capítulo apresenta-se a caracterização das duas áreas de estudo como parte dos resultados encontrados na pesquisa bibliográfica e a análise documental.

4 CARACTERIZAÇÃO DO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU E DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL

Neste capítulo encontra-se uma descrição das duas áreas de estudo, o Bosque de Pedras Marcahuasi, no Peru, e o Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil, em relação a sua localização, clima, aspectos biológicos, geológicos, históricos, socioeconômicos, culturais, legais e de uso público.

4.1 BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI

Nos Andes centrais do Peru, situa-se o planalto Marcahuasi, onde se encontra um conjunto de rochas gigantes de origem vulcânica formando um bosque de pedras com enigmáticas figuras que conformam uma paisagem singular. Seu valor cênico, científico e social o tornam um sítio de alto potencial geoturístico. A seguir apresenta-se a caracterização deste espaço natural.

4.1.1 Localização

O planalto Marcahuasi, localiza-se geograficamente entre os vales de Santa Eulalia e Rimac, a uma altitude aproximada de 4.000 metros, ocupando uma superfície de 400 ha. Está situado politicamente na província de Huarochirí, pertencente ao departamento de Lima; perto de 90 km ao este da cidade de Lima (FIGURA 6), capital do Peru (MINCETUR, 2009).

FIGURA 6 - LOCALIZAÇÃO DO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor, através de Google Earth (2016).

A comunidade humana mais próxima ao planalto habita no distrito San Pedro de Casta, sendo o ponto inicial da subida ao planalto Marcahuasi, a uma distância aproximada de 4 km, e uma diferença de altitude de 800 m. Está limitado geograficamente por rios e afluentes estacionais e/ou torrenciais: Rio Carhuayuma – Ponte Autisha, pelo Norte; Quebrada Santo Domingo – Chauca, pelo Sul; Quebradas Yamanta e Portachuelo, pelo Este; e Rio Santa Eulalia, pelo Oeste (ZAVALA et al., 2006).

Para chegar a San Pedro de Casta desde a cidade de Lima deve-se ir pela rodovia Central passando por Chosica (km 34), até o km 37, onde há um desvio que conduz a Santa Eulalia. Depois de passar pelas localidades de Palle, Barba Blanca, Huinco e ponte Autisha, chega-se a San Pedro de Casta (FIGURA 7) (PROMPERU, 2016).

FIGURA 7 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MARCAHUASI



FONTE: Promperu (2016).

4.1.2 Clima

De acordo com Zavala et al. (2006) o clima desta região caracteriza-se pela época seca de abril até setembro com dias calorosos e noites frias. A época de chuvas começa levemente a finais de outubro, e de janeiro a março com chuvas fortes. Os autores também afirmam que durante a época de chuvas, as lagoas incrementam seu nível e a paisagem reverdece no planalto.

4.1.3 Aspectos biológicos

De acordo com Zavala et al. (2006), no planalto Marcahuasi existem quatro tipos de regiões naturais, de acordo com a classificação ecológica peruana: *Yunga*, entre os 500 e 2.500 m de altitude; *Quechua*, entre os 2.500 e 3.500 m; *Suni*, entre os 3.500 e 4.000 m; e *Puna*, entre os 4.000 e 4.800 m. Cada uma delas possui um tipo de fauna e flora diversa. Na Região *Yunga*, há cultivos

agrícolas de milho e cana de açúcar; frutas como abacates, maçãs, mangas, bananas, pinhas; árvores de molle (*Schinus molle*), sauce (*Salix humboldtiana*) e huarango (*Tecoma stans*); e algumas leguminosas como feijões. Nesta zona também podem encontrar-se tanques de piscicultura. A Região *Quechua* caracteriza-se pelas árvores nativas como a papaia andina (*Carica pubescens*) e o molle serrano (*Schinus molle*); cacto de San Pedro (*Echinopsis pachanoi*); cultivos agrícolas como batatas, tomate andino (*Solanum betaceum*), outros tubérculos andinos, e uma grande variedade de samambaias. Nesta região pode se encontrar pequenos pássaros como cuculies (*Zenaida meloda*) e pequenos aguiluchos (*Geranoaetus sp.*); e lagartixas. No *Suni* encontram-se cactáceas de tipo candelabro (*Browningia candelaris*), líquens; árvores de alisos (*Alnus glutinosa*), em perigo de extinção; onde habitam aves como perdizes (*Nothoprocta pentlandii*), cuculies (*Zenaida meloda*) ou tortolitas (*Columbina cruziana*), além do colibri gigante (*Patagona gigas*) que está em perigo de extinção. Finalmente, a região *Puna* caracteriza-se pelos arbustos de ervas medicinais, flores silvestres, samambaias e líquens; onde habitam aves altoandinas como os condores (*Vultur gryphus*), águias andinas (*Spizaetus isidori*); patos, lagartixas, e raposas em perigo de extinção.

4.1.4 Aspectos geológicos

Sobre os 4.000 metros de altitude, o planalto geleiro de Marcahuasi está estabelecido dentro e entre vários vales da mesma origem (do ponto de vista geomorfológico) e cujas rochas de origem vulcânica fazem dele um sítio privilegiado que mostra vários penhascos, grandes áreas planas, lagoas e, o misticismo das rochas abundantes que foram esculpidas por abrasão glacial, além da erosão de chuva e vento, formando um bosque de pedras (ZAVALA, 2006).

De acordo com Zavala et al. (2006) as rochas vulcânicas de natureza piroclástica, provenientes de um centro eruptivo localizado ao este de San Pedro de Casta, formaram-se há 15 a 20 milhões de anos no período Pleistoceno e Quaternário recente, originando: superfícies aborregadas no planalto vulcânico;

4.1.5 Aspectos históricos

As primeiras referências do planalto Marcahuasi são encontradas nas crônicas sobre mitos na área, assim como as notas de ilustres exploradores, principalmente do Dr. Julio C. Tello (PAZ⁴, 1985 citado por SALAZAR; IANNACONE, 2007). Porém, o mais importante pesquisador que tem estudado exaustivamente Marcahuasi, tornando-a conhecida em todo o mundo, foi o historiador Dr. Daniel Ruzo quem fotografou nesse planalto um bosque de pedras com centenas de esculturas feitas pela erosão nas rochas, para serem observadas a partir de um determinado ângulo e quando o sol está num setor exato no céu (RUZO⁵, 1980 citado por SALAZAR; IANNACONE, 2007). Em 1942, publica seu livro “Marcahuasi – A Fantástica história da descoberta”, e baseia a sua argumentação na origem protohistórica do lugar há mais de 85 séculos (SALAZAR; IANNACONE, 2007). Ele afirmou que nessa época, perto de um cataclismo planetário inevitável, habitavam homens que pertenciam à Cultura Masma e quiseram deixar uma série de sinais e as indicações para encontrar as antigas cavernas onde foram salvaguardadas as sementes, os animais domésticos e os conhecimentos científicos e místicos, a fim de garantir a sobrevivência da humanidade (MARKAWASI TOURS PERU, s. d.). De acordo com Zavala et al. (2006), é difícil de acreditar e aceitar a teoria de Ruzo, visto que as bases da mesma são difíceis de provar.

De acordo com Guardia et al. (2003), o distrito de San Pedro de Casta, a comunidade mais próxima de Marcahuasi, foi construído em 1571, pelo *Virrey* Francisco de Toledo sobre a antiga população de *Kuway*. Em 1936, é reconhecida como comunidade indígena durante o governo de Oscar Benavides. Em 1969, depois da Reforma Agraria de Velasco Alvarado, é declarado como comunidade campesina. Em 1963, foi declarada como categoria de *Villa*. E

⁴ PAZ W., S. J. **Los guías extraterrestres y la misión Rama**. Cap. IX al XI., pp. 131-166. 1ra. Ed. Lima – Perú, 1985. 331 p.

⁵ RUZO, D. **Marcahuasi, La historia fantástica de un descubrimiento. Los templos de piedra de una Humanidad desaparecida**. 3ra Ed. Ed. Mundo Hispano. Lima – Perú, 1980. 160 p.

finalmente, em 1974, estabeleceu-se o plano atualizado da comunidade incluindo as zonas de Huinco, Cumpey e Mayway.

4.1.6 Aspectos socioeconômicos

San Pedro de Casta, de acordo com Zavala (2006), é uma pequena vila agrícola habitada por 300 famílias hispano falantes. Segundo o Censo Nacional 2007 do Instituto Nacional de Estadística e Informática do Peru – INEI (2007), há uma população de 1.195 habitantes, sendo 620 homens e 575 mulheres, dos quais a maioria são maiores de 65 anos - 178 em total -. O INEI também mostra que a quantidade total de população foi decrescendo nas últimas décadas já que tinham 1.271 habitantes em 1990, e 1.211 em 2005. Essa taxa de decrescimento populacional ocorre em decorrência da migração da população de muitos lugares andinos à região Costa, a fim de buscar melhores oportunidades laborais e de educação, particularmente os mais jovens. No caso de San Pedro de Casta, é ainda mais evidente pela proximidade à capital peruana, Lima (GUARDIA et al., 2003).

San Pedro de Casta é uma das 14 comunidades localizadas no Vale de Santa Eulalia, abrangendo um território de 462,31 ha, desde os 1.500 até os 4.800 m de altitude (GELLES, 1984). A maior atividade econômica é a agropecuária. Seu território está constituído por: pastos naturais, utilizados para alimentação do gado bovino, caprino e ovino, e a extração de ervas medicinais; e cultivos agrícolas de batata e milho que utiliza uma mistura de tecnologia tradicional, como sistema de irrigação, *anden*es e a forma de trabalho, com ferramentas mais modernas como pás, picaretas, entre outros (GUARDIA et al., 2003).

A infraestrutura básica é deficiente. A disponibilidade de serviços na localidade é escassa, sem água potável, e conta só com um telefone comunitário. No entanto, a sua proximidade com a capital torna-o acessível (MINCETUR, 2009). A arquitetura da vila está constituída por suas ruas estreitas, principalmente feitas de adobe e pedra, com varandas antigas, e uma cruz, uma

diferente da outra, em cada um dos seus telhados (ZAVALA, 2006). No San Pedro de Casta, qualquer construção feita tem sido realizada por ajuda mútua, um sistema de reciprocidade típico das comunidades andinas que pode ser: *ayni* ou *aychama*, se é um trabalho de turno; *minka*, se é um trabalho festivo; e *faena*, se existe uma reciprocidade entre os indivíduos e a comunidade (GELLES, 1984). A atividade festiva mais importante do ano, de acordo com Gelles, é a “Festa da Água” ou *Champeria*, uma *faena* realizada na primeira semana de outubro, que consiste num ritual ao recurso mais importante da comunidade acompanhado de música, dança e comida.

De acordo com Zavala et al. (2006) a comunidade de San Pedro de Casta está dividida de forma política e comunitária. O Prefeito e as autoridades municipais são os encarregados da administração oficial do distrito, escolhidos cada 3 anos. Os comunheiros controlam o ordenamento do território e da água, bem como das *faenas* comunais agrícolas. Escolhem um presidente da comunidade cada ano, assim como a designação de um *varayoc*, autoridade que usa uma vara como símbolo do seu cargo, sendo uma figura exclusivamente masculina. A organização social da comunidade denomina-se *ayllu*, um sistema pré-hispânico que consiste num núcleo de populações que dominam e aproveitam as terras, com suas próprias regras, cuja economia e estabilidade cultural baseia-se na propriedade comunal-coletiva.

4.1.7 Aspectos culturais

De acordo com Guardia et al. (2003) na época pré-incaica, a cultura Huanca dominava o território onde localiza-se a província de Huarochiri, até que foram derrotados e desterrados pelo império Inca. Daí a existência de vestígios de ambas as culturas no Huarochiri: restos arqueológicos dos Huancas no planalto Marcahuasi, e os caminhos de acesso a San Pedro de Casta, construídos pelos Huancas e os Incas. A prospecção arqueológica realizada no planalto Marcahuasi mostra também cerâmicas de outras culturas, com estilo Chaquipampa, Maranga Negro, e outras vinculadas à Cultura Chancay, assim

como obras hidráulicas pré-incaicas como canais, reservatórios e *andenes* (ZAVALA et al., 2006).

San Pedro de Casta conserva tradições culturais típicas das comunidades andinas e algumas específicas (GELLES, 1984):

- A unidade de produção e base da economia campesina é a família, que constitui e interatua com a organização comunal.
- Cada família deve estar representada nos projetos de trabalho comunal (construção de casas, organizações festivas, funerais etc.) e assumir cargos dentro da comunidade (funções religiosas e cívicas).
- Para tornar-se membro da comunidade, o sujeito deve ser nascido na localidade, ou em caso seja do exterior, deve se casar com uma nascida na comunidade.
- A herança é bilateral, herdando os homens e as mulheres por igual.
- Existem duas divisões sociais importantes dentro da comunidade de Casta: as *parcialidades* e as *paradas*. Casta está dividida em duas parcialidades: *Yañac* e *Yacápar*. *Yacápar* está associada as maiores altitudes, ao frio, o pastoreio e as ervas medicinais. *Yañac* está associada as terras baixas, ao clima cálido e as atividades agrícolas. Na Festa da Água encontra-se a divisão social: a "parada". Existem quatro paradas: *Karwayrimac*, *Komaopaccha*, *Hualhualcocha* e *Yanapaccha*. Seu propósito principal é a limpeza cerimonial e física dos reservatórios *Chuscwa*, *Laclan*, *Hualhual* e *Pampacocha*. Estas paradas conformam-se só para a Festa da Água. Porém, durante a festa, cada parada está representada por um padrinho ou *varayoc* (autoridade tradicional) e estas autoridades cumprem tarefas importantes durante todo o ano.
- O sistema de cargos é fundamental na estrutura da comunidade porque estabelece o uso dos recursos naturais e humanos e representa a comunidade no governo nacional.
- Existem vários níveis no sistema de cargos. Além das autoridades tradicionais (*varayoc*), existem as autoridades comunais que são os membros dos Conselhos de Administração e Vigilância, e também as autoridades distritais (Governador, Juiz de Paz etc.).

Entre os costumes principais que conserva a comunidade de San Pedro de Casta encontram-se: o artesanato de costuras feitas à mão, como bolsas para levar as folhas de coca; a gastronomia, em base aos cultivos de batata, milho, queijo de leite de vaca; a música e dança popular andina como a *Walina*; e a medicina tradicional, utilizando plantas medicinais típicas da zona (ZAVALA et al., 2006).

O calendário festivo é o seguinte: Festa Patronal de San Pedro, em 28 e 29 de junho; Festa da Água, na primeira semana de outubro; Natal e Dança das Pastoras, em 25 de dezembro; e a designação das novas autoridades comunais, na primeira semana de janeiro (ZAVALA et al., 2006).

4.1.8 Aspectos legais

De acordo com o Ministério do Comércio Exterior e Turismo - MINCETUR (2009), o planalto Marcahuasi é uma das muitas áreas naturais de valor geológico, paisagístico, científico que possui as características necessárias para ser declarado como área protegida. Porém, até os dias de hoje, não existe nenhum tipo de proteção legal por parte do Estado. O Bosque de Pedras apresenta diferentes estados de conservação. Na maior parte dele se mantem em condições ótimas, mas na zona do *Anfiteatro* têm pichações e restos de lixo abandonado por alguns turistas e/ou visitantes.

4.1.8 Uso público

O Bosque de Pedras Marcahuasi é um destino turístico frequentado por turistas nacionais e estrangeiros durante todo o ano, especialmente nas férias de abril e julho (MARKAWASI TOURS PERU, s. d.). Possui uma localização estratégica, próxima a cidade de Lima, o maior destino turístico do Peru (PROMPERU, 2015). Ele é um dos locais turísticos mais visitados durante os

feriados longos por turistas de Lima, atraídos pelas extensas caminhadas com paisagens que são ideais para uma observação detalhada da geologia.

O planalto Marcahuasi tem potencial para realizar diversos tipos de turismo tais como científico, cultural, de natureza, de aventura, e especificamente, místico, esotérico, aviturismo, geoturismo, ecoturismo, entre outros. As atividades que se realizam principalmente são: *Trekking*, *camping*, observação de aves, fotografia, visita a restos arqueológicos e passeio a cavalo (MINCETUR, 2009).

Para subir ao primeiro planalto, onde se localiza a zona de *camping*, conhecida como *Anfiteatro* (FIGURA 9), é necessário fazer uma caminhada de cerca de 3 horas na encosta superior desde San Pedro de Casta. Também é possível alugar burros para o transporte da bagagem e cavalos para as pessoas (MARKAWASI TOURS PERU, s. d.). A partir do km 2,2 desde San Pedro de Casta, existem dois caminhos que bifurcam-se: um curto (1,7 km) que conduz à Cabana e às *Chullpas*, e outro longo (2,7 km) que conduz ao setor *Anfiteatro* e *Fortaleza*.

FIGURA 9 - ZONA DE CAMPING NO ANFITEATRO



FONTE: Promperu (2016).

A figura principal ou atração do lugar é o chamado Monumento à Humanidade (FIGURA 10), uma pedra gigante de cerca de 40 metros de altura, com várias faces ou perfis, dependendo do ângulo de olhar e o momento do dia (ZAVALA, 2006). Entre as figuras zoomórficas e antropomórficas que podem ser identificadas encontram-se: o leão, os selos, a tartaruga, o chinês, a mulher com criança nos braços, a cabana, a lhama etc. (MINCETUR, 2009). Também existem vestígios de cidadelas pré-incaicas pertencentes, segundo o arqueólogo Julio C. Tello, à cultura Huanca, ruínas na parte norte (*Huacracocho*), um cemitério pré-hispânico, *Chullpas* (casas funerárias pré-hispânicas) etc. (SALAZAR; IANNACONE, 2007).

FIGURA 10 – MONUMENTO À HUMANIDADE



FONTE: Promperu (2016).

Na estação chuvosa, um conjunto de doze lacunas decora a paisagem, incluindo o lugar conhecido como anfiteatro (ZAVALA, 2006). Tem quatro lagoas em destaque: *Waqra Qocha*, *Taki Qocha*, *Kachu Kachu Qocha* e *Wiska Qocha* (UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN DE LA CANTUTA - UNELC, 1994). Na (FIGURA 11), observa-se a lagoa *Waqra Qocha*.

FIGURA 11 – LAGOA WAQRA QOCHA



FONTE: Promperu (2016).

Desde 2014, o MINCETUR, através do Plano COPESCO (*Comisión Especial para Supervisar y Supervigilar el Plan Turístico Perú – UNESCO*), concomitante ao Governo Regional de Lima, tem desenvolvido o projeto “Implementação da infraestrutura para a melhoria e criação de serviços turísticos públicos de acesso e complementários na rota turística do planalto de Marcahuasi”, cujo objetivo é proporcionar infraestrutura turística adequada, a fim de promover e melhorar a qualidade dos serviços turísticos e tornar-se principalmente num corredor turístico nacional e internacional (MINCETUR, 2015).

No (QUADRO 2) se apresenta uma síntese das características vigentes do uso público do Bosque de Pedras Marcahuasi, no que se refere a acessibilidade, serviços turísticos, infraestrutura turística e atividades.

QUADRO 2 – CARACTERÍSTICAS DO USO PÚBLICO DO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
Acessibilidade	Chosica - San Pedro de Casta: em ônibus, 47 km (3 horas) / San Pedro de Casta – Marcahuasi: a pé, 3 km (4 horas).
Serviços turísticos	Em San Pedro de Casta: hospedagem e restaurantes rústicos; aluguel de cavalos para subida ao planalto Marcahuasi, e de burros para bagagem.
Infraestrutura turística	Em construção.
Atividades	<i>Trekking</i> , <i>camping</i> , observação de flora, fauna e geodiversidade; fotografia; visita a restos arqueológicos e passeio a cavalo.

FONTE: O autor (2016) a partir de MINCETUR (2009)

No seguinte tópico realiza-se uma descrição do Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil, em relação aos mesmos aspectos apresentados sobre o Bosque de Pedras Marcahuasi, no Peru.

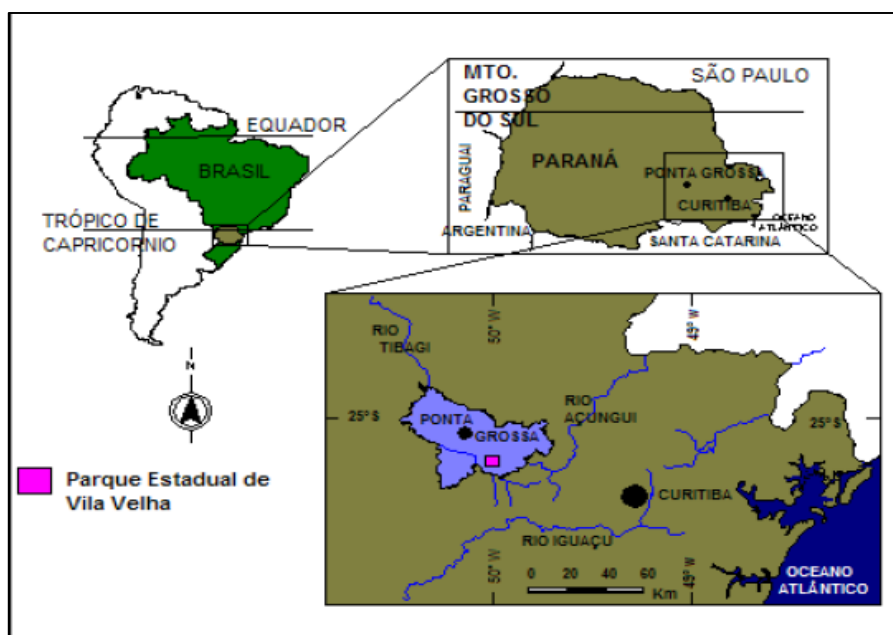
4.2 PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

Na zona oriental da Bacia do Paraná, no Brasil, situa-se o Parque Estadual de Vila Velha, uma Unidade de Conservação de expressivo valor científico e cênico, reconhecido por suas formações geológicas de arenitos e furnas e diferentes ecossistemas. Suas características o tornam um atrativo turístico importante com alto potencial para o geoturismo. A seguir apresenta-se a caracterização deste espaço natural.

4.2.1 Localização

De acordo com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP (2004), o Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) localiza-se geograficamente no Segundo Planalto Paranaense, inserido na região dos Campos Gerais, abrangendo uma área de 3.122,11 ha. Politicamente situa-se no município de Ponta Grossa, a cerca de 20 km a sudeste de sua sede, nas proximidades do corredor viário que liga o Litoral à região Oeste do Estado, a BR-376, e aproximadamente a 70 km de Curitiba, a Capital do Estado do Paraná (FIGURA 12) (LETENSKI et al., 2009).

FIGURA 12 - LOCALIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: Melo et al. (2002)

Os limites do PEVV são: ao norte com propriedades particulares, ao sul com a rodovia federal BR-376 e propriedades particulares, ao leste também com propriedades particulares e a oeste com o bairro Jardim Novo Vila Velha (KERSKI, 2010).

4.2.2 Clima

De acordo com o IAP (2004), possui um clima temperado, com 17,8°C de temperatura média anual, ameno durante o verão, e invernos relativamente frios, com precipitações médias anuais em torno de 1.507 mm. A época de chuvas inicia-se em setembro, com períodos secos de curta duração entre novembro e dezembro, sendo janeiro e fevereiro os meses com maior precipitação, com uma média de 168 mm e 162 mm respectivamente. Por outro lado o mês mais seco do ano é agosto com uma média de 78 mm. Nos meses entre maio e agosto, é comum na região a ocorrência de geadas, delimitando a estação de crescimento das espécies sensíveis a baixas temperaturas, e quando se encerra, a vegetação torna-se mais exuberante, indicando início de mais um ciclo vegetativo.

4.2.3 Aspectos biológicos

Na região em que se localiza o Parque há predomínio de campos limpos do tipo savana gramíneo-lenhosa, que ocupam a maioria dos topos das elevações e encostas. Ocorre também a presença de matas de Araucária, que aparecem na forma de matas ciliares ou em capões. Porém, a invasão de espécies exóticas como pinus e eucalipto ocorre em função da presença de plantios dessas árvores próximas ao Parque. Quando essas espécies invadem áreas campestres, mudam a fisionomia natural do ambiente aumentando o sombreamento e alterando o regime hídrico e químico do solo (IAP, 2004).

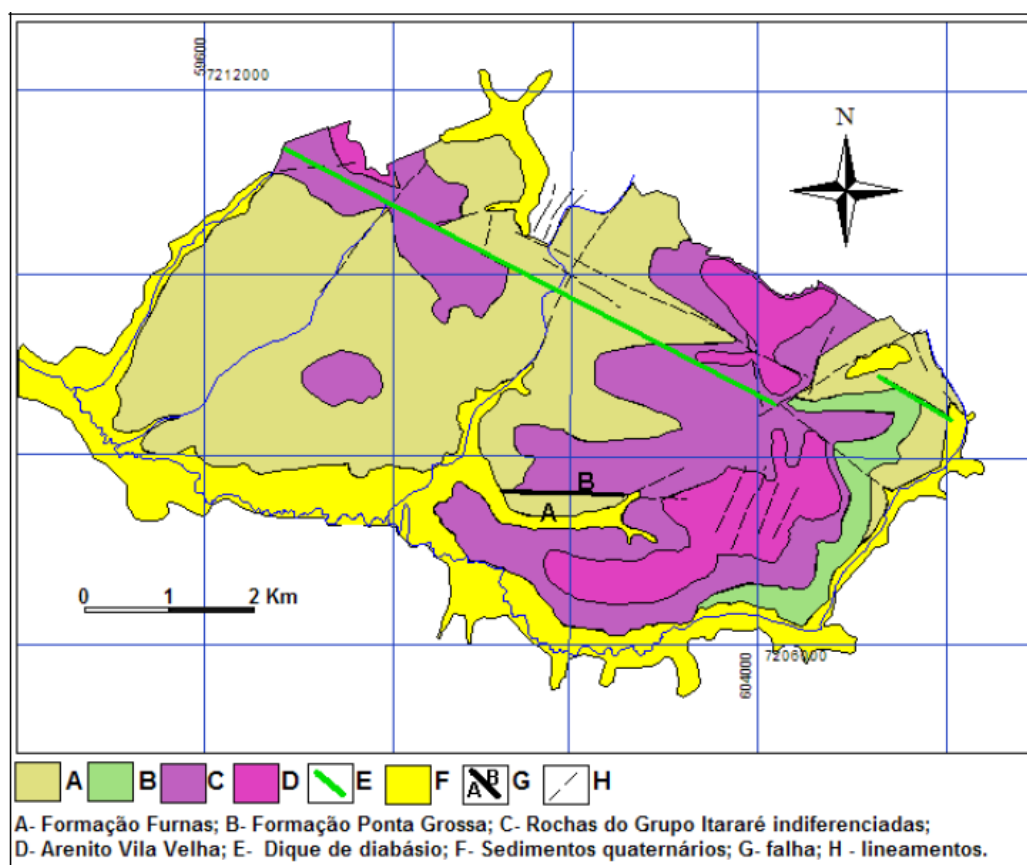
Abriga uma fauna variada: Lobos Guará (*Chrysocyon brachyurus*), jaguatiricas (*Leopardus pardalis*), quatis (*Nasua nasua*), gatos-do-mato (*Leopardus tigrinus*), iraras (*Eira barbara*), furão (*Mustela putorius furo*), catetos (*Pecari tajacu*), veados (*Mazana nana*), tatus (*Tolipeutes matacus*), pica-paus (*Melanerpes candidus*), pombas (*Patagioenas cayennensis*), perdizes (*Rhynchotus rufescens*), tamanduás bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e mirins (*Tamandua tetradactyla*), e diversos tipos de aves (IAP, 2004).

4.2.4 Aspectos geológicos

De acordo com o IAP (2004), a região onde localiza-se o Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), nos Campos Gerais, reconhecida por suas formações rochosas, apresenta além do aspecto estético de suas formas, uma relíquia da história natural como humana. Há 400 milhões de anos foi coberta por um oceano interior onde foram depositados os sedimentos grosseiros da formação Furnas, seguidos por sedimentos mais finos da formação Ponta Grossa. Mais tarde, há 280 milhões de anos, durante o período carbonífero, glaciações cobriram esta parte do planeta. O derretimento das geleiras causou o arraste de pedaços de rochas e dos depósitos de areia deixados pelos extintos oceanos. Durante milhões de anos as águas e o gelo colaboraram neste lento processo que originou este patrimônio geológico paranaense.

De acordo com Letenski et al. (2009), no PEVV e no seu entorno têm-se o predomínio de rochas sedimentares. Localizadas na borda leste da Bacia do Paraná, correspondem as suas unidades mais antigas, pertencentes aos: Grupos Paraná (Siluro-Devoniano) e Grupo Itararé (Permo-Carbonífero). O primeiro corresponde as formações Furnas e Ponta Grossa, depositadas quando a Bacia foi invadida pelo mar, por ocasião de subsidência no Devoniano. O segundo está constituído por duas unidades especiais: uma unidade da base, em subsuperfície, indicada como rochas indiferenciadas do Grupo Itararé que corresponde a vários tipos de rocha e uma unidade de topo, aflorando, representada pelo Arenito Vila Velha, que deve sua coloração principalmente pela sua cimentação ferruginosa com óxidos de ferro e manganês. O PEVV situa-se na margem sudeste de uma região bastante afetada por estruturas conhecidas como Arco de Ponta Grossa, originadas por esforços tectônicos, muito ativos no Mesozóico, que resultaram no Evento Sul-Atlântico de separação dos continentes (FIGURA 13).

FIGURA 13 - MAPA GEOLÓGICO DO PARQUE ESTADUAL VILA VELHA



FONTE: Letenski et al. (2009)

4.2.5 Aspectos históricos

A criação do PEVV, através da Lei Estadual no 1.292, ocorreu em 12 de outubro de 1953, tornando-se o primeiro Parque Estadual do Paraná, e tombado em 1966 pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná como Conjunto de Vila Velha: Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada, com a finalidade de Parque Estadual (IAP, 2004).

A partir de aí surgiram diferentes mudanças na administração do Parque, que são agrupadas no (QUADRO 3).

QUADRO 3 - MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA
ENTRE 1953-2004

Ano	Evento
1953	Criação do PEVV.
1966	Tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná.
1970	Estado transferiu 424,88 ha do PEVV para a PARANATUR (atualmente Paraná Turismo). Primeiro fracionamento da responsabilidade administrativa da área.
1975	Secretaria da Agricultura cedeu ao Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), através do Contrato de Concessão de Uso, a totalidade da área do PEVV.
1977	Institui-se a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná (ITC). Estabelece-se que: PARANATUR administra uma área de 424,88ha com fins turísticos; IAPAR administra uma área de 1.397,24 ha, sendo 200 ha com experimentação agrícola, 670 ha com reflorestamentos, e o restante da área mantendo-se com as características da Unidade de Conservação.
1989	PARANATUR (nesse momento nomeada FESTUR, e desde 1996, Paraná Turismo) firmou convênio de cooperação técnico-administrativo-financeiro com o Município de Ponta Grossa, com vistas à administração turística dos Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada.
1990	O Plano Diretor Vila Velha, elaborado pela comunidade técnico-científica local e estadual, estabeleceu que a gestão administrativa do PEVV estaria a cargo de: Paraná Turismo/Município de Ponta Grossa, IAP (atuação fiscalizatória) e IAPAR (experimentos agrícolas e florestais).
2002	Se declara como Unidade de Conservação de Proteção Integral sob administração única do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.
2004	Novo plano de manejo e programa de uso público no PEEV. O Parque é reaberto e a gestão do uso público é assumida pelo Serviço Social Autônomo-Ecoparaná.

FONTE: O autor a partir de IAP (2004).

Nos anos 90, apesar do grande número de documentos e instrumentos de gestão elaborados e desenvolvidos, não foi possível a integração gerencial do Parque com outros organismos gerenciadores, principalmente pelos conflitos de uso, colocando em risco a integridade dos ecossistemas dentro do PEVV (IAP, 2004).

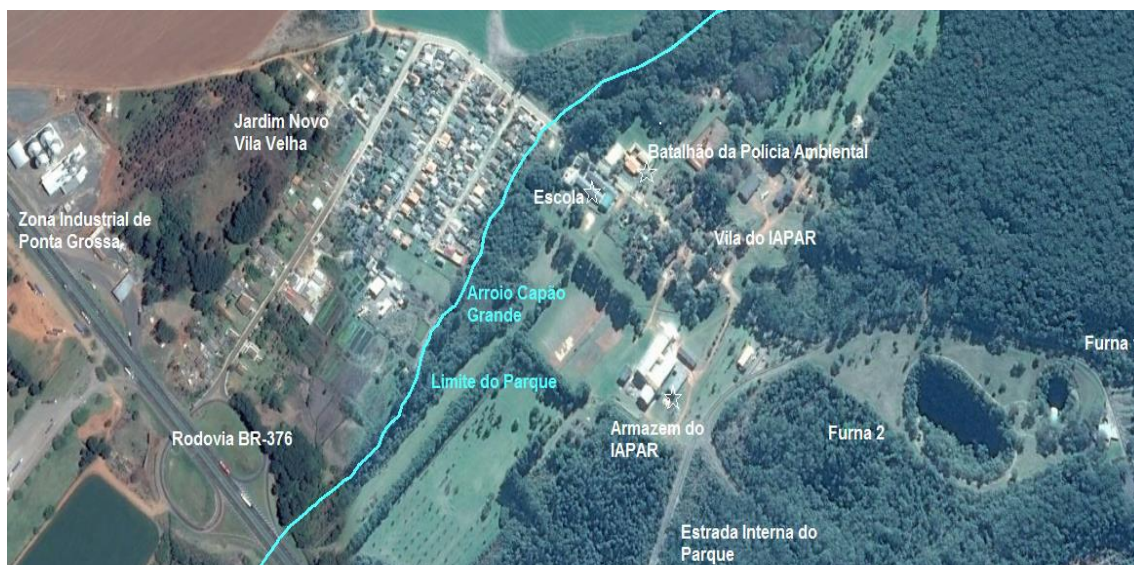
Em 2000, sob responsabilidade do IAP, um grupo de técnicos interdisciplinares elaborou o Plano de Manejo do PEVV, que seria publicado em 2001. Em 2002, o PEVV enquadrou-se no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em decorrência de um longo período de degradação, ocasionado pela visitação turística espontânea e depredatória (LETENSKI et al., 2009). O PEVV foi categorizado como Unidade de Conservação de Proteção Integral, sob administração única do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, sendo em sua área desenvolvidas atividades de turismo, pesquisa científica, educação ambiental e fiscalização (IAP, 2004).

Entre 2000 e 2004 realizou-se uma revitalização do PEVV, utilizando estratégias de conservação como a delimitação do percurso, a implementação de trilhas calçadas e monitoradas que possibilitaram uma visível recuperação da vegetação e proteção dos arenitos (LETENSKI et al., 2009). Em 2004 se oficializou o novo plano de manejo e o programa de uso público no PEVV (IAP, 2004).

4.2.6 Aspectos socioeconômicos

De acordo com o IAP (2004) o PEVV faz divisa com o bairro denominado Jardim Novo Vila Velha que surgiu em meados de 1980. Está localizada a Oeste do PEVV, no bairro Cará-Cará, Município de Ponta Grossa. O terreno onde se localiza a Vila foi loteado a partir de duas grandes propriedades, realizado de maneira irregular, cuja situação ainda não foi resolvida (FIGURA 14).

FIGURA 14 - LIMITE OESTE DO PEVV, ARROIO CAPÃO GRANDE, VILA DO IAPAR E JARDIM NOVO VILA VELHA



FONTE: Coutinho (2015).

De acordo com a pesquisa feita por Coutinho (2015), a Vila Jardim Novo Vila Velha é composta por 174 casas e possui 608 habitantes. Os moradores que possuem casa própria (106 casas) são famílias e a maioria com estabilidade no local, em geral descendentes de funcionários que vieram trabalhar no PEVV. Os moradores da Vila Jardim Novo apresentam um baixo grau de escolaridade, o que reflete em trabalhos que não exigem muita qualificação e de baixa remuneração. 35% da população trabalha na Zona industrial de Ponta Grossa, em funções como metalúrgicos, vigilantes e outros. 15 % trabalham na zona urbana de Ponta Grossa como profissional do lar, motoristas, vendedores e trabalhos em oficinas mecânicas e salões de beleza. 14% trabalham no IAPAR e um 11 % possui empregos relacionados à rodovia e ferrovia que inclui trabalhos nos restaurantes e postos de combustíveis da rodovia BR-376 e nas empresas concessionárias.

O Arroio Capão Grande delimita a fronteira entre o PEVV e a Vila Jardim. Há também edifícios localizados no interior da unidade, que são: a Vila do IAPAR, a qual possui casas que são patrimônios públicos do Estado; o batalhão da Polícia Militar Ambiental do Paraná; e o prédio da Escola Municipal Pascoalino Provisero e Escola Estadual Parque de Vila Velha - ambas funcionam

no mesmo edifício (COUTINHO, 2015). De acordo com o IAP (2004), o plano de manejo define essa área como “zona de uso conflitante” declarando que se deve evitar qualquer impacto da Vila do IAPAR e que seja realizado um estudo para sua exclusão do interior do PEVV. No processo de reestruturação do Parque, entre 2002 e 2004, algumas casas do IAPAR foram desalojadas e demolidas.

A Associação de Moradores do Jardim Novo Vila Velha (AMORVIVE) é a entidade que representa a Vila, incluindo também moradores do IAPAR. Apesar de possuir histórico de mobilização e organização, conseguindo melhoras importantes como a pavimentação da rua principal e outras reivindicações, a AMORVIVE se encontra paralisada, principalmente devido à saída da Vila do atual Presidente da Associação em 2012 e a indefinições quanto a uma nova eleição desde então (COUTINHO, 2015).

Um dos principais problemas enfrentados no local, além das irregularidades fundiárias, se refere à falta de tratamento dos efluentes sanitários das casas. A grande maioria delas possui sistema de encanamento de esgoto, porém que é despejado na natureza, especificamente no arroio Capão Grande. Além do prejuízo ambiental, a situação contamina o solo e gera um constante mau cheiro e riscos de doenças para os moradores, de acordo com Haura⁶ (2015 citado por COUTINHO, 2015). O abastecimento de água é feito por meio de poços artesianos que obtém água do aquífero Furnas, própria para consumo, sendo os poços devidamente regularizados pela Prefeitura Municipal (IAP, 2004).

Moreira⁷ (2011 citada por COUTINHO, 2015) afirma que há interesse da Vila em integrar-se com o PEVV. Em 2001, a AMORVIVE encaminhou ofício para as instituições governamentais atuantes na unidade, sugerindo a criação de um “Grupo de Voluntários”, formado por moradores do Jardim, para atuação

⁶ HAURA, F. Entrevista concedida. In: COUTINHO, G. **Turismo comunitário e participação social em Unidades de Conservação: possibilidades de integração entre o Parque Estadual de Vila Velha-PR e a sua região de entorno**. Ponta Grossa, 2015.

⁷ MOREIRA, J. C. Envolvimento de comunidades do entorno: a experiência do curso para condutores do Parque Estadual de Vila Velha, Ponta Grossa, PR. CARPANEZZI, O. T. B.; CAMPOS, J. B. (org.) **Coletânea de pesquisas: Parques Estaduais de Vila Velha, Cerrado e Guartelá**. Curitiba: 2011.

no combate a incêndios e como condutores locais. Outro exemplo do interesse de integração se refere à decisão local de mudar o nome das ruas da Vila, em homenagem aos sítios mais conhecidos da unidade: “Lagoa Dourada”, “Arenitos”, “Lagoa Tarumã” e “Furnas”.

Segundo a mesma autora, o processo de reestruturação do PEVV, entre 2002 e 2004, gerou otimismo na Vila, esperançosos de que seriam oferecidas oportunidades de trabalho e capacitações da mão-de-obra. No ano de 2003, Moreira organizou capacitação para formação de condutores de visitantes locais. A primeira equipe do uso público do Parque, logo após a reabertura em 2004, foi composta principalmente pelos participantes dessa capacitação (DALCOMUNE⁸, 2015 citado por COUTINHO, 2015). Porém, desde 2007 os moradores locais não possuem uma participação expressiva na unidade.

Em 2007 foi criado o “Grupo Aguaraguaçu de Desenvolvimento Socioambiental”, sociedade civil sem fins lucrativos e com atuação nas áreas de desenvolvimento social, econômico, cultural, educativo e ambiental. Essa ONG possui sede física em uma das casas históricas da Vila do IAPAR, conhecida como “Casa Lobo-Guará”. Na prática, o Aguaraguaçu atuou principalmente com educação ambiental para crianças e jovens da Vila Jardim Novo de 2007 à 2009. Desde esta data, porém, está formalmente inativa (COUTINHO, 2015)

4.2.7 Aspectos culturais

De acordo com o IAP (2004), Vila Velha é um desses fenômenos naturais em que a interação com o homem foi, desde seus primórdios, de veneração e respeito. A veneração dos primeiros homens à essa região é traduzida na poética lenda da formação da Lagoa Dourada e dos arenitos, explicando a origem do nome “Vila Velha”. A lenda de Vila Velha, ou de *Itacueretaba* ("cidade perdida de pedra") é de domínio popular e não se sabe a

⁸ DALCOMUNE, A. Entrevista concedida. In: COUTINHO, G. **Turismo comunitário e participação social em Unidades de Conservação: possibilidades de integração entre o Parque Estadual de Vila Velha-PR e a sua região de entorno**. Ponta Grossa, 2015.

proveniência da narrativa, já que é da cultura informal vocalizada. Ela exalta a riqueza dos antigos índios que habitavam o local, numa narrativa entremeada de grandes guerreiros, amores e traições, além de tesouros legados por deuses.

A região onde está inserido, os Campos Gerais do Paraná, representa um importante Patrimônio Cultural, fazendo parte do processo histórico, colonial e pré-colonial do Estado do Paraná.

Vestígios do Período pré-colonial (IAP, 2004):

- Nos campos que constituíram a cobertura vegetal primitiva do Brasil, de vales escarpados, formando “canyons”, habitavam tribos indígenas que executaram as pinturas rupestres, também denominadas de abrigos sob rochas. A maioria das pinturas encontradas no Paraná representam a fauna característica da região com exceção de uma que representa uma figura antropomórfica ocorrida na margem direita do Rio Iapó, Município de Tibagi.
- Os primeiros informes sobre a presença de arte rupestre no Paraná datam de 1958, foram realizados pelos pesquisadores Annette Laming e J. Emperaire, incluindo as impressões sobre o sítio denominado “Fazenda das Cavernas”, município de Piraí do Sul.
- Em 1964 e 1966, os arqueólogos Oldemar Blasi e Ney Barreto, através do Museu Paranaense, realizaram pesquisas na margem esquerda do Rio Iapó, Município de Tibagi, onde localizaram os sítios arqueológicos denominados Lapa Floriano e Lapa Ponciano, contendo pinturas rupestres semelhantes às encontradas na Fazenda das Cavernas.
- No ano de 1970, Blasi localiza no município de Sengés novos indícios. Além de desenhos e pinturas parietais, foram coletados artefatos e ossos humanos, provas indiscutíveis da presença pretérita do homem nos Campos Gerais. O sítio encontrado localiza-se às margens de afluentes do Rio Quebra Perna, na Fazenda Cambiju, município de Ponta Grossa.
- De 1987 a 1989, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, realizou o Projeto de Levantamento e Cadastramento de Sítios Arqueológicos – Arenito Furnas – no Piraí do Sul.

- Em 1990, realizou-se o Plano de Integração Parque de Vila Velha – Rio São Jorge, aplicando parte da metodologia utilizada em Pirai do Sul. Localizaram-se 6 sítios inéditos de pintura rupestre dentro da sua área de abrangência: SA 01, na margem esquerda do Rio Quebra Perna; SA 02, localizado na margem esquerda do Rio Quebra Perna; SA 03, localizado na margem esquerda de um afluente do Rio Quebra Perna; SA 04, localizado na margem esquerda de um afluente do Rio Quebra Perna; SA 05, localizado na margem esquerda do Rio São Jorge; e SA 06, localizado na margem esquerda do Rio Guabiroba. A maioria deles encontraram-se perturbadas pelas queimadas nos campos.

Vestígios do período colonial (IAP, 2004):

- A história colonial da região foi marcada pelas atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo, desenvolvidas a partir da primeira metade do século XVIII, ao longo dos chamados “Caminhos das Tropas”, influenciando na ocupação do espaço, no surgimento de assentamentos urbanos e núcleos agropastoris, e no modo de vida, os costumes e as tradições da população ali estabelecidas.
- Em 1990, realizou-se o Plano de Integração Parque de Vila Velha – Rio São Jorge que levantou 6 sítios de valor histórico, nas proximidades do Parque Estadual de Vila Velha: SA 07 - Sítio Histórico Muro de alvenaria de pedra, localizado na margem esquerda do Rio Quebra Perna, extremidade sudoeste da formação rochosa “Fortaleza”; SA 08 - Ruínas de muro de alvenaria de pedra, localizado na margem direita de afluente do Rio Guabiroba; SA 09 - Ruína de muro de alvenaria de pedra, localizado na margem esquerda do Rio Quebra Perna; SA 10 – Ruína de muro de alvenaria de pedra, localizado na margem direita do Rio São Jorge; SA 11 - Capela Santa Bárbara, localizado na Fazenda Santa Bárbara, margem esquerda do Rio Pitanguí; e SA 12 - Capela Santa Luzia, localizado na Fazenda Nasce O Dia. Nascente do Rio Botuquara.

4.2.8 Aspectos legais

O Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, incluída dentro do SNUC, pelo Decreto 5.767, em 2002, cujo regramento estabelece que não pode ser habitado pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e/ou turismo ecológico (IAP, 2004).

O Estado do Paraná conta atualmente com 68 Unidades de Conservação Estaduais. O principal objetivo da criação das Unidades de Conservação é garantir a conservação e proteção da biodiversidade, desenvolvendo pesquisas científicas, propiciando o uso público com as atividades de ecoturismo, educação ambiental, lazer e recreação e socializando o acesso às áreas protegidas (IAP, 2016). Os objetivos indicados para a Zona do Uso Público no PEVV compreendem “propiciar ao visitante atividades educativas e recreativas em ambiente natural, compatíveis com a preservação ambiental; e receber, orientar e propiciar informações e interpretação ambiental ao visitante” (IAP, 2004, p.6)

O Departamento de Unidades de Conservação (DUC) do Paraná é o órgão responsável de criar, planejar, implementar, manter e gerenciar as Unidades de Conservação. Suas ações se estendem ao apoio à criação e gestão das unidades de conservação de âmbito municipal, gestão do ICMS Ecológico por Biodiversidade, do Programa Estadual de RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural e do Programa de Voluntariado nas Unidades de Conservação - VOU (IAP, 2016).

O VOU é um programa que promove, incentiva e valoriza o voluntariado nas Unidades de Conservação do Estado do Paraná, articula a oferta e a demanda do trabalho voluntário e possibilita o intercâmbio de experiências e ações entre os grupos de voluntários e os profissionais do Instituto Ambiental do Paraná (IAP, 2014). O PEVV oferece 6 vagas para voluntários para desenvolver as seguintes atividades: prestar informações aos visitantes; educação ambiental e pesquisa; manter trilhas e instalações; erradicar espécies exóticas. A Estrutura de apoio é: alojamento, alimentação e transporte (IAP, 2016).

O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico por biodiversidade é um instrumento de política pública, criado pioneiramente no Paraná, que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos (IAP, 2016).

Do total do ICMS arrecadado pelo Estado do Paraná, 5% é destinado para os municípios, proporcionalmente às Unidades em função do tamanho, importância, grau de investimento na área, manancial de captação e outros fatores (IAP, 2016). Estes 5% são destinados aos municípios da seguinte forma:

- 50% para Municípios que tenham em seu território Mananciais de Abastecimento, cuja água se destina ao abastecimento da população de outro município;
- 50% para Municípios que tenham integrado em seu território Unidades de Conservação, Áreas de Terras Indígenas, Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Faxinais, Reservas Florestais Legais.

O ICMS Ecológico, tem a sua base legal prevista na Constituição Federal, na Constituição do Estado do Paraná, na Lei Complementar nº 59/1991 e no seu Decreto Estadual nº 2.791/1996, este último com detalhes de como se procedem os cálculos para obter o benefício de cada área protegida e Município. Anualmente, são realizadas avaliações e análise para a definição dos respectivos índices que os Municípios terão direito para o ano seguinte, sendo que durante o ano, são disponibilizados mês a mês extratos financeiros que contêm os respectivos valores recebidos pelos Municípios, através do sítio do IAP na internet (IAP, 2016).

Em 2015, o Município de Ponta Grossa, localidade onde se situa o Parque Estadual de Vila Velha, recebeu 679.465,88 reais pelas seguintes áreas protegidas: Área de proteção ambiental da Escarpa Devoniana / Ponta Grossa, Área especial de uso regulamentado do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Parque Estadual de Vila Velha, Parque Municipal Mata Boca da Ronda, Reserva Particular de Patrimônio Natural Fazenda Paiquere e Reserva Particular de

Patrimônio Natural Invernada Barreiro. O PEVV é a segunda área protegida que mais aporta ao Município de Ponta Grossa, com 168.557,90 reais (IAP, 2016).

As Unidades de Conservação do Paraná, com finalidade de contribuir para o planejamento e implementação de ações do Plano de Manejo da Unidade de Conservação e desenvolvimento sustentável no seu entorno, criaram os conselhos gestores ou consultivos. Em 2004, se criou, com base no art. 29 da Lei Federal nº 9.985/2000 e do Decreto Federal nº 4.340/2002, o Conselho Consultivo do Parque Estadual de Vila Velha composto por representantes das seguintes instituições paranaenses (IAP, 2016): Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Secretaria de Estado da Cultura; Instituto Ambiental do Paraná; Paraná Turismo; Paraná Projetos; Polícia Florestal; Instituto Agrônomo do Paraná; Procuradoria Geral do Estado; Ministério Público Estadual; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Prefeitura Municipal de Ponta Grossa; Organização não Governamental de âmbito estadual; Organização não Governamental de âmbito local; Associação dos Moradores do Entorno do Parque; Um Sindicato Patronal de Ponta Grossa; Um Sindicato de Trabalhadores de Ponta Grossa; Associação Comercial, Cultural, Industrial e Agropecuária de Ponta Grossa.

4.2.9 Uso público

A exuberância e singularidade das formações rochosas do Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) despertou admiração e encanto na comunidade geocientífica, assim como em seus visitantes (LETENSKI et al., 2009). Ele foi por décadas, o segundo atrativo turístico mais visitado do Estado, atrás somente do Parque Nacional do Iguaçu (IAP, 2004). Nos últimos anos o número de visitantes no Parque Estadual de Vila Velha se mantém constante como se observa no (QUADRO 4).

QUADRO 4 – NÚMERO DE VISITANTES POR ANO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA ENTRE 2007-2014

ANO	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
NÚMERO DE VISITANTES	89.152	86.721	77.382	61.014	61.236	71.462	64.467

FONTE: O autor (2016), a partir do IAP (2015)

O Plano de Manejo do PEVV, elaborado em 2004, possui o Programa de Uso Público, composto por subprogramas de Recreação e Interpretação Ambiental, de Educação Ambiental e de Divulgação. As áreas destinadas ao Uso Público abrangem as trilhas disponíveis, centro de visitantes e estradas de acesso e integram a Zona de Uso Intensivo, totalizando 1,15% da superfície de toda a Unidade de Conservação (IAP, 2004).

De acordo com a Fundação Municipal do Turismo de Ponta Grossa (2016), os principais atrativos do PEVV são: os Arenitos, formações rochosas que apresentam formas variadas, como a taça, o camelo, entre outras; as Furnas, caracterizadas por grandes crateras com vegetação exuberante e água no seu interior; e a Lagoa Dourada, chamada assim porque ao pôr do sol suas águas ficam douradas. Na (FIGURA 15) observa-se o conjunto de arenitos.

FIGURA 15 – ARENITOS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: Coutinho (2015).

Os passeios nos atrativos são feitos por trilhas e acompanhados de guias do próprio Parque (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TURISMO DE PONTA GROSSA, 2016). A infraestrutura turística do PEVV está composto por: as trilhas com painéis interpretativos e mirantes; estacionamento com 320 vagas; centro de visitantes, onde há a recepção; sanitários; espaço para exposições temáticas; bilheteria; sala para exibição de audiovisual; lanchonete; e uma loja de artesanato (MOREIRA; BURNS, 2016).

A capacidade de carga nos Arenitos é de 815 visitantes por dia e nas Furnas de 348 visitantes. O dia de maior visitação da semana são os domingos, recebendo um total de 332 visitantes. Além das visitas tradicionais, o PEVV oferece os seguintes novos produtos: a Trilha da Fortaleza e a Caminhada Noturna (PARANA PROJETOS, 2015). Na (FIGURA 16) observa-se o arenito “A taça” durante a Caminhada noturna.

FIGURA 16 – CAMINHADA NOTURNA NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado do Paraná (2015)

A história de visitação turística no PEVV iniciou-se em 1953, antes de se tornar Parque Estadual, quando era chamado o Parque Florestal Vila Velha, ficando responsável pela manutenção das atividades turísticas nos arenitos, furnas e lagoa dourada. De acordo com Coutinho (2015), o Parque tinha dois

funcionários encarregados do turismo: um funcionário que realizava o atendimento e controle do número de visitantes através de um livro de visitas, e outro funcionário que prestava informações na zona dos Arenitos. O autor afirma que os funcionários pioneiros construíram os primeiros acessos e trilhas nos atrativos do PEVV.

Coutinho (2015) menciona as principais mudanças no uso público do PEVV entre os anos 1975 e 2013 no (QUADRO 5).

QUADRO 5 - PRINCIPAIS MUDANÇAS NO USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA ENTRE 1975-2013

Ano	Evento
1975	PARANATUR elabora o “Plano Diretor Turístico para Vila Velha”, que determinou melhorias na infraestrutura de apoio, ampliando os serviços turísticos oferecidos, como: lanchonete, <i>playgrounds</i> , churrasqueiras, estacionamento, teleférico e iluminação artificial noturna dos arenitos - foram instalados 256 holofotes.
1977	Foram construídas lanchonetes, sanitários, uma grande piscina pública e uma pista de <i>kart</i> .
1978	Inaugura-se o elevador de furnas.
1979	Inaugura-se a Ermida/ Santuário de Nossa Senhora de Vila Velha, marcando também o segmento de turismo religioso no Parque.
1989	A gestão do uso público passa a ser realizado pelo Município de Ponta Grossa.
1996	A gestão do uso público passa a ser realizada pelo Paraná Turismo.
2002	Inicia-se o processo de revitalização.
2004	Novo plano de manejo e programa de uso público no PEEV. O Parque é reaberto e a gestão do uso público é assumida pelo Serviço Social Autônomo-Ecoparaná.
2013	Governo Estadual modifica o Ecoparaná para “Serviço Social Autônomo Paraná Projetos”, órgão gestor do uso público até os dias de hoje.

FONTE: O autor (2016) a partir de Coutinho (2015).

A revitalização foi um processo de planejamento que indicou quais áreas eram as adequadas para o desenvolvimento da atividade turística, diminuindo fortemente no número de visitantes a fim de impactar o menor possível o patrimônio e garantindo a qualidade de experiência da visita. De acordo com Coutinho (2015), realizaram-se as seguintes atividades:

- Estabeleceu-se um único acesso para a visita da unidade (na rodovia BR-376)
- Reestruturou-se a infraestrutura próxima aos arenitos para servir como centro de visitantes, dotado com recepção, sala de projeção de vídeo, bilheteria, lanchonete, loja de artesanato e sala de exposições (sala Campos Gerais).
- O centro de visitantes passa a concentrar os dois passeios oferecidos, na trilha dos arenitos e em furnas e lagoa dourada.
- Implementou-se um sistema de transporte interno, que conta com a construção de estrada interna, aquisição de ônibus e estacionamento único (na antiga pista de kart).
- Reestruturou-se a trilha dos arenitos para ordenar a visita e limitar o acesso a ambientes frágeis. Os passeios oferecidos passam a ser guiados por condutores, sendo essa a principal estratégia para cumprir com o objetivo de oferecer interpretação ambiental e conciliar visita com proteção do patrimônio natural tombado.

Em 2004, o PEEV é reaberto e a gestão do uso público é assumida pelo Serviço Social Autônomo - Ecoparaná. Promoveu-se a contratação de profissionais das comunidades do entorno, com destaque para participantes da capacitação de condutores locais na Vila Jardim Novo Vila Velha, organizada por Moreira em 2003 (COUTINHO, 2015).

Por falta de orçamento e assuntos administrativos, esse contrato durou dois anos, e o IAP resolveu terceirizar serviços-meios como limpeza, portaria, manutenção e roçadas, contratar estagiários para a função de condutores de visitantes, e solicitar funcionários do IAP de outros postos no Estado para funções de bilheteria e condução dos ônibus, os quais cobrem a função

temporariamente, principalmente em dias de grande fluxo de visitantes no Parque (DALCOMUNE⁹, 2015 citado por COUTINHO, 2015).

Essa modalidade, apesar de ter sido inicialmente temporal, repete-se até o ano 2012, quando o Ecoparaná reassume a gestão do uso público e promove um novo teste seletivo, mas sem considerar os saberes locais, e foi assim que contratou-se só um morador do entorno, além da inexistência de capacitações para a comunidade (COUTINHO, 2015).

Em 2013, o Governo Estadual modifica o Ecoparaná para “Serviço Social Autônomo Paraná Projetos”, órgão gestor vigente, visando que seja um período de transição até uma definitiva gestão privada do turismo no PEVV. Apesar de esforços, Paraná Projetos “não possui instrumentos e autonomia financeira para promover melhorias estruturais e necessárias no âmbito do uso público do Parque”. (COUTINHO, 2015, p. 84).

No (QUADRO 6) se apresenta uma síntese das características vigentes do uso público do Parque Estadual de Vila Velha no que se refere a acessibilidade, serviços turísticos, infraestrutura turística e atividades.

QUADRO 6 – CARACTERÍSTICAS DO USO PÚBLICO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

CARACTERÍSTICA	DESCRIÇÃO
Acessibilidade	Pela rodovia BR-376, a cerca de 20 km de Ponta Grossa (15 min de carro) e a 70 km de Curitiba (2 horas de carro). Há ônibus desde Ponta Grossa ao Parque.
Serviços turísticos	Lanchonetes e lojas de artesanato. Em Ponta Grossa: hotéis, restaurantes, rodoviária.
Infraestrutura turística	Trilhas delimitadas, placas informativas, centro de visitantes, ônibus interno, guias condutores e estacionamento.

⁹ DALCOMUNE, A. Entrevista concedida. In: COUTINHO, G. **Turismo comunitário e participação social em Unidades de Conservação: possibilidades de integração entre o Parque Estadual de Vila Velha-PR e a sua região de entorno**. Ponta Grossa, 2015.

Atividades	Visita aos arenitos, furnas e lagoa dourada; trilha da fortaleza e caminhada noturna. <i>Trekking</i> , observação de flora, fauna e geodiversidade; e fotografia.
------------	--

FONTE: O autor (2016) a partir da Fundação Municipal do Turismo de Ponta Grossa (2016) e Paraná Projetos (2015)

O seguinte capítulo mostra os resultados das entrevistas semiestruturadas e das observações simples realizadas no Bosque de Pedras Marcahuasi e no Parque Estadual de Vila Velha.

5 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS E AS OBSERVAÇÕES

Neste capítulo apresentam-se os resultados obtidos nas entrevistas semiestruturadas e as observações simples no Bosque de Pedras Marcahuasi, no Peru, e no Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil.

5.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS SOBRE O BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU

Entre os meses de janeiro e fevereiro do ano 2016, realizaram-se as entrevistas semiestruturadas aos atores relacionados ao turismo e a geoconservação do Bosque de Pedras Marcahuasi (BPM). Visitaram-se diferentes localidades da região Lima, no Peru, a fim de realizar as entrevistas de acordo com a instituição que integrava cada um dos participantes. Em Lima, capital do Peru, a entrevista foi com os atores do Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR), do Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET) e da Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima. Na localidade de Matucana, capital da província de Huarochirí, a entrevista foi com os atores da Municipalidade Provincial de Huarochirí. E finalmente, o distrito San Pedro de Casta, cuja comunidade local administra o turismo de Marcahuasi, com o intuito de entrevistar os integrantes do Comitê comunal do Turismo, atores da Municipalidade de San Pedro de Casta e outros.

Foram entrevistados um total de 10 atores, identificados pelo cargo e a instituição que representam como se observa no (QUADRO 7).

QUADRO 7 - LISTA DE ATORES ENTREVISTADOS RELACIONADOS AO TURISMO E A GEOCONSERVAÇÃO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI (BPM)

Entrevistado/a	Cargo	Instituição
Entrevistado 1 – BPM	Especialista em Turismo Região Centro - Subdireção de Promoção do Turismo Interno	Promperu – Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)
Entrevistado 2 – BPM	Coordenador de produtos turísticos em Lima - Direção de inovação da oferta turística	Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)
Entrevistado 3 – BPM	Coordenador de obra de implementação da infraestrutura turística em Marcahuasi	Plano COPESCO – Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)
Entrevistado 4 – BPM	Chefe de projetos em Geoturismo	Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET)
Entrevistado 5 – BPM	Encarregado na área de Turismo e Planejamento	Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) – Governo Regional de Lima
Entrevistado 6 – BPM	Assistente do escritório de Turismo	Municipalidade Provincial de Huarochirí
Entrevistado 7 – BPM	Tesoureiro	Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta
Entrevistado 8 – BPM	Encarregado da hospedagem municipal	Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta
Entrevistado 9 – BPM	Prefeito	Municipalidade de San Pedro de Casta
Entrevistado 10 - BPM	Guia turista e abastecedor da equipe para camping em Marcahuasi	Autônomo

FONTE: O autor (2016).

O Entrevistado 1 – BPM foi a Especialista em Turismo Região Centro da Subdireção de Promoção do Turismo Interno. A entrevista realizou-se na área de Promperu no prédio do Ministério do Comércio Exterior e Turismo

(MINCETUR), na cidade de Lima. A escolha da entrevistada foi uma recomendação após realizar entrevistas informais com os trabalhadores da área de Promperu. Apesar de não ter oferecido informações específicas sobre o modelo de gestão do turismo em Marcahuasi, devido a sua função exclusiva de promoção turística, o entrevistado teve um papel importante para contatar atores que posteriormente deram maiores informações sobre o objeto de estudo.

O Entrevistado 2 – BPM foi a coordenadora de produtos turísticos em Lima da Direção de Inovação da Oferta Turística. A entrevista foi realizada numa outra área do MINCETUR. A escolha do entrevistado foi uma recomendação do Entrevistado 1 - BPM, pois se trata de uma área que trabalha diretamente com o produto turístico de Lima, onde o Entrevistado 2 - BPM atua como o especialista. Os próximos entrevistados também destacaram o papel do entrevistado 2. E de maneira efetiva, ofereceu amplo acesso às informações sobre o objeto de estudo.

O Entrevistado 3 – BPM foi o Coordenador de obra de implementação da infraestrutura turística em Marcahuasi, através do Plano COPESCO, unidade executora do MINCETUR. A entrevista foi realizada no escritório do Plano COPESCO em Lima. Foram coletadas informações sobre a situação atual da obra de implementação da infraestrutura turística.

O Entrevistado 4 – BPM foi o Chefe de projetos em geoturismo desde 2006, no Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET) do Peru, local onde se realizou a entrevista. Após elaborar uma pesquisa exploratória em Internet sobre Marcahuasi e o geoturismo no Peru, era fundamental entrevistá-lo, em decorrência dos seus trabalhos publicados em revistas e eventos sobre Patrimônio e geoturismo tais como “Marcahuasi, geoparque nacional: guía geoturística (2006)”, “Conocimiento y divulgación del patrimonio geológico y propuestas de geoparques en Perú (2011)”, entre outros. Sua contribuição foi ampla e generosa.

O Entrevistado 5 – BPM foi o encarregado na área de Turismo e Planejamento da Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) pertencente ao Governo Regional de Lima. Como resultado da pesquisa exploratória através da internet, resolveu-se entrevistar algum representante do

DIRCETUR de Lima, já que, de acordo com as informações encontradas, o Governo Regional de Lima concomitante a MINCETUR, realizava a implementação da infraestrutura turística de Marcahuasi. Por outro lado, o Entrevistado 5 - BPM foi um ator recomendado pelo Entrevistado 1 – BPM. Ele ofereceu informações importantes e esclareceu que o projeto de implementação da infraestrutura turística em Marcahuasi não foi uma iniciativa do Governo Regional de Lima e sim da Municipalidade Provincial de Huarochirí.

O Entrevistado 6 – BPM foi o assistente do escritório de Turismo da Municipalidade Provincial de Huarochirí. Após as informações coletadas na visita ao Entrevistado 5 - BPM, tornou-se necessário entrevistar a algum representante da área do turismo dessa instituição. Neste caso, foi necessário deslocar-se até a vila de Matucana, capital da Província de Huarochirí, onde localiza-se a Municipalidade Provincial. Resolveu-se entrevistar ao assistente do Chefe da área de Turismo porque trabalhava nessa instituição desde 2013, enquanto que o Chefe começou em 2015. Sua contribuição foi muito importante.

O Entrevistado 7 – BPM foi a Tesoureira do Comitê comunal do Turismo de San Pedro de Casta. A entrevista realizou-se no escritório do Comitê comunal do Turismo, no distrito de San Pedro de Casta. O entrevistado se encarregava da bilheteria e do registro para ingressar ao Bosque de Pedras Marcahuasi. Além disso, o entrevistado era o único membro do Comitê que estava sob responsabilidade durante o mês de janeiro. A informação coletada foi ampla e bem detalhada sobre o modelo de gestão do turismo em Marcahuasi.

O Entrevistado 8 – BPM foi o funcionário encarregado da hospedagem municipal do distrito de San Pedro de Casta. Essa hospedagem é um dos poucos albergues que existe no distrito, recebendo a maior quantidade de turistas, sob a administração da Municipalidade. Resolveu-se lhe entrevistar, dado que era o único indivíduo que oferecia informação, além dos serviços de hospedagem. O entrevistado nasceu em San Pedro de Casta e sempre viveu no mesmo lugar. Seu parecer como habitante da comunidade e como trabalhador na oferta de serviços turísticos forneceu informação útil para a pesquisa.

O Entrevistado 9 – BPM foi o Prefeito da Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta desde 2007. A entrevista realizou-se na mesma Municipalidade

durante a visita a San Pedro de Casta. Ele mostrou-se aberto para oferecer informações sobre o modelo de gestão do turismo em Marcahuasi e a situação das outras atividades econômicas importantes da localidade, durante sua gestão.

Finalmente o Entrevistado 10 – BPM foi um Guia do turismo de Marcahuasi e abastecedor de serviços para camping. A entrevista realizou-se na praça central do distrito de San Pedro de Casta. Resolveu-se lhe entrevistar como representante dos trabalhadores autônomos não vinculados ao Comitê comunal do Turismo de San Pedro de Casta. Ele, nascido na cidade de Lima, mora já há muitos anos em San Pedro de Casta. Daí a importância de sua experiência na oferta de serviços turísticos em Marcahuasi para compartilhar informações úteis para a pesquisa.

As informações coletadas nas entrevistas foram divididas de acordo com os oito tópicos abordados, e classificadas segundo a instituição que representam os entrevistados: Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR), Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET), Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima, Municipalidade Provincial de Huarochirí, Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta, Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta e um ator autônomo. Nos quadros seguintes se apresentam as respostas de cada instituição sobre cada tópico. Cabe destacar que alguns tópicos não tem conteúdo no quadro de resultados em decorrência da falta de conhecimento ou de vontade dos entrevistados para responder os temas apresentados.

QUADRO 8 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TURISMO EM MARCAHUASI

<p>Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)</p>	<p>Fase inicial de desenvolvimento do turismo. Muita vontade, mas ainda falta muito para se tornar um ponto de referência de visitação. Há problemas de acesso, falta de serviços e falta de qualidade turística. O turismo é espontâneo. A população local esteve de acordo com as obras de implementação da infraestrutura turística do Plano COPESCO, mas não ficaram satisfeitos. Não houve consulta com a comunidade local. As obras passaram por um período de recessão em dezembro de 2015 até fevereiro de 2016, a fim de verificar se foi realmente cumprido todo o contrato, além de levantar observações. Em breve, haverá um processo de transferência para os municípios. Daí eles poderão executar sua administração e manutenção. Assim que as obras estejam completas, o trabalho do Plano COPESCO estará finalizado.</p>
<p>Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET)</p>	<p>Marcahuasi não tem a proteção do Estado. O Plano COPESCO coordenou uma avaliação do impacto das obras de implementação da infraestrutura turística com o INGEMMET.</p>
<p>Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima</p>	<p>A atividade turística surgiu espontaneamente. O serviço de atendimento é ruim (acomodação muito pobre, mas cobra como se fosse hotel de 1 estrela). A Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta monopoliza os serviços de hospedagem e ônibus, e não incentiva o serviço da população local. Eles não têm nenhuma relação legal. Houve capacitações para o turismo na comunidade local. O Plano COPESCO desenvolveu as obras de</p>

	implementação, que foram realizadas por pessoas estrangeiras (empresa espanhola), sem o conhecimento das culturas locais, causando desconforto na comunidade. Houve uma documentação, mas não um monitoramento.
Municipalidadde Provincial de Huarochirí	Aproximadamente de cada 50 turistas que chegam, 35 são estrangeiros. Está prevista a implementação de postos de artesanato, área de <i>camping</i> e área de estacionamento na zona de Portachuelo. O projeto de implementação da infraestrutura turística visa posicionar Marcahuasi como um produto turístico internacional. Houve problemas com as obras: o clima (chuvoso em dezembro, janeiro), transferência de materiais de um local ao outro (custos, contingências e deslocamentos), e a insatisfação do povo. Na remodelação da estrada principal aplicou-se uma forma com padrão internacional, cuja largura é de 4 metros, mas a comunidade local achou que seria mais rústico, de máximo 2 metros, o que gerou um mal-estar nas pessoas que usam esta estrada diariamente. Também ficaram desconformes com os muros de pedra que foram colocados para fortalecer a estrada, mudando assim a paisagem.
Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta	-
Municipalidad Distrital de San Pedro de Casta	Em 25 de abril de 2007 Marcahuasi foi nomeado como a quinta maravilha do Peru. Nos últimos anos, canais de irrigação foram melhorados. A Municipalidad Distrital de San Pedro de Casta não concorda com as obras de implementação, porque fizeram uma infraestrutura que não funciona bem por

	<p>falta de conhecimento local da parte física. O serviço de hospedagem da Municipalidade oferece uma cama de solteiro por 10 soles cada noite, 20 soles por um duplo, e 35 soles um triplo com banheiro privativo e TV. Há apenas água quente no quarto triplo. A hospedagem está atualmente em reforma. É um edifício de três andares cujo terceiro andar encontra-se desabilitado. No trabalho de implementação do Plano COPESCO, contrataram habitantes de San Pedro de Casta e também de outros lugares. Porém, na atualidade, não participa nenhum habitante local, porque foram desistindo paulatinamente.</p>
Autônomo	<p>O Estado peruano colocou o olho no Marcahuasi, por isso investiu nas obras de implementação para transformá-lo em produto turístico, tanto na infraestrutura urbana e turística. O Estado está avaliando a atual administração comunitária de Marcahuasi para estabelecer se pode ou não estar qualificada para continuar.</p>

QUADRO 9 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MARCAHUASI

<p>Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)</p>	<p>Promperu, como programa de marketing do MINCETUR, promove os destinos turísticos nacionais como Marcahuasi, através da plataforma "Y tu que planes", acesso via internet. Também oferece folhetos publicitários de rotas curtas em Lima. MINCETUR trabalha em parceria com CENFOTUR (Centro de formação em Turismo). MINCETUR só pode fornecer assistência técnica. Seu investimento depende do interesse no projeto.</p>
---	--

	<p>MINCETUR não impõe um projeto no Marcahuasi, só suporta tecnicamente e, se for necessário financeiramente. MINCETUR promove parceria público-privada, sendo um órgão articulador. O trabalho de implementação da infraestrutura turística de Marcahuasi foi uma exigência do governo local, provincial e, em seguida, foi programada uma reunião com os membros do MINCETUR. Após isso o projeto de investimento público foi definido.</p>
<p>Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET)</p>	<p>O Plano COPESCO é a única iniciativa importante do Estado. O MINCETUR executa as obras de acordo com os recursos disponíveis, mas depende da demanda ou a necessidade de algum tipo de projeto. O MINCETUR prioriza recursos para projetos com maior fluxo turístico.</p>
<p>Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima</p>	<p>A Municipalidade Provincial solicitou o projeto de implementação da infraestrutura turística de Marcahuasi. O Governo Regional de Lima só viabiliza projetos em maior escala. Marcahuasi não foi estipulado porque o turismo como negócio é administrado por Lima metropolitana, e não pela região de Lima.</p>
<p>Municipalidade Provincial de Huarochirí</p>	<p>Desde 2013, a Municipalidade Provincial de Huarochirí contatou-se com o Plano COPESCO. Houve coordenação com COPESCO e a Municipalidade Distrital. O projeto foi aprovado em julho de 2014. Em Novembro de 2014 começou o trabalho de execução. O consórcio espanhol San Pedro ganhou o projeto. Trabalhou-se na cidade melhoria de trilhas e caminhos, sob a supervisão da Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta.</p>

	Enquanto o trabalho de infraestrutura turística em áreas rurais de Marcahuasi foi supervisionado pela Municipalidade Provincial e o Comitê de Turismo. O Governo Regional se encarregou de treinar a população. O Plano COPESCO auxiliou enviando capacitadores para a região.
Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta	O Estado nunca se preocupou até que o programa Plano COPESCO foi criado pelo MINCETUR. O projeto foi realizado pela Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta e a Municipalidade Provincial de Huarochirí, mas a iniciativa foi tomada em 2011. CENFOTUR (Turismo Centro de Formação) ajudou no treinamento.
Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta	Contatou-se a Municipalidade Provincial para o projeto, e o Plano COPESCO foi responsável pela parte legal. Municipalidade Distrital encarregou-se da viabilidade do projeto.
Autônomo	O Estado investiu em infraestrutura turística para Marcahuasi, mas colocou condições que avaliam o Comitê de turismo. Se não for aprovado, a administração será entregue para o Estado.

QUADRO 10 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DA EMPRESA PRIVADA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MARCAHUASI

Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)	-
Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET)	Não acontece devido à falta de saneamento básico e pelos aspectos jurídicos das propriedades.

Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima	As agências de viagens domésticas de Lima têm sido responsáveis pela promoção de lugares, sem planejamento, nem diversidade de trabalho na população. Tiram proveito do recurso turístico sem fazer mais nada. A população não tem conhecimento dos termos do negócio turístico com eles. Enfocam-se no lucro pessoal. Há guias no centro de Lima que variam de custos econômicos até caros. Os econômicos são insustentáveis.
Municipalidade Provincial de Huarochirí	Nenhuma empresa privada está interessada em fazer um investimento pela falta de saneamento básico e de aspectos jurídicos. Há 14 agências de viagens que trabalham em Marcahuasi, mas apenas 3 ou 4 trabalham em conjunto com a comunidade.
Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta	-
Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta	-
Autônomo	Qualquer pessoa pode fornecer serviços, porque há uma alta demanda e requerem mais participantes.

QUADRO 11 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DA COMUNIDADE LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MARCAHUASI

Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)	-
Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET)	Eles veem o turismo como uma importante fonte de renda. Realizam controle da bilheteria e aluguel de serviços precários. Organizam dias de limpeza.

<p>Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima</p>	<p>Organizou-se uma associação turística. Muitos são envolvidos ao turismo e abandonam as suas atividades tradicionais, porque ganham mais dinheiro com o turismo. O ganho médio diário é de 25 soles em atividades tradicionais, enquanto com o turismo ganham 60 ou 70 soles. A própria comunidade organiza os dias de limpeza.</p>
<p>Municipalidade Provincial de Huarochirí</p>	<p>A comunidade local, como latifundiários, outorgaram em concessão as terras comunais de Marcahuasi a Municipalidade Provincial durante 18 anos, a fim de que Plano COPESCO tenha a autorização para realizar as obras de implementação de infraestrutura turística. A comunidade local quer formar uma empresa para gerir o turismo oferecendo passeios a cavalo, ou em burros. Não há um plano claro para oferecer serviços de transporte até o topo de Marcahuasi, onde localiza-se o Bosque de Pedras.</p>
<p>Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta</p>	<p>Todo o dinheiro é entregue à comunidade. Até julho de 2015 o ingresso a Marcahuasi era 5 soles, para turista nacional, e 10 para internacional. Agora custa 10 soles nacional e 20 estrangeiro. O aumento tem como fim investir em projetos de melhoria do serviço turístico. Em 2015 houve dois investimentos: 9.000 soles para fornecer água para o planalto, a partir de uma fonte de água próxima; e 9.000 soles para cercar com muros de pedras o planalto. Coleta-se 30.000 soles mensalmente. Dos quais 8.000 é utilizado para operações de limpeza, entre outros. Ao menos, uma limpeza semanal é feita. A participação da Comissão de Turismo é moderada.</p>

	A gestão do turismo com período de 1 ano é muito curta para alcançar grandes resultados.
Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta	O Comitê de turismo não realiza melhorias com seu orçamento. Eles coordenam reuniões, mas os membros da comissão e da comunidade local estão ausentes. Eles são idosos. Torna-se necessário que os jovens atuem, no entanto eles abandonam a localidade para buscar um futuro melhor na capital Lima.
Autônomo	-

QUADRO 12 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO, O GOVERNO REGIONAL, PROVINCIAL, LOCAL, A COMUNIDADE LOCAL E A EMPRESA PRIVADA EM MARCAHUASI

Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)	O investimento foi paralisado por falta de coordenação.
Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET)	Há uma boa coordenação das autoridades locais e regionais em outras partes de Lima regional, no entanto isso não acontece em Marcahuasi, provavelmente porque a comunidade é a única administradora do turismo. A Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta e a comunidade local somente trabalham juntas em algumas atividades do ano.
Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima	Há uma boa articulação e vontade de trabalhar em conjunto. Porém, há uma falta de pessoal qualificado em cada um dos representantes. A Municipalidade Provincial e a Distrital não têm especialistas encarregados implicando na falta de monitoramento. O MINCETUR e o Governo

	Regional de Lima têm o pessoal treinado, mas quando contatam com as Municipalidades Provincial e Distrital a articulação falha pela falta de capacidade no pessoal. A relação entre Municipalidade Distrital e a comunidade local é boa, mas depende da liderança política do lugar naquele momento.
Municipalidade Provincial de Huarochirí	Existe uma relação mais forte entre o Plano COPESCO e a Municipalidade Provincial. A Municipalidade Distrital suporta apenas infraestrutura urbana.
Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta	Ha corrupção, comissões, rivalidades etc. Só há coordenação entre o Comité de turismo e a Municipalidade Distrital para atenção turística e posto de atendimento médico.
Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta	-
Autônomo	Bom relacionamento entre a Municipalidade Distrital e a comunidade local. Todos estão convidados a participar do turismo.

QUADRO 13 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A ESTRUTURA DE GESTÃO DO TURISMO EM MARCAHUASI

Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)	-
Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET)	Cada ano um Comitê de turismo é eleito na comunidade. Segue-se um costume tradicional em sua estrutura: o <i>Varayoc</i> . Reúnem-se

	frequentemente e escrevem um relatório, mas fica só no documento.
Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima	Seu sistema de estrutura tradicional não é ruim, mas não foi planejado para aproveitar o sistema concomitante a capacitação profissional. Eles têm um caderno de controle das reuniões feitas, mas não confiam nos outros para dar. A estrutura de gestão continuará se eles fazem coisas boas. A comunidade local aceita o trabalho do Comitê. Eles esperam ajuda de fora. Eles não querem uma mudança, eles querem ser melhores como eles estão organizados. Torna-se necessário ganhar sua confiança para realizar algum projeto.
Municipalidade Provincial de Huarochirí	-
Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta	O Comitê de turismo vigente foi eleito na reunião de janeiro de 2015. Há um bom relacionamento entre os membros do Comitê. Cada mês eles trocam de turno para tomar a administração no escritório do Comitê. Há registros das reuniões que estão disponíveis para a comunidade. Em San Pedro de Casta existem diferentes comissões: Turismo, Esporte, Irrigação, Gado. Estes encargos são escolhidos a cada janeiro. O grupo que compõe a comissão de turismo é: Presidente, Tesoureiro, dois vogais e um secretário. Cada membro toma o cargo 1 mês. Todos eles vivem em Marcahuasi menos a tesoureira. Eles se reúnem toda sexta-feira. O presidente atual da comunidade é Celino Crisostomo. O primeiro foi Eufonio Obisco. Há discórdia entre o Presidente da comunidade e o

	Prefeito do Distrito, causando atraso no desenvolvimento da localidade. O Presidente só pode monitorar, mas não tomar decisões. O Prefeito é mais político (quatro anos à frente), enquanto o presidente é mais representativo (dois anos no comando). Estima-se que o próximo presidente será melhor (a entrevista foi em janeiro 2016, quando as eleições não tinham sido realizadas ainda).
Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta	-
Autônomo	-

QUADRO 14 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE AS INSTITUIÇÕES OU ATORES QUE DEVERIAM SER INTEGRADOS NA GESTÃO DO TURISMO EM MARCAHUASI

Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)	-
Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET)	As universidades. Existem diferentes objetos de estudo para futuras pesquisas. A comunidade local valoriza o trabalho acadêmico, mas se envolve só com obras de construção ou projetos. Torna-se necessário uma instituição mais forte que imponha ordem.
Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima	A Municipalidade de San Pedro de Casta necessita de um especialista em turismo. Enquanto isso tem uma pessoa aleatória, que é responsável sem ser necessariamente um especialista. A comunidade local ou provincial não dá a devida importância aos trabalhos elaborados pela academia e preferem

	contratar um especialista que cobra duas vezes para recolher a mesma informação.
Municipalidade Provincial de Huarochirí	Nenhum.
Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta	Treinamento e conscientização da comunidade por parte de qualquer entidade, pública ou privada.
Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta	-
Autônomo	-

QUADRO 15 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE AS AÇÕES QUE FAVORECERIAM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A CONSERVAÇÃO DE MARCAHUASI

Ministério do Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR)	Deve haver uma melhor coordenação entre os governos e também um planejamento com iniciativa da comunidade local.
Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico (INGEMMET)	Precisa-se de capacitação profissional. Realizar um plano diretor incluindo zoneamento. Declarar zona protegida como Geoparque.
Direção do Comércio Exterior e Turismo (DIRCETUR) do Governo Regional de Lima	Comunidade deve entender a importância da diversificação e equilíbrio de atividades econômicas (agricultura, pecuária e turismo). Torna-se necessário organizar uma reunião de conciliação que participe o INGEMMET para que a população entenda seu trabalho, assim como o Ministério da Cultura, MINCETUR, Governo Regional, Municipalidade Provincial e a empresa privada.

Municipalidade Provincial de Huarochirí	Reconhecer Marcahuasi como área protegida, especialmente como Geoparque para criar um maior marketing internacional.
Comitê comunal do turismo de San Pedro de Casta	A integração do turismo com outras atividades, além das tradicionais, tais como a fruticultura e o comércio de ervas. Continuar o cercado para impedir a entrada de gado e a degradação do solo. A comunidade não concorda em tornar Marcahuasi em área protegida do Estado peruano devido ao risco de corrupção. Não sabem o que é Geoparque. O Comitê de turismo deve ter uma equipe estável e formal. Levar vicunhas e alpacas ao Bosque de Pedras para torná-lo mais turístico. Aumentar as áreas verdes.
Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta	A empresa privada é a melhor alternativa para o desenvolvimento turístico de Marcahuasi. Deve-se buscar melhorar o serviço ao cliente. Alterar o sistema de serviços turísticos, porque, por exemplo, os cavalos que são utilizados para os passeios sentem falta de alimento e água. Deve-se integrar todas as atividades tradicionais com o turismo.
Autônomo	-

5.2 OBSERVAÇÃO SIMPLES NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU

Realizou-se a visita ao distrito de San Pedro de Casta e posteriormente ao Bosque de Pedras Marcahuasi (BPM), localizado a 4 km. Para chegar a San Pedro de Casta tomou-se um ônibus desde o centro da cidade de Lima até o bairro Chosica, na zona leste. Lá encontram-se os ônibus que fazem o trajeto

Chosica - San Pedro de Casta, em dois horários: às 10 da manhã e às 14 horas da tarde. Ha três ou quatro empresas de transporte que oferecem esse trajeto, sendo uma delas pertencente à Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta. O custo é de 10 soles¹⁰, enquanto que as outras empresas cobram entre 12 e 15 soles. Dentro do ônibus trabalha um motorista e um cobrador, ambos habitantes da comunidade. Após o pagamento, o cobrador entrega um bilhete de passagem (FIGURA 17).

FIGURA 17 - BILHETE DE PASSAGEM DA MUNICIPALIDADE DE SAN PEDRO DE CASTA



FONTE: O autor (2016).

O trajeto tem duração aproximada de 3 horas, através de uma estrada de chão. Quando chegar no San Pedro de Casta o visitante deve realizar o registro e o pagamento pelo direito de ingresso ao BPM no escritório do Comitê Comunal do Turismo (FIGURA 18).

¹⁰ 1 sol = 1,08 reais (Janeiro 2016)

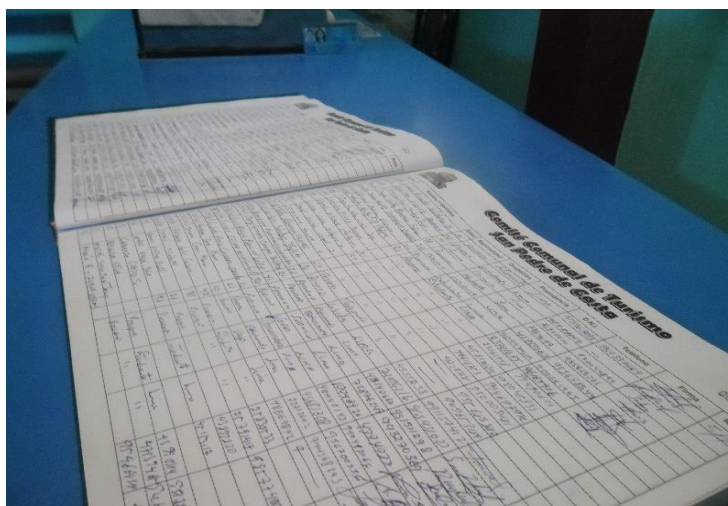
FIGURA 18 - PLACA TURÍSTICA DO ESCRITÓRIO DO COMITÊ DO TURISMO DE SAN PEDRO DE CASTA



FONTE: O autor (2016)

O custo para turista nacional é 10 soles, enquanto que para turistas estrangeiros o ingresso custa 15 soles. Apenas uma pessoa realiza esse tramite, nesse caso foi a tesoureira do Comitê do turismo. Após o pagamento, a pessoa deve preencher o formulário com o nome, a procedência, o número de documento de identidade e a firma no livro de registro (FIGURA 19).

FIGURA 19 - LIVRO DE REGISTRO DOS VISITANTES AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

Fora do escritório, as pessoas da comunidade oferecem aluguel de cavalo, burro e equipamentos para *camping*. Na localidade de San Pedro de Casta também pode se encontrar fornecedores de alimentos, água e lenha, que torna-se necessário para fazer *camping* no BPM. A hospedagem da Municipalidade de San Pedro de Casta localiza-se na praça central da localidade e oferece um serviço básico. O início da subida ao planalto Marcahuasi localiza-se quase no centro da localidade de San Pedro de Casta (FIGURA 20).

FIGURA 20 - INÍCIO DA SUBIDA AO PLANALTO MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

No início da subida é possível observar a recente implementação da infraestrutura turística, com um grande marco de boas-vindas a Marcahuasi (FIGURA 21) e a construção quase pronta de um centro de visitantes (FIGURA 22).

FIGURA 21 - ENTRADA AO PLANALTO MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

FIGURA 22 - CENTRO DE VISITANTES DO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI EM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO



FONTE: O autor (2016).

No trajeto de subida ao BPM é possível observar o processo de implementação da infraestrutura turística: os muros de pedra colocados no

caminho para fortalece-lo, placas de sinalização, escadas e zonas de descanso além de uma vista panorâmica (FIGURA 23, 24, 25 e 26).

FIGURA 23 - PLACA TURÍSTICA NO CAMINHO AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

FIGURA 24 - ZONA DE DESCANSO NO CAMINHO AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

FIGURA 25 - VISTA PANORÂMICA NO CAMINHO AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

FIGURA 26 - VISTA PANORÂMICA NO CAMINHO AO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

No caminho de subida se encontravam vários operários trabalhando no projeto de implementação da infraestrutura turística. Observou-se também alguns restos de lixo na metade do caminho. A partir do km 3 de subida, é

possível escolher entre dois caminhos: um mais longo, que ao todo tem 2 km, e um mais curto, de 1 km, que no entanto é mais íngreme. Tomou-se o caminho mais curto, chegando assim na zona denominada *La Cabaña*, que tinha uma placa de sinalização antiga (FIGURA 27).

FIGURA 27 - PLACA TURÍSTICA NA ZONA DE “LA CABAÑA” NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

Na zona *La Cabaña* localiza-se o principal atrativo do BPM, o Monumento à Humanidade, situado entre um vale de rochas e vegetação (FIGURA 28 e 29). Algumas dessas rochas tinham pichações feitas por vandalismo. Também observou-se que não tem placas de sinalização para seguir o caminho até a Zona do *Anfiteatro*, pelo qual foi difícil encontrar o caminho certo num planalto a mais de 4000 metros cuja paisagem íngreme não permitia visualizar além de poucos quilômetros. Cabe destacar que os mapas do BPM não foram entregues para todos os visitantes no escritório do Comitê do Turismo ao momento do registro.

FIGURA 28. ZONA DO MONUMENTO À HUMANIDADE NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

FIGURA 29 - MONUMENTO À HUMANIDADE



FONTE: O autor (2016).

Na zona *La Cabaña* também localizam-se as *Chullpas* pré-incas, vestígios arqueológicos de culturas milenares que habitaram essa zona séculos

atrás (FIGURA 30). Observou-se algumas placas indicativas antigas que sinalizavam sua localização (FIGURA 31). Também observou-se algumas placas informativas em construção.

FIGURA 30 - *CHULLPAS* PRÉ-INCAS



FONTE: O autor (2016).

FIGURA 31 - PLACA TURÍSTICA NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

Após uma caminhada de 20 minutos, encontrou-se a placa que sinalizava a zona *Anfiteatro*. Essa é a localização favorita para *camping*, em decorrência da forma de circo que tem, o qual diminui a incidência do vento e o frio que se intensifica principalmente na noite (FIGURA 32 e 33). Observou-se que o solo estava moderadamente erodido, com pouca vegetação e algumas rochas apresentavam pichações feitas por vandalismo.

FIGURA 32 - PLACA TURÍSTICA NA ZONA DE ANFITEATRO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016).

FIGURA 33 - ZONA DE CAMPING NO ANFITEATRO



FONTE: O autor (2016).

Na descida a San Pedro de Casta, encontrou-se uma mulher da comunidade que, apesar da desconfiança inicial, explicou sobre a desconformidade da população local com a obra do Plano COPESCO, em decorrência da perda da rusticidade no caminho que eles utilizam diariamente. Por outro lado, ela mencionou que sofrem um problema de falta de água, já que apesar de ser época de chuvas, a estiagem estava castigando a região e as reservas de água não foram adequadamente planejadas (FIGURA 34).

FIGURA 34 - HABITANTE DA COMUNIDADE DE SAN PEDRO DE CASTA



FONTE: O autor (2016).

Após as duas visitas a Marcahuasi, como turista em 2012 e como pesquisador em 2016, observou-se algumas mudanças consideráveis tanto na infraestrutura como na experiência da visita. Se bem a implementação da infraestrutura turística do caminho de subida ao Bosque de Pedras representa uma melhoria para o acesso e a experiência do visitante, algumas partes perderam a naturalidade do patrimônio, pela falta de sincretismo entre a infraestrutura moderna e o entorno andino. Essa consideração é ainda mais evidente no casco urbano de San Pedro de Casta, cujas novas construções para melhorar a praça central descaracterizaram a rusticidade que havia no passado.

A qualidade dos serviços turísticos de hospedagem e alimentação em San Pedro de Casta foram notavelmente baixas. A atenção ao cliente foi ruim apesar de ser o turismo a principal fonte de ingressos da comunidade local. As condições de conservação dos principais atrativos turísticos foram aceitáveis mas o objetivo de trazer maior turismo, sem planejamento nem proteção legal, aumentará o risco de degradação. Em conclusão se observou que o Bosque de Pedras Marcahuasi tem um potencial turístico importante, localizado estrategicamente próximo a capital, mas que precisa de um planejamento turístico corretivo para se tornar uma atividade sustentável.

No seguinte tema se apresenta os resultados obtidos nas entrevistas semiestruturadas sobre o Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil.

5.3 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS SOBRE O PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL

Entre os meses de junho e julho, em 2016, realizaram-se as entrevistas semiestruturadas aos atores relacionados ao turismo e a geoconservação do Parque Estadual de Vila Velha (PEVV). Se visitaram duas cidades do Estado do Paraná, no Brasil, a fim de realizar as entrevistas de acordo com a instituição que os participantes integravam. Se visitou a cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, para entrevistar aos atores do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), da Secretaria Estadual do Turismo - Paraná Turismo, do Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) e de Paraná Projetos. Se visitou a cidade de Ponta Grossa para entrevistar aos atores da Prefeitura de Ponta Grossa, e ao PEVV para entrevistar aos atores de Paraná Projetos e do Núcleo setorial de Guias de Ponta Grossa.

Foram entrevistados um total de dez atores, identificados pelo cargo e a instituição que representam como se observa no (QUADRO 16).

QUADRO 16 - LISTA DE ATORES ENTREVISTADOS RELACIONADOS AO TURISMO E A GEOCONSERVAÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL (PEVV)

Entrevistado/a	Cargo	Instituição
Entrevistado 1 - PEVV	Presidente da Fundação Municipal do Turismo	Prefeitura de Ponta Grossa
Entrevistado 2 - PEVV	Agente de uso público do PEVV	Paraná Projetos
Entrevistado 3 - PEVV	Gerente do PEVV	Instituto Ambiental do Paraná (IAP)
Entrevistado 4 - PEVV	Assistente Condutor de Visitantes do PEVV	Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa
Entrevistado 5 - PEVV	Assistente da diretoria técnica	Paraná Turismo
Entrevistado 6 - PEVV	Assistente da diretoria técnica	Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)
Entrevistado 7 - PEVV	Analista administrativo do PEVV	Paraná Projetos
Entrevistado 8 - PEVV	Supervisora do PEVV	Paraná Projetos
Entrevistado 9 – PEVV	Diretor de Planejamento e Projetos	Paraná Projetos
Entrevistado 10 - PEVV	Assistente da diretoria técnica do Departamento de Unidades de Conservação	Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

FONTE: O autor (2016).

O Entrevistado 1 – PEVV foi o Presidente da Fundação Municipal de Turismo da Prefeitura de Ponta Grossa. A entrevista foi realizada no local da Fundação Municipal de Turismo de Ponta Grossa localizado no centro da cidade. A escolha do entrevistado foi uma recomendação dos pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e do Ex-Gerente de Equipamentos Turísticos do PEVV. As informações repassadas pelo entrevistado foram amplas e detalhadas. Sua contribuição para a pesquisa sobre

a gestão do turismo no PEVV permitiu esclarecer algumas dúvidas sobre a função da Prefeitura de Ponta Grossa em relação ao PEVV.

O Entrevistado 2 – PEVV foi a Agente de uso público do PEVV, como parte da equipe de Paraná Projetos. A entrevista se realizou na área administrativa do Parque Estadual de Vila Velha. A escolha do entrevistado foi tomada após uma pesquisa exploratória sobre a estrutura organizacional de Paraná Projetos no PEVV, que aparece no *website* de Paraná Projetos. As informações coletadas foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa dada a função e o cargo que cumpre o entrevistado no PEVV.

O Entrevistado 3 – PEVV foi a Gestora do PEVV do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A entrevista foi realizada na área administrativa do Parque Estadual de Vila Velha. A escolha do entrevistado foi tomada após uma pesquisa exploratória sobre o órgão gestor das Unidades de Conservação no Paraná, que aparece no *website* do IAP. A contribuição do entrevistado foi importante em decorrência da longa experiência do entrevistado como Gestor do PEVV como representante do IAP, além de sua formação em Turismo.

O Entrevistado 4 – PEVV foi o Assistente condutor de visitantes no PEVV desde Novembro de 2012. A entrevista foi realizada na área administrativa do Parque Estadual de Vila Velha. O entrevistado integra o Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa e foi contratado pelo Paraná Projetos. A escolha do entrevistado foi uma recomendação do Presidente da Fundação Municipal do Turismo de Ponta Grossa. As informações cedidas pelo entrevistado foram valiosas devido a sua condição de Guia local com experiência em outros projetos turísticos além do PEVV.

O Entrevistado 5 - PEVV foi o Assistente da diretoria técnica de Paraná Turismo. A entrevista se realizou no local da Secretaria do Esporte e do Turismo do Governo Estadual do Paraná, situado no centro de Curitiba. A escolha do entrevistado foi uma recomendação do pessoal que trabalha dentro do Paraná Turismo dada sua contribuição no estudo do projeto de concessão Parque Paraná. Através das informações coletadas, foi mais fácil compreender a situação atual do PEVV como Unidade de Conservação do Estado do Paraná, dada sua experiência como pesquisador.

O Entrevistado 6 – PEVV foi o Assistente da diretoria técnica do Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR. A entrevista se realizou nas instalações do MINEROPAR em Curitiba. A escolha do entrevistado foi tomada após uma pesquisa exploratória sobre a criação do projeto Geoparque dos Campos Gerias, incluindo ao PEVV. Ele também foi recomendado pelos pesquisadores da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e o Ex-Gerente de Equipamentos Turísticos do PEVV. Sua contribuição foi muito importante dada sua longa experiência como parte da equipe técnica do MINEROPAR e suas pesquisas entorno ao PEVV.

O Entrevistado 7 – PEVV foi o Analista administrativo de Paraná Projetos no PEVV. A entrevista foi realizada na área administrativa do Parque Estadual de Vila Velha. A escolha do entrevistado foi realizada após uma pesquisa exploratória sobre a estrutura organizacional de Paraná Projetos no PEVV. De maneira geral, a entrevista coletou um material muito valioso dado o cargo e a função que realiza dentro do PEVV.

O Entrevistado 8 – PEVV foi a Supervisora de Paraná Projetos no PEVV. A entrevista se realizou nas instalações de Paraná Projetos, em Curitiba. A escolha do entrevistado foi tomada após uma pesquisa exploratória sobre a estrutura organizacional de Paraná Projetos no PEVV e as recomendações de todos os entrevistados anteriores. A contribuição do entrevistado foi ampla e muito importante, dado seu cargo e função no Paraná Projetos.

O Entrevistado 9 – PEVV foi o Diretor de Planejamento e Projetos de Paraná Projetos. A entrevista se realizou nas instalações de Paraná Projetos em Curitiba. A escolha do entrevistado foi tomada após uma pesquisa exploratória sobre a estrutura organizacional de Paraná Projetos, através do *website* da instituição, e pela recomendação da Supervisora de Paraná Projetos no PEVV. As informações permitiram esclarecer algumas dúvidas sobre a visão de Paraná Projetos, com sede em Curitiba, sobre a perspectiva futura do turismo no PEVV.

Finalmente, o Entrevistado 10 – PEVV foi o Assistente da diretoria técnica do Departamento de Unidades de Conservação do IAP. A entrevista se realizou nas instalações do IAP em Curitiba. A escolha do entrevistado foi tomada após uma pesquisa exploratória sobre a estrutura organizacional do

Departamento de Unidades de Conservação do IAP, através do *website* da instituição. A contribuição do entrevistado foi valiosa dado sua formação como Turismólogo e sua função de Comunicação, divulgação, implementação e manutenção das Unidades de Conservação do Paraná.

A informação coletada nas entrevistas foi dividida de acordo aos oito tópicos abordados, e classificada segundo a instituição que representam os entrevistados: Prefeitura de Ponta Grossa, Paraná Projetos, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Serviço geológico do Paraná (MINEROPAR), Paraná Turismo e Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa.

Cabe destacar que alguns tópicos dentro dos quadros de resultados ficaram sem conteúdo em decorrência da falta de conhecimento ou de vontade dos entrevistados e as instituições para responder sobre alguns temas apresentados.

QUADRO 17 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO TURISMO NO PEVV

<p>Prefeitura de Ponta Grossa</p>	<p>O PEVV apresenta um formato deficitário de gestão. Está sob avaliação possíveis concessões do uso turístico por parte de empresas privadas. A concessão busca flexibilizar os serviços turísticos: restaurantes, cicloturismo, etc. E oferecer mais produtos turísticos. Deficiências do PEVV: o regramento da unidade de conservação não permite fornecer o turismo como uma atividade geradora de benefícios. Parque de Campos Gerais existe na teoria, e lá existem proprietários particulares. E nunca foram indenizados para sair de lá. Eles agora são empresários turísticos e desenvolvem bem o turismo. Exemplo: Buraco do padre.</p>
<p>Paraná Projetos</p>	<p>Em 2011 aumentou o número de visitantes em decorrência do Aniversário dos 60 anos do PEVV. A quantidade de visitantes depende de fatores como greve de escolas, ou o valor do dólar sobre o real. Quanto maior o valor do dólar, maior visitação no PEVV. Recebem em média 60.000 visitantes cada ano, mas poderiam receber mais visto que está abaixo da capacidade de carga. PEVV está bem estruturado e conservado. Perfil de satisfação dos visitantes é alto. O destaque é a Trilha dos arenitos. O uso público está a cargo do Paraná Projetos e a conservação do IAP. Tecnolimp é a empresa terceirizada encarregada da limpeza do PEVV. Infelizmente, não se cobrem todos os gastos. Qualquer ação é realizada de acordo com o Plano de Manejo. Os serviços de alimentos foram restringidos pelo plano de manejo. O serviço de alimentação e as isenções de pagamento reduzem a receita gerada pelo turismo no PEVV. Na zona das furnas há um Elevador, estrutura antiga, que tem</p>

	<p>problemas de manutenção. Causa poluição e é perigoso. Depois da revitalização foi fechado. O elevador se tornou um mirante. Ainda não foi retirado porque é complicado e caro. O elevador e o serviços de alimentação são os pontos fracos do uso turístico no PEVV. No próximo ano se realizará a concessão do uso público que agora está sendo estudada. O estudo do projeto está sendo realizado pelo IAP e Paraná Projetos, e financiado por Instituto SEMEIA. A concessão possivelmente mudará o plano de manejo. Ele será mais flexível. A concessão vai melhorar tudo. Exemplo: a qualificação do pessoal e o atendimento. Existe uma iniciativa de utilizar o mesmo modelo de gestão compartilhado em outros parques (Parques Paraná): Parque Estadual de Guartela. Parque Estadual do Monge e Parque Estadual de Ilha do Mel.</p>
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	<p>O PEVV está enfocado na conservação. Existem quatro programas desenvolvidos no PEVV: pesquisa, manejo, uso público e operacionalização. O PEVV se mantém utilizando a medida compensatória como recurso privado. Exemplo: a construção da rodovia. A estatística do número de visitantes entre os anos 2007- 2011 foi mal realizada pelo IAP. A média de visitação anual depois da revitalização em 2004, está entre 50-60 mil visitantes.</p>
Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)	<p>A organização do uso público é bem trabalhada. Existem projetos internos. Existe um conselho consultivo atuante. Há produtos turísticos atrativos e outros em caminho. O turismo poderia estar mais envolvido mas é só questão de tempo. Tem poucas deficiências. Há um projeto para retirar as espécies florestais invasoras que dificultam a visão do atrativo principal do Parque, os Arenitos. Há um projeto de</p>

	<p>controle do fogo da Universidade Positivo dada a importância deste elemento na biodiversidade. Existe um projeto de geoparque Campos Gerais, elaborado tecnicamente pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em parceria com o MINEROPAR. Um dos geossítios dentro desse geoparque é o PEVV. Porém, o projeto encontra-se em <i>stand by</i>, em decorrência dos protestos da Associação de agricultores que acusam o projeto de expropriação de terras. É necessária vontade política para pôr em andamento esse projeto.</p>
Paraná Turismo	<p>A estrutura receptiva é boa. As instalações e os recursos humanos são ótimos. O fluxo turístico poderia ser maior. A visitação hoje está abaixo da capacidade de carga. Não há uma compreensão da população local sobre a importância do PEVV para o turismo. A Fundação Municipal do Turismo de Ponta Grossa, está se envolvendo. A Prefeitura de Ponta Grossa recebe Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, pela condição de Unidade de Conservação do PEVV, mas é pouco utilizado para o investimento na conservação ou o turismo no PEVV. O uso público não paga as despesas e é deficitário cada ano. As excursões de escolas não são cobradas. Existe muitas isenções para pagar entradas. Serviço de venda de artesanato e alimentação é baixo. Poderiam se aproveitar mais produtos turísticos. Há uma concessão do uso público em estudo – Parques Paraná – que será licitada a concurso público entre fevereiro e março de 2017. O Instituto Semeia é a encarregada da elaboração do projeto de concessão. A concessão envolverá ao PEVV e os arredores. A empresa Rodonorte, construtora da Rodovia BR-376, contribui</p>

	voluntariamente ao turismo no PEVV através de divulgação. Previamente outorgou uma medida compensatória para a unidade de conservação pela construção.
Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa	Tem potencial para um maior desenvolvimento turístico que deveria ser explorado. Nos últimos anos tem-se ofertado novos produtos turísticos no PEVV como a Trilha Fortaleza e a Caminhada Noturna. Porém, tem pouca demanda em decorrência da falta de divulgação. A futura concessão terá aspectos positivos e negativos. Um dos positivos será a oferta de novos produtos turísticos, o negativo será a degradação.

QUADRO 18 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO PEVV

Prefeitura de Ponta Grossa	O PEVV é administrado pelo Governo do Estado. O Estado do Paraná não tem orçamento para manter Unidades de Conservação. Nos dias de hoje realizam estudos para fazer a concessão do PEVV, seguindo o exemplo de Foz de Iguaçu. A Fundação Municipal do Turismo (FMT) de Ponta Grossa não tem poder de decisão sobre a administração do PEVV, mas faz parte do conselho. Função da FMT: parceria com o PEVV, conscientização, promoção de outros produtos turísticos no entorno do PEVV (Itaicoca. Exemplo: Buraco do padre). Associação industrial e comercial de Ponta Grossa + Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) + FMT: parceria para fomentar núcleo setorial de guias, de artesanato, dos proprietários rurais, de alimentação (<i>Foodtrucks</i>). O FMT se instaurou há três anos. Antes era parte de
----------------------------	--

	outras secretarias ligadas à cultura, esporte, comércio, sem dar a importância necessária ao turismo. Criação do FMT obtém melhores resultados.
Paraná Projetos	Manutenção da educação ambiental. Projeto Parque – Escola: livre visitação das escolas da rede pública estadual. Fomento de pesquisadores para estudar o PEVV. O IAP está envolvido na potencialização do turismo no PEVV. Existe um conselho para a tomada de decisões composto por 15 instituições entre elas: Prefeitura de Ponta Grossa, Ministério público, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Associação industrial e comercial de Ponta Grossa, Paraná turismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) etc. Mas o governo estadual decide.
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Planejamento, implementação e monitoramento do Governo Estadual.
Serviço Geológico de Paraná (MINEROPAR)	O governo estadual do Paraná tem o controle do PEVV e está avaliando fazer concessão o uso público do PEVV. Porém, essa concessão se projeta a ser de 30 anos e a empresa concessionária poderia terceirizar o uso público.
Paraná Turismo	O Estado do Paraná paga a manutenção do PEVV. O governo do Estado tem secretarias relacionadas ao PEVV: 1) Paraná Turismo: Subdireção da Secretaria do Esporte e do Turismo. Proprietário de parte da zona de uso público do PEVV. Faz capacitação e divulgação do turismo no Estado. Faz parte do grupo técnico do projeto Parques Paraná. 2) IAP: Subdireção da Secretaria do Meio Ambiente. Gestor ambiental do PEVV. 3) Paraná Projetos: Subdireção da Secretária de planejamento. Gestor do uso público do PEVV.

Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa	-
--	---

QUADRO 19 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DA EMPRESA PRIVADA NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PEVV

Prefeitura de Ponta Grossa	Estão esperando que aconteça a concessão.
Paraná Projetos	Não participam diretamente. Estão esperando que aconteça a concessão. Paraná projetos, apesar de ser uma empresa privada, atua como empresa pública. Porém, existem agências turísticas em Curitiba que levam grupos de visitantes ao PEVV. Dentro do PEVV, foi contratada a empresa privada Tecnolimp, encarregada da limpeza da zona de uso público. A Associação de artesãos de Ponta Grossa realiza o serviço de alimentação e venda de artesanato.
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Legislação não permite a participação de empresas privadas. Está a favor da concessão.
Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)	As empresas privadas participarão da concessão do uso público do PEVV.
Paraná Turismo	No passado não tiveram interesse em participar de atividades turísticas no PEVV. O trabalho da Fundação Municipal do Turismo de Ponta Grossa alavancou o interesse. No entorno do PEVV, existem iniciativas turística privadas, enquanto que no PEVV não é legalmente permitido. Os serviços de lanchonete e artesanato fazem parte de uma associação privada.
Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa	Tecnolimp é a empresa privada encarregada da limpeza.

QUADRO 20 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE O PAPEL DA COMUNIDADE LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PEVV

Prefeitura de Ponta Grossa	Só fazem visitas. Tem horário de entrada gratuita.
Paraná Projetos	Afastada do PEVV. Comunidade não sabe do potencial do PEVV para o desenvolvimento econômico deles. Eles estão mais ligados com a parte industrial. A comunidade, localizada a 6 km da entrada ao Parque, tem acesso livre às furnas no final da tarde (entre às 17h e 19h). No passado havia maior quantidade de trabalhadores da comunidade no PEVV, mas as novas gerações não estão mais interessadas em se capacitar para fazer parte dos cargos relacionados ao turismo. Nos dias de hoje alguns deles integram a equipe de Tecnolimp. A principal razão pela qual a comunidade não se envolveu no turismo foi pela falta de qualificação profissional. Ponta Grossa tem uma visão antiga do Parque: recreação. Perdeu o sentimento de pertencimento pelas mudanças feitas pelo Estado.
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	A totalidade dos trabalhadores no PEVV moram em Ponta Grossa. Poucos são da comunidade Vila Jardim.
Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)	Existe pouco envolvimento. Eles possuem desconto para o ingresso ao PEVV.
Paraná Turismo	Fornecedores de mão de obra e produtos alimentícios.
Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa	Eles possuem outras ocupações e não têm interesse em participar na atividade turística do PEVV. Em linhas gerais, têm um bom relacionamento com a administração do PEVV.

QUADRO 21 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO, OS GOVERNOS REGIONAL, PROVINCIAL, LOCAL, A COMUNIDADE DO ENTORNO E A EMPRESA PRIVADA NO PEVV

Prefeitura de Ponta Grossa	Bom relacionamento entre Estado e Prefeitura. Existe uma parceria entre a Prefeitura de Ponta Grossa, Associação industrial e comercial de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Sindicato de hotéis etc.
Paraná Projetos	Possui uma boa coordenação em comparação a anos anteriores, mas é influenciada pelas mudanças políticas. Existe um conselho mas a decisão final é do IAP. O IAP e Paraná Projetos trabalham juntos. Boa relação com MINEROPAR e Prefeitura que têm participado bastante na divulgação do turismo no PEVV. Governo Estadual e Municipal têm algumas diferenças, mas a relação entre o IAP e Municipal é boa. Ao final do ano haverá eleições na Prefeitura de Ponta Grossa.
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Existe um conselho para a tomada de decisões, que funciona bem.
Serviço Geológico de Paraná (MINEROPAR)	Existe um conselho consultivo onde também participam representantes da comunidade local e do MINEROPAR. Funciona bem. As reuniões acontecem 4 vezes por ano.
Paraná Turismo	Governo Federal não participa. A articulação está truncada, poderia ser mais estreita. A participação do Paraná Turismo poderia ser mais demandada pelo Paraná Projetos. Ingerências políticas interferem nas articulações para promover estratégias de ações. Exemplo: Divergências políticas entre a Prefeitura e o Governo Estadual.

Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa	As decisões sobre o PEVV são tomadas em Curitiba. A equipe no PEVV não participa dessas decisões e são somente informados posteriormente. Em linhas gerais tem uma boa relação.
--	---

QUADRO 22 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE A ESTRUTURA DE GESTÃO DO TURISMO NO PEVV

Prefeitura de Ponta Grossa	-
Paraná Projetos	Paraná Projetos, empresa privada de interesse público, é a gestora do uso público do PEVV. Recebem recursos econômicos do IAP e estão sujeitos as suas limitações orçamentárias. Os altos cargos do Paraná Projetos estão em Curitiba. É composto pela equipe financeira, recursos humanos, administrativa, compras, assessoria jurídica e diretoria. Possui uma coordenadora supervisora que está constantemente no PEVV. Ela faz a ligação entre o PEVV e Paraná Projetos em Curitiba, atendendo as demandas do PEVV. A equipe de Paraná Projetos é composta de 24 pessoas: 13 condutores, 4 motoristas, 5 administrativos, 1 coopera, 1 responsável pela manutenção. Todos moram em Ponta Grossa. Alguns moravam em outro lugar mas se mudaram. Um dos motorista é da Vila jardim. Paraná Projetos consome muitos recursos, não é viável. A visitação e os serviços prestados não são ideais. A contratação de pessoas é através de concurso público, devido a isso é difícil concluir o contrato dos funcionários de baixa performance. Não há mobilidade dentro do órgão pois não existem oportunidades de capacitação e qualificação. A concessão irá melhorar essa situação.

	Os melhores funcionários continuarão no PEVV quando a nova empresa de concessão chegar.
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Existem deficiências na administração do Paraná Projetos. A gestão é influenciada pela Política de Estado. Exemplo: Deputados que fazem favores ou colocam barreiras.
Serviço Geológico de Paraná (MINEROPAR)	Funciona bem.
Paraná Turismo	Paraná Projetos funciona bem. O trabalho desenvolvido pelas pessoas que lá estão tem maior influência no bom funcionamento do que a estrutura da instituição em si.
Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa	Paraná Projetos no PEVV: 12 condutores, 1 analista financeiro, 4 assistentes administrativos, 1 copeira, 1 agente de uso público e 4 motoristas.

QUADRO 23 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE AS INSTITUIÇÕES OU ATORES QUE DEVERIAM SER INTEGRADOS NA GESTÃO DO TURISMO NO PEVV

Prefeitura de Ponta Grossa	Já existem muitos envolvidos como parte do Conselho.
Paraná Projetos	A empresa privada para a concessão do uso público. Existem alguns guias, incentivados pela Fundação Municipal do Turismo de Ponta Grossa, que sugerem a possibilidade de visita a outros atrativos ao redor do Parque. No entanto, esses atrativos estão dentro de propriedades privadas. A Universidade Estadual de Ponta Grossa: mais pesquisadores para utilizar a informação das pesquisas.
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	-

Serviço Geológico de Paraná (MINEROPAR)	Não há necessidade de integração com outras partes. O Conselho está bem representado.
Paraná Turismo	Comunidade local, Paraná Turismo (capacitação), Prefeitura de Ponta Grossa (maior envolvimento).
Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa	Universidades, escolas para realização de conscientização e educação ambiental.

QUADRO 24 - RESPOSTAS DE CADA INSTITUIÇÃO SOBRE AS AÇÕES QUE FAVORECERIAM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E A CONSERVAÇÃO NO PEVV

Prefeitura de Ponta Grossa	O governo do Estado deve abandonar a administração e deixar que o IAP seja o único órgão que proteja o PEVV e fiscalize o turismo.
Paraná Projetos	Deve-se realizar a concessão. Deveria se mudar o plano de manejo. O IAP deve manter seu papel fiscalizador. Pesquisadores do PEVV deveriam mostrar o trabalho realizado através de exposições ao público após ter finalizado as pesquisas. Envolvimento da comunidade local. Que deveria ser promovido pelo Estado. Sensibilização à comunidade de Ponta Grossa. Recuperar o grau de pertencimento do PEVV.
Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	Parceria público-privada. Continuar com a promoção de outros atrativos da região no PEVV. Não deveria tornar-se um geoparque porque considera que não tem uma estrutura como a Unidade de Conservação vigente possui.
Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR)	Deveriam ser realizados mais projetos para a geodiversidade, especialmente sobre os Arenitos, um dos atrativos mais importantes do PEVV. Exemplo: Limpeza da vegetação invasora por causas antrópicas; Estudo de risco geológico etc. O Estado deveria controlar as atividades terceirizadas, seguindo o

	<p>exemplo do Parque Nacional de Iguaçu. A possível concessão deveria ser de curto prazo. O PEVV poderia ser o centro de promoção turístico do entorno realizando parcerias com as comunidades para oferecer serviços turísticos. Deveria se aproveitar os conhecimentos locais. Sinalização das falhas geológicas. Abrir para visitação o pavimento superior de Arenitos. Abertura de maior número de atividades no PEVV sob controle permanente. Promoção de shows e eventos.</p>
Paraná Turismo	<p>Investimento na infraestrutura turística. Deve-se melhorar o sistema de abastecimento de água, aproveitando a água das furnas, fazendo um sistema mais sustentável. Marketing. Qualificação do pessoal. O PEVV precisa processo permanente de capacitação dos guias condutores. A prefeitura de Ponta Grossa deveria fazer um convenio com o PEVV para desenvolver o turismo: capacitação da comunidade local. Paraná turismo poderia apoiar na capacitação. O conselho consultivo deveria ser mais atuante. Sensibilização do entorno sobre a importância do turismo no PEVV. Melhorar o monitoramento no PEVV (caça furtiva etc.). Regulamentar a caça do javali para evitar a caça furtiva.</p>
Núcleo setorial dos Guias de Turismo de Ponta Grossa	<p>Melhorar a qualidade dos ônibus. Seguir o exemplo da Linha do Turismo de Curitiba.</p>

5.4 OBSERVAÇÃO SIMPLES NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL

Para chegar ao Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) de Curitiba, tomou-se um ônibus até Ponta Grossa com duração de 2 horas e custo de 38 reais. Os ônibus que realizam o trajeto Curitiba - Ponta Grossa partem a cada hora. Porém, os ônibus locais que realizam o trajeto de Ponta Grossa ao PEVV possuem só três horários de partida do Terminal de Oficinas: 7 horas, 13 horas e 17 horas. Tomou-se o ônibus das 13 horas, dado que o ônibus Curitiba – Ponta Grossa sai a partir das 6:30 horas, e o ingresso ao PEVV é de 8:30 até 15:30 horas. O preço da passagem do ônibus é de 3,2 reais.

O PEVV está localizado na Rodovia BR-376, há 20 minutos de Ponta Grossa. Há uma entrada única para veículos e pedestre, controlada por um vigilante. Observou-se uma placa de boas vinda na entrada (FIGURA 35).

FIGURA 35 – ENTRADA AO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016).

Há 20 metros do ingresso situa-se um amplo estacionamento para os veículos de visitantes (FIGURA 36).

FIGURA 36 – ESTACIONAMENTO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016).

Há 30 metros da entrada, localiza-se o centro de recepção dos visitantes, onde se realiza o *check-in* e a compra de ingressos (FIGURA 37). Os preços para a visita de Furnas, Arenitos e Lagoa Dourada custa 18 reais para brasileiros e 25 reais para estrangeiros. Pode-se pagar meia entrada com carteirinha de estudante. Para visitantes cujo objetivo seja pesquisa, sob autorização do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o ingresso é gratuito. De acordo com o tipo de visita que se deseja realizar, entrega-se um ticket para o ingresso ao ônibus interno do PEVV (FIGURA 38).

FIGURA 37 – CENTRO DE RECEPÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016).

FIGURA 38 – TICKET DE VISITAÇÃO AO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016).

Após a zona do *check-in*, encontrou-se um mapa do PEVV, sinalizando a localização dos pontos turísticos e das trilhas (FIGURA 39). Nesse mesmo espaço localiza-se a área de administração, uma lanchonete e um local de venda de artesanato. Porém, não existe outro serviço de interpretação turística sobre o PEVV, antes de iniciar a visita.

FIGURA 39 – CENTRO DE RECEPÇÃO DOS VISITANTES DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016).

No centro de visitantes se espera a chegada do ônibus que conduz ao passeio correspondente. Realizou-se primeiramente a trilha dos Arenitos. Um guia condutor do PEVV foi o encarregado de receber os tickets do passeio e permitir o ingresso ao ônibus que tem uma capacidade para 30 pessoas aproximadamente (FIGURA 40). Durante o trajeto o guia condutor prestou informações técnico-especializadas sobre a Unidade de Conservação, a história do PEVV e a descrição de seus atrativos naturais, principalmente sobre os Arenitos.

FIGURA 40 – ÔNIBUS DO SERVIÇO TURÍSTICO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016).

Durante o passeio na trilha dos Arenitos, o guia condutor continuou prestando informações sobre a origem destas formações geológicas e as figuras que representavam. Os Arenitos mantinham um estado de conservação ótimo. No entanto, as árvores que se encontravam ao seu redor dificultavam a visibilidade. As trilhas estavam bem delimitadas e conservadas. Ao longo das trilhas se encontravam várias lixeiras e algumas placas informativas sobre o patrimônio natural (FIGURA 41 e 42)

A informação prestada pelo guia condutor e sua predisposição a responder qualquer pergunta permitiu um bom entendimento ambiental do local pelos visitantes.

FIGURA 41 – TRILHA DO ARENITOS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016)

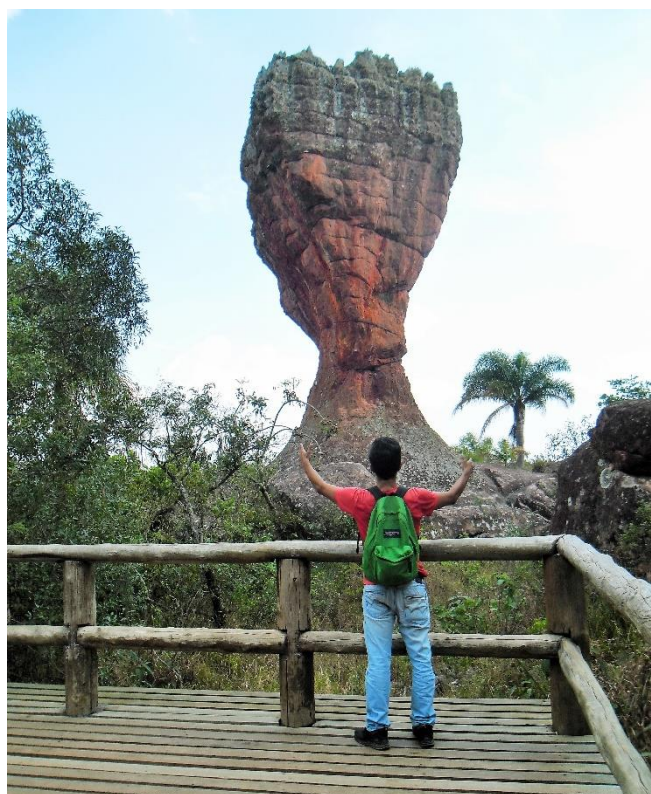
FIGURA 42 – TRILHA DO ARENITOS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016)

Finalmente chegou-se à área onde encontra-se “A taça”, o arenito mais imponente e famoso do PEVV. Nessa zona havia um mirante feito de madeira que permitia a observação do monumento natural (FIGURA 43). A maioria dos visitantes tirava fotos ou só desfrutava da paisagem. O estado de conservação da infraestrutura turística era boa.

FIGURA 43 – ARENITO “A TAÇA”



FONTE: O autor (2016)

Após finalizar o passeio na trilha dos Arenitos, retornou-se ao ônibus para voltar ao centro de recepção dos visitantes. Lá esperou-se o próximo ônibus que conduziria ao seguinte passeio: a trilha das Furnas e Lagoa Dourada. Infelizmente no dia da visita, não foi possível ir a zona da Lagoa Dourada em decorrência da inundação da trilha de acesso ocasionada pelas fortes chuvas dos dias anteriores.

Da mesma maneira que na trilha dos Arenitos, o guia condutor prestou informações sobre o atrativo turístico durante o trajeto do ônibus e na trilha das

Furnas. Ao longo da trilha observou-se uma correta sinalização, delimitação e várias lixeiras (FIGURA 44 e 45).

FIGURA 44 – TRILHA DAS FURNAS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016)

FIGURA 45 – TRILHA DAS FURNAS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016)

A Furna 1 encontra-se no início da trilha. Observou-se uma fonte de água de cor clara no fundo, rodeada de vegetação. O estado de conservação era ótimo (FIGURA 46).

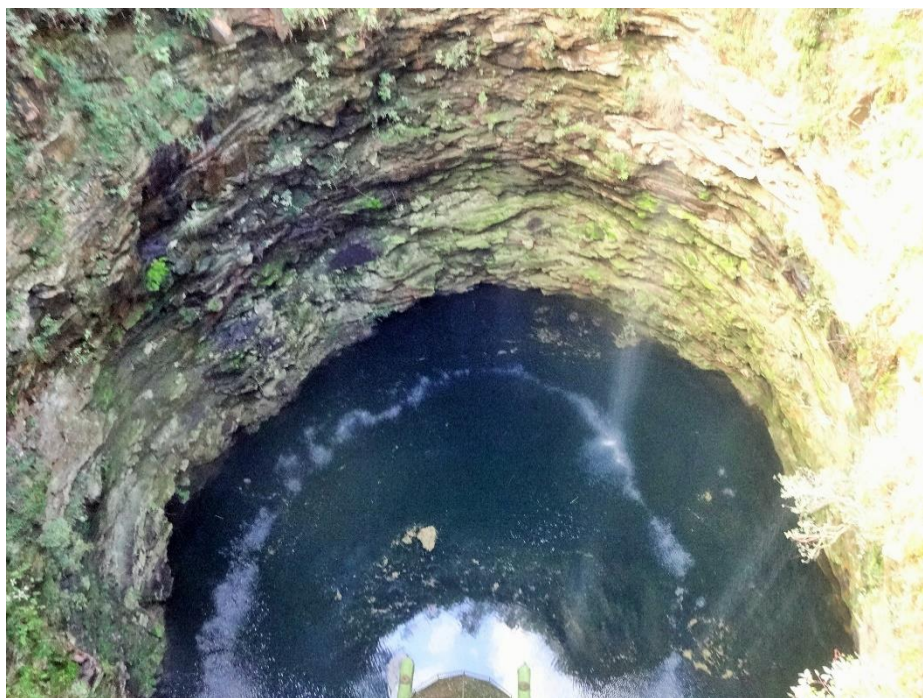
FIGURA 46 – FURNA 1 DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016)

Após uma caminhada de 10 minutos, encontra-se Furna 2, que é a mais imponente, pela profundidade que possui e sua beleza cênica (FIGURA 47). O guia condutor explicou sobre alguns acidentes que ocorreram no lugar antes da revitalização do PEVV. Ao redor desta Furna há uma placa informativa com ilustrações e fotografias que explicam a origem da formação das Furnas no PEVV (FIGURA 48). Ao redor da Furna também observa-se uma estrutura metálica que foi utilizado como elevador, mas que não está em funcionamento (FIGURA 49). O guia condutor explicou que parou de funcionar após a revitalização do PEVV, em decorrência da poluição que causava e de alguns acidentes. Os visitantes utilizam a plataforma como mirante.

FIGURA 47 – FURNA 2 DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016)

FIGURA 48 – PLACA INFORMATIVA NA TRILHA DAS FURNAS



FONTE: O autor (2016)

FIGURA 49 – ELEVADOR NA FURNA 2 DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA



FONTE: O autor (2016)

Após a visita à Fuma 2, retornou-se ao ônibus que voltaria ao centro de recepção dos visitantes. Em geral, os passeios dos Arenitos e da Fuma foram ambos satisfatórios. No entanto, antes de iniciar os trajetos poderiam ter oferecido um meio interpretativo como um vídeo sobre o PEVV que houvesse enriquecido mais a visita. A infraestrutura turística e o grau de conservação dos atrativos estavam em ótimas condições. Os serviços de alimentação não foram requeridos durante a visita mas se observou que tinha pouca variedade de produtos. A pouca oferta de ônibus de Ponta Grossa limita a visitação, chegando a maioria de visitantes com veículo próprio. Como conclusão observou-se que o uso público do PEVV tem sido bem planejado mas seu potencial turístico poderia ser melhor aproveitado.

No próximo capítulo apresentam-se as análises dos dados encontrados sobre os modelos de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi, no Peru, e no Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresenta-se a análise dos dados primários e secundários obtidos nos resultados sobre os modelos de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi, no Peru, e no Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil. O capítulo se divide em três temas: “Modelo de gestão do Turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru”, “Modelo de gestão do turismo no Parque Estadual de Vila Velha/Brasil” e “Análise comparativo dos modelos de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru e no Parque Estadual de Vila Velha/Brasil”.

6.1 MODELO DE GESTÃO DO TURISMO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU

Neste tema apresenta-se a análise do modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi, no Perú. O tema está dividido em dois subtemas: “Síntese das entrevistas semiestruturadas sobre o Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru” e “Análise SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) do modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru”.

6.1.1 Síntese das entrevistas semiestruturadas sobre o Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru

Os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas com os atores relacionados ao turismo e a geoconservação no Bosque de Pedras Marcahuasi, foram classificados no quadro de resultados, de acordo com cada instituição. No seguinte item apresenta-se uma síntese da informação coletada segundo cada tópico abordado.

1. Situação atual do turismo em Marcahuasi

Todos os entrevistados concordam que Marcahuasi, reconhecido como a quinta maravilha do Peru, tem um potencial turístico importante, mas que ainda encontra-se numa fase incipiente, em decorrência do seu desenvolvimento turístico espontâneo. As principais fraquezas mencionadas são: problemas de acesso, falta de serviços, falta de qualidade turística, falta de proteção do Estado, papel participativo do governo municipal e falta de capacitação profissional.

É mencionado por todos os entrevistados a obra de implementação da infraestrutura turística do Plano COPESCO, que, no momento das entrevistas, encontrava-se na última etapa do processo de construção. Afirmam que essa obra visa posicionar Marcahuasi como um produto turístico internacional. Por um lado, explicam que a obra, executada por uma empresa espanhola, foi coordenada previamente com Plano COPESCO, INGEMMET e a população local, e seria entregue ao Comitê Comunal de Turismo para sua administração e manutenção. Porém, a Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta e a população local não ficaram satisfeitos com as mudanças realizadas pela obra em decorrência da falta de conhecimento da empresa estrangeira sobre a cultura local, assim como o absente monitoramento.

2. Papel do Estado no desenvolvimento do turismo em Marcahuasi

O Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru (MINCETUR), é um órgão articulador do Estado que fomenta a parceria público-privada para o desenvolvimento do turismo no país andino. No Marcahuasi, ele realiza as seguintes atividades: promoção e informação sobre o destino turístico, através do programa Promperu; assistência técnica, investimento financeiro e execução de obras (de acordo com a demanda, a necessidade e a importância do projeto), através do Plano COPESCO; e capacitação, através do CENFOTUR (Centro de Formação em Turismo).

Os entrevistados concordam que a Implementação da infraestrutura turística de Marcahuasi, do Plano COPESCO, tem sido a única ação importante do Estado. O projeto foi uma iniciativa do governo local e provincial desde 2011,

definido e aprovado em julho de 2014, e executado em novembro do mesmo ano. Trabalhou-se na melhoria da zona urbana de San Pedro de Casta e a implementação da infraestrutura turística no planalto Marcahuasi (escadas, placas, zonas de descanso, centro de visitantes etc.)

O papel da Municipalidade Provincial de Huarochiri foi a solicitação oficial do projeto de implementação da infraestrutura turística e a supervisão do trabalho no planalto de Marcahuasi. O papel do Governo Regional de Lima foi a capacitação da população, concomitante ao MINCETUR. E finalmente, o papel da Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta foi a supervisão das obras na zona urbana e a viabilidade do projeto.

O Estado investiu em infraestrutura turística para Marcahuasi, mas colocou à prova a administração da comunidade local.

3. Papel da empresa privada no desenvolvimento do turismo em Marcahuasi

A maioria dos entrevistados concorda que quase não existe uma participação da empresa privada no desenvolvimento turístico de Marcahuasi em decorrência da falta de saneamento básico e dos aspectos jurídicos das propriedades.

Diante do fato de que não existem restrições para oferecer serviços turísticos no Marcahuasi em decorrência da alta demanda, algumas agências de viagens de Lima realizam esses serviços. Porém, elas aproveitam o recurso turístico sem nenhum planejamento nem participação da população local de San Pedro de Casta.

4. Papel da comunidade local no desenvolvimento do turismo em Marcahuasi

A comunidade local de San Pedro de Casta, através do Comitê Comunal do Turismo, administra a atividade turística de Marcahuasi. Essa atividade representa a maior fonte de renda na localidade. As funções do Comitê são: controle da bilheteria, aluguel de cavalos e burros e limpeza do Bosque de Pedras.

Todos os entrevistados concordam que o turismo em Marcahuasi tem feito com que a maioria da população abandone suas atividades tradicionais, em decorrência da baixa renda em comparação com a atividade turística.

Nos últimos anos, as principais ações da comunidade local foram: a entrega de concessão das terras comunais à Municipalidade Provincial de Huarochirí para executar a obra do Plano COPESCO; o investimento para melhorar o abastecimento de água; e o cercado do Bosque de Pedras.

A maioria dos entrevistados considera que a participação do Comitê Comunal do Turismo é moderada devido ao curto período de gestão, a pouca assiduidade dos membros e da comunidade local nas reuniões, e a falta de envolvimento dos jovens como atores.

5. Relação entre o Estado, o governo regional, provincial, local, a comunidade local e a empresa privada em Marcahuasi

Os pontos fortes da relação entre os atores são os seguintes: a vontade de trabalhar em conjunto; a equipe preparada profissionalmente do MINCETUR e do Governo regional; boa articulação entre Plano COPESCO e a Municipalidade Provincial de Huarochirí durante as obras.

Os pontos fracos são: falha da coordenação e articulação em decorrência da falta de pessoal qualificado nos governos provinciais e distritais; a comunidade como única administradora da atividade turística; as diferenças políticas entre o governo municipal e a comunidade; corrupção e rivalidades.

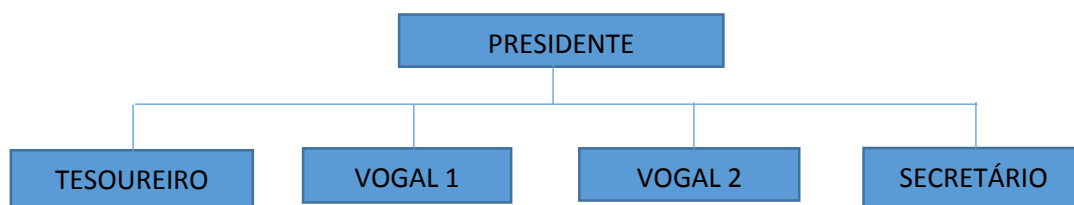
Todos concordam que a relação entre a liderança política do governo municipal e a comunidade influi consideravelmente na tomada de decisões no que se refere ao desenvolvimento turístico de Marcahuasi.

6. Estrutura de gestão do turismo em Marcahuasi

Todos os entrevistados concordam que a estrutura de gestão do turismo em Marcahuasi é do tipo tradicional, conhecido como *Varayoc*. Os integrantes

do Comitê Comunal do Turismo são: Presidente, Tesoureiro, dois Vogais e um Secretário (FIGURA 50).

FIGURA 50 – ESTRUTURA DO COMITÊ COMUNAL DO TURISMO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI



FONTE: O autor (2016)

Os pontos fortes mencionados pela maioria deles foram os seguintes: o apoio da comunidade local ao trabalho do Comitê Comunal de Turismo; o bom relacionamento entre os membros do Comitê; as reuniões semanais; a produção de atas sobre as considerações levantadas durante as reuniões; e a predisposição deles para serem capacitados.

Os pontos fracos identificados foram os seguintes: o curto tempo de gestão (eleições a cada ano); a falta de transparência das ações realizadas com a renda do turismo; a falta de integração entre sistema tradicional e capacitação profissional; a desconfiança nas pessoas externas à comunidade; a baixa participação de cada membro do Comitê; e sobreposição de funções.

7. Instituições ou atores que deveriam ser integrados na gestão do turismo em Marcahuasi

Neste tópico os entrevistados tiveram diferentes pontos de vista. Por um lado, alguns sugerem a integração de profissionais, pesquisadores, treinadores ou alguma instituição que imponha ordem. Por outro lado, a comunidade não utiliza os trabalhos acadêmicos sobre Marcahuasi como ferramenta de

desenvolvimento, enquanto que o Comitê Comunal do Turismo não deseja que outra instituição seja integrada na administração do turismo.

8. Ações que favoreceriam o desenvolvimento do turismo e a conservação de Marcahuasi

Neste tópico os entrevistados tiveram uma série de recomendações para melhorar a atividade turística de Marcahuasi. Todos concordaram que faz-se necessário uma capacitação profissional da comunidade. A maioria concordou que Marcahuasi deveria tornar-se um Geoparque e não uma área protegida pelo Estado peruano. Outras recomendações foram: elaboração de um plano mestre; diversificação e integração de atividades econômicas; apresentação pública do papel das instituições, os governos e a empresa privada no desenvolvimento turístico de Marcahuasi; formalização do trabalho no Comitê Comunal do Turismo; inclusão da empresa privada; recuperação das zonas degradadas e a mística andina.

6.1.2 Análise SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) do modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru

A partir da análise documental, a síntese das entrevistas semiestruturadas e a observação simples, se realizou uma Análise SWOT, identificando as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças do modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi, enfocado nos seguintes elementos: estrutura de gestão, ações públicas e as relações entre os atores (QUADRO 9).

QUADRO 25 – ANÁLISE SWOT DO MODELO DE GESTÃO DO TURISMO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI (BPM)

Análise SWOT	Modelo de gestão do turismo no BPM
Forças	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio da comunidade local ao trabalho do Comitê Comunal de Turismo - Bom relacionamento entre os membros do Comitê - Reuniões semanais - Produção de atas durante as reuniões. - Predisposição a ser capacitados - Vontade de trabalhar em conjunto com os órgãos públicos - Equipe preparado profissionalmente do MINCETUR e o Governo Regional de Lima - Implementação de infraestrutura turística em andamento
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do projeto geoparque Marcahuasi - Proximidade a Lima, principal destino turístico do Peru - Interesse dos pesquisadores em Marcahuasi
Fraquezas	<ul style="list-style-type: none"> - Curto tempo de gestão (eleições a cada ano) - Ausência de um plano de manejo - Falta de qualificação profissional dos administradores - Carência de dados estatísticos sobre a visitação - Baixa qualidade de serviços turísticos (hospedagem, serviços de alimentação, transporte etc.) - Pouca transparência nas ações realizadas com as rendas do turismo - Falta de integração entre sistema tradicional e capacitação profissional - Desconfiança em pessoas externas à comunidade - Participação moderada de cada membro do Comitê - Informalidade laboral do Comitê - Diferenças políticas entre o Presidente da comunidade e o Prefeito do Distrito - Sobreposição de funções

	<ul style="list-style-type: none"> - Falha da coordenação e articulação em decorrência da falta de pessoal qualificado nos governos provinciais e distritais - A comunidade, como única administradora da atividade turística - Corrupção - Rivalidades - Falta de uso dos trabalhos acadêmicos realizados sobre Marcahuasi
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> - Migração dos jovens de San Pedro de Casta - Falta de saneamento básico e aspectos jurídicos no San Pedro de Casta e Marcahuasi - Falta de interesse do Estado no que se refere à proteção dos recursos naturais de Marcahuasi - Pouca conscientização ambiental da comunidade local - Abandono das atividades tradicionais - O turismo como atividade sensível a fatores externos

FONTE: O autor (2016)

O próximo tema contém a análise dos dados sobre o modelo de gestão do turismo no Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil.

6.2 MODELO DE GESTÃO DO TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL

Neste tema se apresenta a análise do modelo de gestão do turismo no Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil. O tema está dividido em dois subtemas: “Síntese das entrevistas semiestruturadas sobre o Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru” e “Análise SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats* (Forças, Fraquezas,

Oportunidades e Ameaças) do modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi/Peru”.

6.2.1 Síntese das entrevistas semiestruturadas sobre o Parque Estadual de Vila Velha/Brasil

Os dados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas com os atores relacionados ao turismo e a geoconservação no Parque Estadual de Vila Velha, foram classificadas no quadro de resultados, de acordo com cada instituição. No seguinte item apresenta-se uma síntese da informação coletada segundo cada tópico abordado.

1. Situação atual do turismo no PEVV

O Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) é uma área protegida, sob controle do Governo Estadual do Paraná, enfocada na conservação e a educação ambiental. Recebe uma média de 60.000 visitantes cada ano, desde sua reabertura após a revitalização em 2004. A gestão do uso turístico está a cargo da empresa Paraná Projetos.

Todos os entrevistados concordam que o PEVV está bem estruturado, com instalações em condições favoráveis, desenvolvendo projetos para melhorar o estado atual, e onde existe uma harmonia entre a conservação e a recepção dos visitantes. De acordo com os estudos realizados por Paraná Projetos, a satisfação dos visitantes é alta. Todos os entrevistados afirmam que o PEVV poderia receber uma maior quantidade de turistas, dado que se encontra abaixo de sua capacidade de carga.

No entanto, todos concordam que o formato de gestão do turismo é economicamente deficitário em decorrência da restrição que impõe o Plano de manejo sobre o desenvolvimento do turismo como uma atividade geradora de rendas. A maioria de entrevistados menciona que as isenções nas taxas de

ingressos e o limitado serviço de alimentação reduzem os benefícios econômicos.

Diante desse fato, existe um projeto de concessão do uso público em estudo – Parques Paraná – com o intuito de melhorar a situação atual do turismo no PEVV. A maioria dos entrevistados concorda que esse fato permitirá oferecer mais produtos turísticos, um melhor serviço de atendimento ao público, uma melhor qualificação da equipe de trabalho, e um maior envolvimento com o entorno do PEVV.

Entre as oportunidades para o turismo no PEVV, os entrevistados identificaram o projeto de Geoparque dos Campos Gerais como uma delas, que busca integrar o PEVV com os outros atrativos turísticos do entorno, assim com a participação ativa das comunidades. Também mencionaram que parte do aporte do ICMS ecológico à Prefeitura de Ponta Grossa poderia ser investido para promover o turismo e a conservação no PEVV.

Entre as ameaças ao turismo no PEVV, os entrevistados afirmaram que o fluxo turístico é dependente de fatores externos como a cotação do dólar, greves de escolas, etc. Também mencionaram a pouca compreensão da população local sobre a importância do PEVV para o turismo e a falta de sentimento de pertencimento.

2. Papel do Estado no desenvolvimento do turismo no PEVV

O Governo do Estado do Paraná é o encarregado de administrar e manter o PEVV. Desenvolve projetos de educação ambiental, como Parque – Escola, e fomenta a pesquisa sobre o PEVV. Possui três secretarias do Estado cujas subdireções estão relacionadas ao PEVV: Paraná Turismo, Instituto Ambiental do Paraná e Paraná Projetos.

Paraná Turismo é uma subdireção da Secretaria do Esporte e do Turismo. É proprietário de uma parte da zona de uso público do PEVV e faz parte do grupo técnico do projeto de concessão Parques Paraná.

O Instituto Ambiental do Paraná é uma subdireção da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. É o Gestor ambiental do PEVV.

Paraná Projetos é uma subdireção da Secretária de Planejamento. É o Gestor do uso público do PEVV.

A Prefeitura de Ponta Grossa, através da Fundação Municipal do Turismo, realiza trabalhos de conscientização, divulgação, promoção dos atrativos turísticos entorno ao PEVV, e fomenta a participação dos Núcleos setorial de guias de turismo, de artesanato, dos proprietários rurais, de alimentação (*Foodtrucks*) etc.

A maioria dos entrevistados destaca a existência de um conselho consultivo no PEVV composto por 15 instituições entre elas: Prefeitura de Ponta Grossa, Ministério público, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Associação industrial e comercial de Ponta Grossa, Paraná turismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) etc. Também destacaram o envolvimento do Instituto Ambiental do Paraná na potencialização do turismo no PEVV.

Todos os entrevistados concordam que o Estado do Paraná não possui o orçamento suficiente para manter suas Unidades de Conservação. A maioria dos entrevistados destaca a boa gestão compartilhada do turismo no Parque Nacional do Iguaçu como um exemplo para o resto dos Parques no Paraná.

3. Papel da empresa privada no desenvolvimento do turismo no PEVV

A participação direta de empresas privadas é restringida pela legislação do PEVV. Paraná Projetos, apesar de ser uma empresa privada, atua como empresa pública.

Porém, existem empresas privadas que participam indiretamente: agências turísticas em Curitiba que levam grupos de visitantes ao PEVV e Tecnolimp, encarregada da limpeza da zona do uso público.

Alguns entrevistados mencionam que existem iniciativas turísticas privadas com sucesso no entorno do PEVV como o caso do Buraco do Padre.

Todos concordam que as empresas privadas estão esperando a concessão do uso público do PEVV.

4. Papel da comunidade local no desenvolvimento do turismo no PEVV

Todos os entrevistados afirmaram que a comunidade Jardim Novo Vila Velha está afastada do desenvolvimento do turismo no PEVV e se limita à visitação com isenções.

Alguns entrevistados afirmaram que no passado havia maior quantidade de trabalhadores da comunidade no PEVV, mas as novas gerações não estão mais interessadas em se capacitar para fazer parte dos cargos relacionados ao turismo. Eles se limitam a ser fornecedores de mão de obra e produtos alimentícios.

De acordo com Paraná Projetos, quase a totalidade da equipe que trabalha no PEVV são de Ponta Grossa ou habitam lá.

A maioria dos entrevistados concordaram que a comunidade de Jardim Novo Vila Velha e de Ponta Grossa não percebem o potencial do PEVV para o desenvolvimento econômico deles. Eles têm uma visão antiga do PEVV, como local para recreação. A reestruturação do uso público do PEVV e a administração do Governo Estadual provocou uma perda do sentimento de pertencimento na população local.

5. Relação entre o Estado, o governo regional, provincial, local, a comunidade local e a empresa privada no PEVV

A maioria dos entrevistados concordam que há uma boa coordenação em comparação aos anos anteriores. Destacaram o papel do conselho consultivo como uma ferramenta de política pública importante para a articulação das instituições. O Instituto Ambiental do Paraná trabalha junto ao Paraná Projetos, e ambos tem uma boa relação com a comunidade local, o Serviço Geológico do Paraná e a Prefeitura de Ponta Grossa. Os dois últimos tem participado na conservação e educação ambiental e na divulgação do turismo no PEVV, respectivamente.

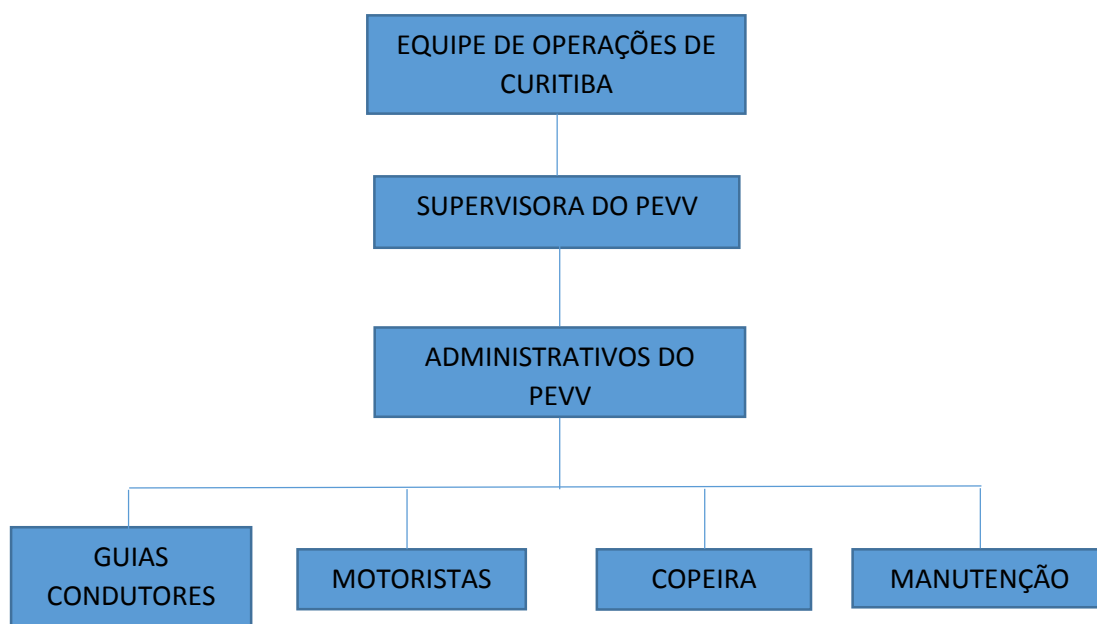
Entre os pontos fracos, alguns entrevistados indicaram as diferenças políticas entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Ponta Grossa, e a articulação truncada com Paraná Turismo.

Em geral, a maioria dos entrevistados concordou que as relações dependem da influência política nas articulações para promover estratégias de ação.

6. Estrutura de gestão do turismo no PEVV

Paraná Projetos é a empresa gestora do uso público do PEVV. A equipe é formada por 24 pessoas que trabalham no PEVV: 13 guias condutores, 4 motoristas, 5 administrativos, 1 copeira, 1 responsável pela manutenção; e uma equipe de operações em Curitiba que atende a parte logística, satisfazendo as demandas da equipe que trabalha no PEVV através da coordenação da Supervisora no PEVV (FIGURA 51).

FIGURA 51 – ESTRUTURA DE PARANÁ PROJETOS NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA (PEVV)



FONTE: O autor (2016)

Todos os entrevistados concordam que a organização do Paraná Projetos é bem estruturada. A maioria destaca o trabalho da coordenadora supervisora do PEVV que faz a ligação entre a sede de Curitiba e o Parque.

Entre os pontos fracos, o maior deles é o alto consumo de recursos de Paraná Projetos no PEVV e a limitação dos recursos econômicos do Governo Estadual, tornando-se um projeto inviável. Outros pontos fracos mencionados pelos entrevistados foram: o sistema de contratação de pessoas através de Concurso público, sua falta de mobilidade e de qualificação.

Todos os entrevistados concordaram que a concessão do uso público representa uma oportunidade para melhorar sua gestão.

Entre as possíveis ameaças indicaram a influência da política do Estado e o possível tipo de contrato de longo prazo com a empresa concessionária.

7. Instituições ou atores que deveriam ser integrados na gestão do turismo no PEVV

Todos os entrevistados concordam que a empresa privada deve ser a encarregada da gestão do turismo no PEVV através da concessão do uso público. A maioria dos entrevistados afirma que a Universidade Estadual de Ponta Grossa tem um papel importante na contribuição de pesquisadores e estudos sobre turismo e conservação no PEVV. Alguns entrevistados mencionaram os seguintes atores e instituições: a participação direta da Comunidade local; a capacitação de Paraná Turismo; e um maior envolvimento da Prefeitura de Ponta Grossa no desenvolvimento do turismo e a conservação do PEVV.

8. Ações que favoreceriam o desenvolvimento do turismo e a conservação do PEVV

No que tange à organização do PEVV, os entrevistados mencionaram principalmente as seguintes ações: melhorar o monitoramento dos recursos

naturais; promover novos produtos turísticos e outros atrativos do entorno; e maior envolvimento dos pesquisadores.

No que tange à infraestrutura no PEVV, os entrevistados mencionaram principalmente as seguintes ações: melhorar a qualidade dos ônibus; e melhorar o sistema de abastecimento de água.

No que tange aos recursos humanos no PEVV, os entrevistados mencionaram principalmente as seguintes ações: qualificação e capacitação permanente.

No que tange à comunidade local, os entrevistados mencionaram principalmente as seguintes ações: capacitação a cargo da Prefeitura de Ponta Grossa e Paraná Turismo, aproveitando os conhecimentos locais; e sensibilização da comunidade de Ponta Grossa sobre a importância do turismo no PEVV, a fim de recuperar seu sentimento de pertencimento.

No que tange à geoconservação, os entrevistados mencionaram principalmente as seguintes ações: desenvolver projetos sobre a geodiversidade, especialmente sobre os arenitos como o estudo de risco geológico e a sinalização das falhas geológicas.

Todos os entrevistados concordam com a futura concessão do uso público do PEVV, Parques Paraná, só se for de curto prazo e fiscalizada pelo Instituto Ambiental do Paraná.

6.2.2 Análise SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) do modelo de gestão do turismo no Parque Estadual de Vila Velha/Brasil

A partir da análise documental, a síntese das entrevistas semiestruturadas e a observação simples, se realizou uma Análise SWOT, identificando as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças do modelo de gestão do turismo no Parque Estadual de Vila Velha, em relação aos seguintes

elementos: a estrutura de gestão, as ações públicas e as relações entre os atores (QUADRO 10).

QUADRO 26 – ANÁLISE SWOT DO MODELO DE GESTÃO DO TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA (PEVV)

Análise SWOT	Modelo de gestão do turismo no PEVV
Forças	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura e organização de Paraná Projetos - Papel chave da coordenadora supervisora do PEVV - Harmonia entre a conservação e a recepção dos visitantes - Alta satisfação dos visitantes - Fomento do Estado aos projetos de educação ambiental como Parque – Escola, VOU e assim como o desenvolvimento de pesquisas - Trabalhos de conscientização, divulgação, promoção da Fundação Municipal do Turismo de Ponta Grossa sobre os atrativos turísticos entorno ao Parque, e fomento da participação dos Núcleos setoriais de Ponta Grossa - Funcionamento de um conselho consultivo composto por 15 instituições relacionadas ao Parque - Envolvimento do Instituto Ambiental do Paraná na potencialização do turismo - Coordenação entre as instituições relacionadas ao Parque - Articulação entre o Instituto Ambiental do Paraná, Paraná Projetos, Serviço Geológico do Paraná e Prefeitura de Ponta Grossa
Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> - A concessão do uso público Parques Paraná - Uso turístico inferior à Capacidade de carga - Projeto Geoparque dos Campos Gerais - Aporte do ICMS ecológico à Prefeitura de Ponta Grossa - Interesse das empresas privadas por participar na concessão do uso público
Fraquezas	<ul style="list-style-type: none"> - Alto consumo de recursos de Paraná Projetos

	<ul style="list-style-type: none"> - Limitação dos recursos econômicos do Governo Estadual do Paraná - Déficit econômico anual do uso público - Falta de mobilidade e de qualificação do pessoal contratado por concurso público - Uso turístico restringido pelo plano de manejo - Restrição da participação direta da empresa privada pela legislação do PEVV - Falta de interesse da comunidade local para ser capacitado e trabalhar no PEVV - Diferenças políticas entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Ponta Grossa - Articulação truncada com Paraná Turismo
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> - Influência da política - Possível contrato de longo prazo com a empresa concessionária - O turismo como atividade sensível a fatores externos - Baixo grau de pertencimento da comunidade local - Baixo orçamento do Estado do Paraná para manter as Unidades de Conservação

FONTE: O autor (2016)

O próximo tema elenca a análise comparativa dos modelos de gestão das duas áreas de estudo, utilizando o referencial teórico para discutir sobre as análises SWOT dos resultados encontrados.

6.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS MODELOS DE GESTÃO DO TURISMO NO BOSQUE DE PEDRAS MARCAHUASI/PERU E NO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA/BRASIL

Neste tema apresenta-se uma análise comparativa dos modelos de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi, no Peru, e no Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil, no que se refere à estrutura de gestão, às ações públicas e às relações entre os atores, assim como sua influência no desenvolvimento socioeconômico local e a geoconservação de ambas as áreas de estudo.

6.3.1 Análise comparativa da estrutura de gestão, as ações públicas e as relações entre os atores

➤ Estrutura de gestão

No Bosque de Pedras Marcahuasi (BPM), a estrutura de gestão tem principalmente dois pontos fortes: a organização tradicional da comunidade local de San Pedro de Casta para administrar a atividade turística e sua predisposição para receber capacitação. Entretanto, no Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), a comunidade local do entorno, Jardim Novo Vila Velha, não está integrada à estrutura de gestão do PEVV nem está envolvida diretamente na atividade turística, devido à falta de interesse para se capacitar e se integrar. A inserção da comunidade local no planejamento e a gestão do turismo representa um desafio para os gestores (ANJOS et al., 2010). Porém, se considera fundamental a participação dos representantes da comunidade do entorno no conselho gestor do PEVV (CENTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004; IAP, 2016).

Por um lado, a estrutura de gestão do PEVV depende do Governo do Estado do Paraná através de dois órgãos: o Instituto Ambiental do Paraná, que atua como administrador geral do Parque e o Paraná Projetos, como gestor do

uso público. Ambos têm uma boa organização e articulação de funções, conciliando a conservação e a recepção dos visitantes. Por outro lado, no BPM, nenhum órgão público tem intervenção na estrutura de gestão do turismo, dado que esse espaço não é uma área protegida pelo Estado peruano. A comunidade local de San Pedro de Casta é a única administradora da atividade turística no BPM e seus habitantes são os proprietários das terras do entorno. Porém, a pouca conscientização ambiental da comunidade local e a inexistente proteção legal têm influído negativamente no estado de conservação do patrimônio (MINCETUR, 2009).

Ambas áreas de estudo apresentam fraquezas marcadas na estrutura de gestão do turismo. No caso do BPM, a ausência de um documento de planejamento turístico e a falta de qualificação profissional dos gestores são os principais problemas que implicam na informalidade laboral, a pouca transparência do balanço financeiro, a desorganização na tomada de decisões e os impactos negativos de um turismo convencional. A falta de planejamento turístico é um problema comum em países emergentes como Peru, apesar de ser um elemento essencial para garantir a sustentabilidade da atividade turística (RUSCHMANN, 2001; ROSE, 2002). Por outro lado, no caso do PEVV, existe um programa de uso público, baseado num plano geral de manejo, e uma equipe bem qualificada no Paraná Projetos que segue as diretrizes desse plano (IAP, 2004). No entanto, os regramentos do plano geral de manejo restringem as funções dos gestores para desenvolver o turismo como uma atividade geradora de benefícios econômicos, caindo em déficit financeiro todo ano. Além disso, Paraná Projetos, que funciona como uma empresa pública, tem problemas para desvincular aqueles funcionários que não tem um bom desempenho, dado que foram contratados por concurso público.

Diante de todas essas considerações, pode-se inferir que:

- ✓ O plano de manejo, como uma ferramenta fundamental para desenvolver o turismo numa área natural, favorece o funcionamento da estrutura de gestão (DRUMM; MOORE, 2002). Porém, algumas vezes esse documento pode ser deficiente na descrição dos objetivos do turismo (EAGLES et al., 2002).

- ✓ Torna-se necessária uma revisão permanente do plano de manejo das áreas protegidas com o intuito de redefinir as diretrizes que permitam aos gestores desenvolver o turismo como uma atividade geradora de benefícios econômicos, dentro dos objetivos de conservação do espaço.
- ✓ Os gestores públicos do turismo em áreas protegidas podem encontrar dificuldades para desenvolver de forma eficaz essa atividade pela falta de recursos econômicos ou estruturais. Nesse caso as empresas privadas representam uma alternativa viável para assumir a gestão do turismo, dada sua estrutura legal e especialização no tema (SWARBROOKE, 2000; EAGLES et al., 2002).
- ✓ A comunidade local deve estar envolvida na tomada de decisões e participar diretamente no desenvolvimento da atividade turística no seu entorno, com o intuito de fomentar a conservação do atrativo a longo prazo. No entanto, se for o caso, a comunidade local não pode sustentar o turismo de forma isolada. Precisa do apoio de especialistas para uma capacitação profissional e possivelmente um investimento econômico, seja público ou privado, para que a atividade turística seja viável.

➤ Ações públicas

No caso do PEVV, o Estado fomenta projetos de educação ambiental, como Parque-Escola, Programa de Voluntariado (VOU) e o desenvolvimento de pesquisas, fatores importantes para sensibilizar à comunidade sobre a importância das Unidades de Conservação e o desenvolvimento de um turismo responsável (DIAS, 2003). Outras ações públicas destacadas foram: o envolvimento da Fundação Municipal do Turismo de Ponta Grossa na divulgação dos atrativos turísticos do entorno do PEVV e a predisposição do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para potencializar o turismo através de uma concessão do uso público em estudo. Nesse estudo colaboram Paraná Projetos, o Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) e Paraná Turismo. No caso do BPM, a Municipalidade Provincial de Huarochirí e a Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta, com o apoio da comunidade local, tiveram a iniciativa da implementação da infraestrutura turística de Marcahuasi, enquanto que o

Ministério do Comércio Exterior e Turismo, através do Plano COPESCO, investiu e executou o projeto.

No entanto, ambas as áreas tem pontos fracos no que tange às ações públicas realizadas. No caso do BPM, há uma evidente falta de políticas públicas de saneamento, saúde, transporte e proteção do meio ambiente em San Pedro de Casta, prejudicando a eficiência da gestão do turismo e a sustentabilidade da atividade (BARRETO, 1999). No caso do PEVV, se por um lado existe uma aceitável infraestrutura de acesso e de serviços básicos na cidade de Ponta Grossa, há uma falta de políticas públicas para melhorar vários aspectos: os serviços básicos das comunidades do entorno do PEVV, a acessibilidade ao PEVV desde Ponta Grossa, a oferta de hospedagem, e o baixo investimento da Prefeitura de Ponta Grossa no desenvolvimento do turismo e na conservação do PEVV.

Por outro lado, existem iniciativas de instituições públicas em ambos países, tais como a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o MINEROPAR e o Instituto Geológico Mineiro e Metalúrgico do Peru (INGEMMET), que buscam desenvolver projetos de geoparques em ambas as áreas de estudo, fomentando assim a geoconservação e o desenvolvimento socioeconômico local, através de formas de turismo sustentável. No caso do PEVV, se desenvolveu o projeto do Geoparque dos Campos Gerais que abrange o PEVV e outras áreas naturais do entorno (GUIMARÃES et al., 2008). No caso do BPM, se desenvolveu o projeto do Geoparque Marcahuasi como uma alternativa para potencializar o geoturismo na região (ZAVALA, 2011). Ambos os projetos foram apresentados aos órgãos correspondentes mas, até agora, encontram-se em *stand by*, em decorrência, principalmente, da falta de vontade política.

Diante dessa realidade pode-se inferir que:

- ✓ Torna-se necessária a participação do poder público direta ou indiretamente no desenvolvimento do turismo (IGNARRA, 2002; BAHL, 2004). Um maior número de atores envolvidos no processo de planejamento e gestão do turismo permite realizar alianças estratégicas para construir um destino turístico, sejam órgãos públicos ou privados

(CENTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004).

- ✓ Na realidade dos países emergentes, como Peru ou Brasil, é comum observar que o turismo se inicia de forma espontânea, sem dar a devida importância ao planejamento da atividade (ROSE, 2002). Na maioria dos casos o planejamento é do tipo corretivo, após ter recebido os impactos negativos de um turismo convencional (BRAGA, 2007).
- ✓ Podem existir iniciativas acadêmicas importantes na elaboração de projetos com o objetivo de fomentar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais e a conservação da natureza de um território, como os projetos de geoparques (GLOBAL GEOPARKS NETWORK - GGN, 2015). No entanto, sua execução depende da vontade política e a importância do turismo na formulação das políticas locais (CENTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004; MOLINA, 2005).

➤ Relações entre os atores

No caso do BPM, há um bom relacionamento entre os membros do Comitê Comunal do Turismo, que também tem o apoio da comunidade local. Isso se explica pelo sistema tradicional de organização do trabalho em San Pedro de Casta (GELLES 1984; ZAVALA et al. 2006). Também há uma vontade de trabalhar em parceria com outros órgãos públicos, desde que o Comitê seja o único administrador do turismo. O projeto de implementação da infraestrutura turística do Plano COPESCO é um exemplo dessa vontade de trabalhar em parceria. Porém, existe certo grau de desconfiança da comunidade local em pessoas externas a ela. No caso do PEVV, o estabelecimento de um conselho gestor permite uma melhor articulação e coordenação entre as instituições e atores relacionados ao PEVV. Existe também uma boa relação entre os membros do Paraná Projetos que trabalham em Curitiba e aqueles do PEVV, destacando a atuação da supervisora coordenadora no PEVV.

O relacionamento entre os atores em ambas as áreas de estudo é ameaçado pelo mesmo problema: as ingerências políticas. No caso do BPM, existem diferenças políticas entre o Presidente da comunidade local e o Prefeito do Distrito de San Pedro de Casta. Essas diferenças repercutem no desenvolvimento do turismo, já que se torna fundamental o trabalho em parceria da comunidade local com a Municipalidade Distrital para que a atividade tenha um impacto positivo no distrito. As principais consequências negativas dessas divergências são os serviços precários de transporte, de alimentação e de hospedagem em San Pedro de Casta. No caso do PEVV, existem diferenças políticas entre representantes da Prefeitura de Ponta Grossa e o Governo Estadual do Paraná. As consequências são o baixo envolvimento da Prefeitura na atividade turística e a conservação do PEVV. Porém, em relação ao BPM, os efeitos dessas divergências políticas não são determinantes, dado que o Estado do Paraná se encarrega da manutenção do PEVV.

Face ao exposto, pode-se inferir que:

- ✓ O sistema de organização tradicional de trabalho em comunidades andinas, como San Pedro de Casta, facilita o desenvolvimento do turismo, especialmente de base comunitária, ecoturismo ou geoturismo, por conta dos valores ancestrais comunitários que foram se transmitindo por várias gerações. Porém, torna-se necessário a capacitação profissional dos membros da comunidade para potencializar essa capacidade.
- ✓ O conselho gestor é um instrumento político fundamental para construir uma parceria com os atores e instituições envolvidos numa área natural protegida de interesse público (SALVATI, 2003). Esse instrumento demonstra a eficiência do Instituto Ambiental do Paraná, realizando a difícil tarefa de coordenação dos órgãos públicos e privados, considerando os interesses de cada parte, e assim, tomando uma decisão mais acertada (BOULLON, 2006; ANJOS et al., 2010).
- ✓ As orientações políticas do governo vigente são determinantes no processo de realização dos projetos de desenvolvimento turístico (ACERENZA, 2002). Quanto mais forte seja a estrutura de gestão, as diferenças políticas vão ter menor repercussão no desenvolvimento do turismo.

6.3.2 Influência dos modelos de gestão do turismo no desenvolvimento socioeconômico local e a geoconservação

➤ Desenvolvimento socioeconômico local

No caso do Bosque de Pedras Marcahuasi (BPM) a atividade turística não tem repercutido num desenvolvimento socioeconômico importante para a comunidade local de San Pedro de Casta, apesar de ser administrada por eles. Durante as observações realizadas na fase de campo se constatou que o turismo não tem melhorado a situação socioeconômica nem a qualidade de vida da população local em relação à primeira visita em 2012. Isso se explica pelos seguintes motivos: falta de planejamento da atividade turística; baixa qualificação profissional dos membros da estrutura de gestão; ausência de políticas públicas para melhorar os serviços básicos, jurídicos e turísticos na localidade; falta de vontade política para proteger os recursos naturais e desenvolver os projetos acadêmicos realizados; falta de integração entre as atividades tradicionais e o turismo; rivalidades entre os líderes locais; entre outros.

No caso do Parque Estadual de Vila Velha (PEVV), a comunidade local do entorno, Jardim Novo Vila Velha, não está envolvida na atividade turística do PEVV. Alguns deles participam indiretamente apenas como fornecedores de mão de obra e de alimentos. Essa realidade se pode explicar pelos seguintes motivos: falta de interesse para ser capacitados; ocupações ligadas ao setor industrial; ausência de programas de capacitação profissional na comunidade; limitações econômicas no manejo do PEVV; entre outros. Há habitantes de Ponta Grossa que integram a equipe de Paraná Projetos visto que são melhor qualificados que aqueles do Jardim Novo Vila Velha. Cabe destacar que também existem iniciativas da Prefeitura de Ponta Grossa para integrar a comunidade no PEVV, realizando parcerias com o Núcleo setorial de Guias de Turismo e outras associações de trabalhadores da localidade. O aspecto positivo mais importante é a representação da Associação dos Moradores do Entorno e as Associações e Sindicatos de trabalhadores de Ponta Grossa no conselho gestor do PEVV.

➤ Geoconservação

No caso do BPM, o patrimônio geológico está sob risco de ser impactado negativamente pelos seguintes motivos: não existe proteção alguma dos recursos naturais do espaço; a recente implementação da infraestrutura turística que visa transformar Marcahuasi num destino turístico massivo, provocando assim uma maior pressão sobre a capacidade de carga do espaço; a pouca conscientização ambiental da comunidade local; e a falta de vontade política para desenvolver os projetos de geoconservação existentes. Os objetivos de geoconservação não são atingidos dado que não se realizaram os seguintes procedimentos: identificação de vulnerabilidade, proteção legal, e conservação e monitoramento dos sítios (NASCIMENTO et al., 2015). Durante as observações realizadas na fase de campo no BPM se constatou que a implementação da infraestrutura turística desnaturalizou os caminhos pré-hispânicos, impactando negativamente na apreciação da geologia no espaço natural.

No caso do PEVV, o patrimônio geológico está, de maneira geral, conservado dado que faz parte dos recursos naturais da Unidade de Conservação de Proteção Integral, além de estar contemplado como um dos treze objetivos da Lei do SNUC (NASCIMENTO et al., 2015). No entanto, apesar de ser o atrativo mais importante do Parque, principalmente pelos Arenitos e as Furnas, não tem sido considerado prioritariamente pelos gestores. Isso poderia se explicar pela especialização biológica da equipe que trabalha na conservação do PEVV, priorizando a biodiversidade em detrimento da geodiversidade (CARCAVILLA et al., 2007; NASCIMENTO et al., 2008).

No que tange à criação de Geoparques, o projeto de Geoparque Marcahuasi, elaborado por Zavala et al. (2006), encontra-se em espera devido à falta de vontade política e da fase incipiente do desenvolvimento do geoturismo no Peru. No caso do PEVV, o projeto de Geoparque dos Campos Gerais elaborado por Guimarães et al. (2008), cujo objetivo é integrar o PEVV com os outros atrativos geológicos do entorno, também se encontra estagnado pela falta de vontade política e o desconhecimento local sobre os objetivos de um geoparque.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, as diferentes investigações e análises realizadas cumpriram com os objetivos propostos pela presente pesquisa.

No que se refere ao modelo de gestão do turismo no Bosque de Pedras Marcahuasi, no Peru, pode-se afirmar que:

- A estrutura de gestão do Comitê comunal de Turismo de San Pedro de Casta se fundamenta num sistema de organização tradicional andino, de caráter comunitário, estabelecido para administrar as diferentes atividades econômicas da localidade, entre elas o turismo. Constatou-se que essa estrutura apresenta limitações para desenvolver a atividade turística, principalmente pela informalidade laboral, a falta de qualificação profissional e a ausência de um plano de manejo.
- As ações públicas realizadas pela comunidade local foram escassas, sendo a mais importante a iniciativa de implementação da infraestrutura turística de Marcahuasi, com o apoio da Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta e a Municipalidade Provincial de Huarochiri, sob a execução do Plano COPESCO do Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru (MINCETUR). De todos os órgãos públicos no Peru, o Instituto Mineiro, Geológico e Metalúrgico (INGEMMET), foi a única entidade que desenvolveu uma iniciativa no local: a elaboração do projeto Geoparque Marcahuasi. Constatou-se que o ponto mais fraco é a falta de políticas públicas de saneamento, saúde, transporte e proteção do meio ambiente em San Pedro de Casta.
- As relações entre os atores membros do Comitê comunal do Turismo de San Pedro de Casta se caracterizam pelo bom entendimento entre as partes. O relacionamento entre a Municipalidade Distrital de San Pedro de Casta e a comunidade muda de acordo com as lideranças locais vigentes. No momento da investigação, sua relação era conflituosa. A comunidade local e o governo provincial têm uma boa relação. O governo regional e MINCETUR não mantêm contato com a comunidade local. A implementação da infraestrutura turística do Plano COPESCO foi a

primeira coordenação que o Estado teve com a comunidade de San Pedro de Casta.

No que se refere ao modelo de gestão do turismo no Parque Estadual de Vila Velha, no Brasil, pode-se afirmar que:

- A estrutura de gestão do Paraná Projetos está bem organizada, formada por uma equipe de trabalho qualificada, tanto em Curitiba quanto no Parque, e com uma boa articulação de funções entre ambas, atingindo os objetivos de conservação e educação ambiental da Unidade de Conservação. Constatou-se que o ponto mais fraco da estrutura de gestão é o alto consumo de recursos econômicos em relação às baixas receitas da atividade turística no PEVV, provocando um déficit financeiro nos últimos anos, que é coberto pelo Governo Estadual do Paraná. O plano de manejo do PEVV influi positiva e negativamente na estrutura de gestão do uso turístico. Por um lado, permite guiar aos gestores de acordo com as diretrizes do programa do uso público, mas, por outro lado, restringe a potencialização do turismo no PEVV.
- As ações públicas dos gestores do PEVV têm consolidado os objetivos da Unidade de Conservação, no que se refere à conservação do patrimônio e educação ambiental, através dos programas Parque-Escola, Voluntariado (VOU) e desenvolvimento de pesquisas. As ações públicas mais importantes foram: a divulgação do turismo no entorno do PEVV por parte da Prefeitura de Ponta Grossa; o estudo de concessão do uso público por parte do Instituto Ambiental do Paraná (IAP); e a elaboração do Projeto Geoparque dos Campos Gerais por parte da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e o Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR). As principais deficiências das ações públicas foram: o baixo incentivo à participação da comunidade local do entorno; a falta de políticas públicas para melhorar os serviços turísticos em Ponta Grossa; e a falta de vontade política para executar o projeto Geoparque dos Campos Gerais.
- A relação entre os atores membros do Paraná Projetos permite uma articulação eficaz. Existe um bom relacionamento entre Paraná Projetos, a comunidade local, o IAP e a Prefeitura de Ponta Grossa. O Conselho

consultivo do PEVV proporciona uma melhor articulação. Existe uma diferença política entre a Prefeitura de Ponta Grossa e o Governo Estadual do Paraná.

Constatou-se que os modelos de gestão analisados nessa investigação não têm influído significativamente no desenvolvimento turístico desses espaços naturais. O BPM encontra-se numa fase inicial de desenvolvimento turístico, ameaçado pelos impactos negativos do turismo convencional, com uma perspectiva pouco otimista. O PEVV, que já passou por uma etapa de turismo convencional, encontra-se numa fase de transição para potencializar o turismo dentro dos limites de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Ambas as áreas não têm promovido um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico nas comunidades locais do entorno.

Também se constatou que ambas as áreas naturais são patrimônios geológicos de importância internacional, com alto valor científico, cultural, social e cênico, onde é possível realizar diferentes tipos de turismo tais como o geoturismo, ecoturismo, turismo de aventura ou turismo cultural. Esses segmentos podem ser articulados dentro do mesmo espaço geológico (DOWLING, 2011). Porém, o geoturismo não tem sido considerado nos modelos de gestão de ambas as áreas de estudo, apesar do alto potencial para desenvolver essa atividade. Um reflexo disso é o fato de que os projetos de geoparques propostos não têm sido fomentados pela falta de vontade política e o desconhecimento sobre as implicações de um geoparque.

No caso do BPM, a criação do Geoparque Marcahuasi seria a melhor alternativa para resolver a problemática da atividade turística porque promoveria a proteção do patrimônio geológico e o desenvolvimento socioeconômico da comunidade de San Pedro de Casta, integrando ao Estado, a empresa privada e a população local. A segunda opção seria o reconhecimento e a integração do BPM no Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado peruano (SINANPE). Porém, dado o papel administrador da comunidade de San Pedro de Casta na atividade turística, o caráter legal de uma área natural protegida poderia limitar as formas de gestão, dando foco a conservação da biodiversidade

em detrimento da geodiversidade, inclusive afetando no desenvolvimento das outras atividades econômicas da comunidade (DOWLING, 2011).

No caso do PEVV, a concessão de uso público Parques Paraná seria uma boa alternativa para potencializar o turismo, seguindo o exemplo de gestão compartilhada no Parque Nacional do Iguaçu (CATARATAS DO IGUAÇU, s.d., RUDZEWICZ, 2004). No entanto, a melhor alternativa seria a criação do Geoparque dos Campos Gerais, incluindo o PEVV como um geossítio dentro dele, em decorrência do potencial geoturístico, histórico-cultural e biológico dessa região. Dessa forma, as comunidades locais e as empresas privadas estariam envolvidas na atividade turística e se fomentaria a conservação da geodiversidade paranaense (GUIMARÃES et al., 2008). A condição de Unidades de Conservação do PEVV e do Parque Estadual do Guartelá facilitaria a gestão do geoparque em termos de conservação.

A gestão do turismo, como processo político-administrativo, é uma ferramenta básica para atingir o desenvolvimento sustentável desta atividade em todas suas dimensões (SACHS, 2003; PHILIPPI JR. E MAGLIO, 2004). Logo, a importância dos estudos de caso sobre diferentes formas de gestão do turismo em espaços naturais para estabelecer comparações que permitam identificar os fatores que influenciam nesse processo e contribuir no seu entendimento.

Como constatou-se na análise dos modelos de gestão do turismo em ambas as áreas, faz-se necessária a participação equilibrada dos governos das localidades turísticas, dos turistas, da comunidade local e da “indústria do turismo” (SWARBROOKE, 2000). No entanto, se demonstrou que seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que é dificilmente encontrada em países sul-americanos como Brasil ou Peru (RUSCHMANN, 1999).

A presente investigação requereu grandes esforços acadêmicos, logísticos e fisiológicos para o pesquisador durante o trabalho de campo, tanto no Peru quanto no Brasil. No caso do país andino as dificuldades foram acentuadas em decorrência da escassa informação bibliográfica sobre a atividade turística do Bosque de Pedras Marcahuasi e as condições climáticas adversas, a mais de 4000 metros de altitude. No entanto, esses esforços foram

compensados com a apreciação das belezas paisagistas que caracterizam às duas áreas de estudo.

A contribuição desse trabalho é, principalmente, a exemplificação de estudos de caso sobre diferentes formas de gestão do turismo em espaços naturais no contexto sul-americano, onde em geral, as políticas públicas têm uma forte influência no desenvolvimento do turismo, tanto positiva quanto negativamente. Por outro lado, esse estudo incrementa o número de pesquisas em relação à geoconservação, aportando na evolução do conhecimento sobre o tema e na valorização da importância do turismo como uma ferramenta de proteção do patrimônio geológico.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo**: conceituação e organização. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ALENCAR, E. **Pesquisa em Turismo**. Lavras: UFLA / FAEPE, 2007. 174p.

ANJOS, F. A., ANJOS, S.J., RADOS G.J. **Planejamento e Gestão sustentável do turismo**: Contexto social, Métodos e Enfoques. In: PHILIPPI JR, A., RUSCHMANN, D Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. Barueri, SP: Manole, 2010.

BAHL, M. **Fatores ponderáveis no turismo**: sociais, culturais e políticos. Curitiba: Protexoto, 2004.

BARRETTO, M. A. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas, SP: Papirus 4ª Edição, 1999.

_____. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BARROCO, H. **Planejamento e Gestão**: vetores para um turismo competitivo e sustentável? In: Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul. 2010.

BENTO, L. C. M.; RODRIGUES, S. C. **O geoturismo como instrumento em prol da divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural abiótico**: uma reflexão teórica. Turismo e paisagens cársticas, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 55 – 65, 2010.

BOULLON, R. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. **Espacio turístico y desarrollo sustentable. Aportes y Transferencias**. Vol. 10, Núm. 2, sin mes, 2006, pp. 17-24 Universidad Nacional de Mar del Plata Argentina. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/276/27610203.pdf>>. Acesso em: 07 abril 2016.

BRAGA, D. C. **Planejamento turístico: teoria e pratica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica**. Braga: Palimage, 2005. 190 p.

_____. **Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: Review**. Geoheritage, 2015. DOI 10.1007/s12371-014-0139-3

CARCAVILLA, L., LÓPEZ-MARTÍNEZ, J. DURÁN, J.J. **Patrimonio geológico y geodiversidad: investigación, conservación, gestión y relación con los espacios naturales protegidos**. Instituto Geológico y Minero de España, Serie Cuadernos del Museo Geominero, nº 7, Madrid, 360 p. 2007.

CARCAVILLA, L., DURÁN, J.J., LÓPEZ-MARTÍNEZ, J. **Geodiversidad: concepto y relación con el patrimonio geológico**. Geo-Temas, 10, 1299-1303. VII Congreso Geológico de España. Las Palmas de Gran Canaria. 2008.

CATARATAS DO IGUAÇU. Cataratas do Iguaçu S.A. Disponível em: <<http://www.cataratasdoiguacu.com.br/cataratas-do-iguacu-sa/sobre>>. Acesso em: 27 julho 2016.

CENTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A importância do setor turismo nos processos de planejamento estratégico de desenvolvimento dos territórios: Opiniões do grupo internacional de especialistas**. In: Turismo e desenvolvimento local sustentável: elementos para um debate. Notícias Delnet Nro. 24, Abril-Maio 2004. Turin, Italia. 83 p. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/turismo%20desenvolvimento%20local%20sustent%E1vel.pdf>>. Acesso em: 07 abril 2016.

CORREIA, R. R. **O geoturismo como estratégia de desenvolvimento regional: o caso do Geopark Araripe/ Ceará – Brasil**. Dissertação do mestrado em Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

COUTINHO, G. **Turismo comunitário e participação social em Unidades de Conservação: possibilidades de integração entre o Parque Estadual de Vila Velha-PR e a sua região de entorno**. Tese de mestrado em Turismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas.** São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DOWLING, R. K. **The Future of Geotourism.** Presented at the 3rd International UNESCO Conference of Geoparks, Osnabrueck, Germany, 22-26 June, 2008.

_____. **Geotourism's contribution to Local and Regional Development.** In: Neto de Carvalho, C. e Rodrigues, J. C. (Eds.), *Geoturismo & Desenvolvimento Local*, Idanha-a-Nova, 15-37. 2009.

_____. **Geotourism's Global Growth Geoheritage**, 3:1–13. 2011.

DRUMM, A., MOORE, A. **Desarrollo del Ecoturismo – Un manual para los profesionales de la conservación**, Volumen 1. The Nature Conservancy. Arlington, Virginia – USA, 2002. 100 p.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo. Editora Nacional. 1985. Disponível em:
<<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-asregras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf>>. Acesso em: 15 novembro 2014.

EAGLES, P., MCCOOL, S., HAYNES, C. **Turismo sostenible en áreas protegidas: Directrices de planificación y gestión.** OMT (Organización Mundial del Turismo), PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente), UICN (Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza y los Recursos Naturales). Madrid – España, 2002. 183 p.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo.** São Paulo: Contexto, 2002.

FERRARI, G., MONTERO, J. M., MONDÉJAR, J., VARGAS, M. **Investigaciones, métodos y análisis del turismo.** Septem Ediciones, S. L., Oviedo, 2013. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=kompBAAQBAJ&pg=PA213&lpg=PA213&dq=turismo+de+naturaleza+crece+OMT&source=bl&ots=7s-42VO0jG&sig=nQiD-Tk2NigdJe6O8LdPhv8ggPk&hl=es&sa=X&ved=0ahUKEwjJg4_YoaPPAhWGFJAKHXuBDxYQ6AEINDAE#v=onepage&q=turismo%20de%20naturaleza%20crece%20OMT&f=false>. Acesso em: 22 setembro 2016.

FERRETTI, E.R. **Turismo e meio ambiente**. São Paulo: Roca, 2002.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO TURISMO DE PONTA GROSSA. **Parque Estadual de Vila Velha**. Prefeitura de Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/parque-estadual-vila-velha>>. Acesso em: 18 julho 2016.

GELLES, P. 1984. **Agua, faenas y organización comunal**: San Pedro de Casta - Huarochirí. *Anthropologica*. 2(2):305-334.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_metodos_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 27 julho 2016

GGN - GLOBAL GEOPARKS NETWORK. **About GGN**. Disponível em: <<http://www.globalgeopark.org/aboutGGN/51.html>>. Acesso em: 15 novembro 2014.

GRAY, M. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**. 1. ed. Londres: John Wiley e Sons Ltd, 2004, 434p.

GUARDIA, O., KAM, A., LOPEZ, M., LUYO, L. Aspectos socioeconômicos de la Comunidad campesina de San Pedro de Casta. *Revista de Antropología*. Cuarta Época. Año I. N°1.Lima, mayo 2003.

GUILLEN, F. **La diversidad Geológica y su Patrimonio, el legado de nuestro planeta a la humanidad: Propuestas para la legislación de su uso y gestión basadas en las normativas internacionales y españolas sobre Geoconservación**. In: X Curso sobre el patrimonio geológico y el Seminario de la Sociedad Española de Mineralogía sobre conservación y uso cultural y turístico del patrimonio mineralógico y petrológico y XXXIII Reunión de esta Sociedad. 2004.

GUIMARÃES, G. B., MELO, M. S., PIEKARZ, G. F., MOREIRA, J. C., LICCARDO, A., MOCHIUTTI, N. F. **Geoparque dos Campos Gerais**: proposta. In: NASCIMENTO, M. A. L., RUCHKYS, U. A., MANTESSO-NETO, V. Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008. 82 p.

HALL, C. M. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. Tradução de Edite Sciulli. 2.ed.- São Paulo: Contexto, 2004.

HOSE, T.A. Selling the story of Britain's stone. Environmental Interpretation, v. 2, p. 16-17, 1995.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

IAP- INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha**. Curitiba, 2004.

_____. **Programa de Voluntariado nas Unidades de Conservação do Paraná – VOU**. 2015. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1202>>. Acesso em: 27 julho 2016.

_____. **Departamento de Unidades de Conservação**. 2016. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1200>>. Acesso em: 27 julho 2016.

INEI - INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN DEL PERÚ. **Censos Nacionais**. Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/estadisticas/censos/>

KERSKI, C. M. **Terceirização no Parque Estadual de Vila Velha**: um estudo sobre uma possível opção para otimização dos serviços turísticos. Tese de grau de Bacharel em Turismo das Faculdades Santa Amélia – Secal. Ponta Grossa, 2010.

LETENSKY, R., MELO M. S., GUIMARAES, G. B., PIEKARZ, G. F. **Geoturismo no Parque Estadual de Vila Velha**: nas trilhas da dissolução. In: Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas, 2(1), 2009. Campinas, SeTur/SBE.

LOHMANN, G., PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. 2ª edição. São Paulo: Aleph, 2012.

LOPEZ, L.S., ARAUJO, J., CASTRO, A.J. **Geoturismo**: Estratégia de Geoconservação e de Desenvolvimento Local. Caderno de Geografia, v.21, n.35, 2011.

MANOSSO, F. C. **Geoturismo**: uma proposta teórico-metodológica a partir de um estudo de caso do município de Apucarana-PR. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2. 2007.

MANTESSO-NETO, V., MANSUR, K., LOPEZ, R., SCHILLING, M., RAMOS, V. **Geoparques en Latinoamérica**. VI Congreso Uruguayo de Geología. 12, 13, 14 mayo 2010, Parque de UTE, Minas-Lavalleja.

MCKERCHER, B. **Turismo de natureza**: planejamento e sustentabilidade. São Paulo: Contexto, 2002.

MARKAWASI TOURS PERU. **Rumbo a Marcahuasi**. Disponível em: <<http://www.marcahuasi.com/index.php>>.

MEDEIROS, C.A.; GOMES, C.S.D.; NASCIMENTO, M.A.L. **Gestão em Geoparques**: Desafios e Realidades. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 9(2), pp. 342-359, maio/ago. 2015.

MELO, M.S.; BOSETTI, E.P.; GODOY, L.C., PILATTI, F. **Vila Velha, PR**: Impressionante relevo ruiforme. In: Schobbenhaus, C. (Coord.). Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil. Brasília: SIGEP, 2002. p. 269-277.

MINCETUR - MINISTERIO DE COMÉRCIO EXTERIOR Y TURISMO, PE. **Meseta de Marcahuasi**. 2009. Disponível em: <http://www.mincetur.gob.pe/turismo/OTROS/inventario%20turistico/Ficha.asp?cod_Ficha=1875>. Acesso em: 15 novembro 2014.

_____. **Ficha de Proyecto “Acondicionamiento para la mejora y creación de los servicios turísticos públicos de acceso y complementarios en la ruta turística de la meseta de Marcahuasi en el distrito de San Pedro de Casta, Provincia de Huarochirí, Región Lima”**. Plan COPESCO Nacional, 2015.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Coleção turis. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005. 125 p.

MOREIRA, J. **Geoturismo: uma abordagem histórico-conceitual**. Campinas, SeTur/SBE. Turismo e Paisagens Cársticas, 3(1), 2010. Ponta Grossa: UEPG. Disponível em: < http://www.sbe.com.br/ptpc/tpc_v3_n1_005-010.pdf>. Acesso em: 07 abril 2016.

_____. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2011. 157 p.

MOREIRA, J., MELÉNDEZ-HEVIA, G. **Usando o patrimônio geológico para atrair turistas: o geoturismo no Brasil (Paraná) e Espanha (Aragón)**.

GEOUSP: espaço e tempo, São Paulo, N°32, PP 123- 139. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74286>>. Acesso em: 07 abril 2016.

MOREIRA, J., BURNS, R. **A percepção e o perfil do visitante do Parque Estadual de Vila Velha – PR**. 11° Forum Internacional do Turismo do Iguassu, 2016.

NEWSOME, D., DOWLING, R. **The scope and nature of geotourism**. In: DOWLING, R e NEWSOME, D. Geotourism. Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann, 2006, p.3-25. Disponível em: <<http://researchrepository.murdoch.edu.au/2588/>>. Acesso em: 07 abril 2016.

NASCIMENTO, M. A. L., RUCHKYS, U. A., MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008. 82 p.

NASCIMENTO, M. A. L., MANSUR, K. L., MOREIRA, J. C. **Bases conceituais para entender geodiversidade, patrimônio geológico, geoconservação e geoturismo**. In: XVI Simpósio Brasileiro de Geografia física aplicada. Revista Equador. Vol. 4. N° 3, 2015.

OMT – ORGANIZACAO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução à Metodologia da Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Roca, 2005.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PHILIPPI JR, A., MAGLIO, I. C. **Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos**. In: PHILIPPI JR, A., PELICIONI, M.C.F. Educação ambiental e sustentabilidade, Barueri: Manole, 2004.

PROMPERU. **Marcahuasi, Miniviajes**. Y tu que planes?.com. 2016. Disponível em: <<http://www.ytuqueplanes.com/mini-viajes/marcahuasi/>>. Acesso em: 24 abril 2016.

_____. **Investigação de Mercados Turísticos**. 2015. Disponível em: <<http://www.peru.travel/impp/>>. Acesso em: 27 julho 2016.

RUCHKYS, U. A. **Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais**: Potencial para a Criação de um Geoparque da UNESCO – Tese de doutorado, Instituto de Geociências da UFMG, 2007.

RUDZEWICZ, L. **A terceirização do Parque Nacional do Iguaçu/Pr: exemplo de modelo de gestão em unidades de conservação no Brasil**. Construções teóricas no Campo do Turismo. Anais do II Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2004. Disponível em: <<https://www.uces.br/site/midia/arquivos/43-a-terceirizacao-do-parque-nacional.pdf>>. Acesso em: 22 setembro 2016.

ROSE, A. T. **Turismo**: Planejamento e Marketing. Editora Manole, São Paulo. 2002

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: A Proteção do médio ambiente. Campinas, SP: Papirus 7ª Edição, 2001.

_____. **Turismo e Planejamento Sustentável**: A Proteção do Meio Ambiente. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SALAZAR, N., IANNACONE, J. **Markawasi**: un patrimonio cultural y natural del Perú. Rev. Peruana Biologist (Lima). Vol. 5, Nº1, Ene-Jun 2007, 19-26. Disponível em: <http://sisbib.unmsm.edu.pe/bvrevistas/biologist/v05_n1/pdf/a04v5n1.pdf>. Acesso em: 15 novembro 2014.

SALVATI, S. **Planejamento do ecoturismo**. In: WWF-BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil, 2003.

SAMPAIO, C.A.C., FERNANDES, V., PHILIPPI JR, A. **Planejamento e Gestão do Turismo Comunitário Sustentável**: Metodologias PEC & SiGOS. In: PHILIPPI JR, A., RUSCHMANN, D. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

SERNANP - SERVICIO NACIONAL DE AREAS NATURALES PROTEGIDAS PELO ESTADO. EI SINANPE. 2016. Disponível em: <<http://www.sernanp.gob.pe/el-sinanpe>>. Acesso em: 23 setembro 2016.

SCHOBENHAUS, C., SILVA, C. R. **Geoparques do Brasil**: Propostas. Vol. 1. CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2012.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Parque Estadual de Vila Velha terá Caminhada da Lua Cheia**. Agencia de Notícias do Paraná, 2015. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=84279>>. Acesso em: 20 julho de 2016.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental, vol. 1. 2ª edição. São Paulo: Aleph, 2000.

TARLOMBANI DA SILVEIRA, M. A. **Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Regional**. Tese de Doutorado em Geografia da Universidade de São Paulo, 2002.

TIES – THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. What is ecotourism? Definition. 2015. Disponível em: <<http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>>. Acesso em: 22 setembro 2016.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN DE LA CANTUTA. **Marcahuasi en San Pedro de Casta**. Comité Comunal de Turismo. 1994.

VALLS, J.F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VALVERDE, N.P. **Sustentabilidade Local e Turismo: por uma compreensão do “turismo sustentável”**. In: IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT05-7.pdf>. Acesso em: 07 abril 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAVALA, B. **Monumento Natural Marcahuasi, proyecto de espacio natural con características de geoconservación**. Instituto Geológico Minero y Metalúrgico (INGEMMET). 2006. Disponível em: <<http://www.ingemmet.gob.pe/publicaciones/Cap1-Trab10.pdf>>.

_____. **Conocimiento y divulgación del patrimonio geológico y propuestas de Geoparques en Perú**. In: Taller Regional “Geoparques: Una alternativa para el desarrollo local”. Trinidad, 14 y 15 de noviembre de 2011.

ZAVALA, B., VARELA, F., ALFARO, G. **Guías geoturísticas**: difusión del patrimonio geológico y proyectos de geoparques nacionales. Dirección de Geología Ambiental Proyecto Geoparque Nacionales. Instituto Geológico Minero y Metalúrgico del Perú – INGEMMET, 2006.